



RELATÓRIO ANUAL DE INFORMAÇÕES 2021



Apresentação

Este relatório é o principal documento de prestação de contas disponibilizado aos participantes, reunindo informações sobre o desempenho dos planos de benefícios administrados pela CIFRÃO e das medidas praticadas pelos Órgãos Estatutários da Entidade ao longo do ano de 2021.



SUMÁRIO

Abertura

A Fundação

Mensagem da Diretoria

1. Governança Corporativa.....	06
2. Benefícios Previdenciários.....	07
3. Investimentos.....	08
4. Administração.....	17
5. Equacionamento de Déficit.....	18
6. Demonstrações Contábeis.....	19
✚ Balanço Patrimonial – Consolidado.....	19
✚ Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS.....	20
✚ Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano PBDC.....	21
✚ Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano MoedaPrev.....	21
✚ Demonstração do Ativo Líquido do Plano PBDC.....	22
✚ Demonstração do Ativo Líquido do Plano MoedaPrev.....	23
✚ Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – PGA.....	24
✚ Demonstração das Provisões Técnicas do Plano PBDC.....	25
✚ Demonstração das Provisões Técnicas do Plano MoedaPrev.....	26
✚ Notas Explicativas	27
7. Parecer Atuarial.....	49
✚ Parecer Atuarial do Plano PBDC.....	49
✚ Parecer Atuarial do Plano MoedaPrev.....	59
8. Relatório dos Auditores Independentes.....	69
9. Manifesta�o do Conselho Fiscal.....	71
10. Manifesta�o do Conselho Deliberativo.....	72

O Relatório Anual de Informações de 2021 foi elaborado de acordo com a legislação vigente. Este relatório é o principal documento de prestação de contas da Entidade e traz as informações relevantes dos planos de benefícios administrados pela CIFRÃO, bem como as medidas adotadas pela Diretoria Executiva durante o ano de 2021, alinhadas sempre com as estratégias aprovadas pelo Conselho Deliberativo, buscando tornar a Fundação mais eficiente e eficaz na prestação de serviço junto aos seus Participantes e Assistidos, sempre em linha com as boas práticas de Governança Corporativa destinadas às Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

Além disso, o Relatório Anual de Informações de 2021 traz as Demonstrações Contábeis findo exercício de 2021, o relatório da auditoria independente, os pareceres atuariais emitido pelo Atuário dos planos, bem como as manifestações e aprovações dos Conselhos Deliberativo e Fiscal.

No ano de 2021 a CIFRÃO seguiu trabalhando e se adequando a nova realidade em prol de nossos participantes, aposentados e pensionistas, seja administrando os recursos com responsabilidade, como no pagamento das obrigações contratadas aos nossos aposentados e pensionistas.

Convidamos você a ler o Relatório Anual de Informações de 2021.

BOA LEITURA!



A FUNDAÇÃO

A **CIFRÃO – FUNDAÇÃO DE PREVDÊNCIA DA CASA DA MOEDA DO BRASIL**, foi autorizada a funcionar por meio da Portaria MPS nº 1.931, de 11/12/1979, sendo uma pessoa jurídica de direito privado, constituída sob a forma de Fundação, sendo uma entidade de previdência complementar, multiplano, sem fins lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, registrada na Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC sob o nº 00241.

A Fundação tem como finalidade a administração de Planos de Benefícios de caráter Previdenciário, de modo a contribuir com o bem estar social dos colaboradores da Casa da Moeda do Brasil – CMB, sua Patrocinadora Instituidora e da CIFRÃO, mediante contribuições de seus Participantes e das respectivas Patrocinadoras.

A Fundação é regida pela Leis Complementares nº 108 e 109, ambas de 29/05/2001, bem como pelas suas alterações e demais regulamentos posteriores e pelas normas e instruções emanadas pelo Ministério da Economia através da PREVIC e do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

Atualmente a CIFRÃO administra 02 (dois) Planos de Benefícios:

Plano de Benefício Definido CIFRÃO – PBDC: plano da modalidade de benefício definido, registrado sob o CNPB nº 1979.0039-47; e

Plano MoedaPrev: Plano da modalidade de contribuição definida, registrado sob o CNPB nº 2010.0036-83.

Os recursos que a Fundação dispõe para o seu funcionamento são representados por contribuição de suas Patrocinadoras, de seus Participantes (Ativos e Assistidos) e pelos rendimentos resultantes das aplicações financeiras desses recursos, em conformidade com a Resolução do Conselho Monetário Nacional – CMN nº 4.661, de 25/05/2018 e alterações posteriores.

MENSAGEM DA DIRETORIA

Prezados Participantes e Assistidos,

Apesar das esperanças de que esse seria um ano mais estável do que vivenciamos no ano passado com expectativas de que a vacinação que estava por vir seria a solução para trazer tranquilidade a sociedade, o ano de 2021 foi marcado mais uma vez por intensa instabilidade no mercado financeiro sob impacto da crise provocada pela Pandemia do Covid-19, adiando o retorno a normalidade. Esses reflexos ocasionaram impactos sobre o desempenho dos investimentos de todo mercado financeiro, incluindo os recursos administrados pela CIFRÃO, que não atingiu a rentabilidade mínima esperada para os planos de benefícios no ano de 2021.

Mesmo com cenário adverso, inclusive com o impacto da alta da inflação, seguimos enfrentando os desafios trabalhando diariamente sempre voltado na sustentabilidade dos planos de benefícios administrados pela Fundação com propósito único de garantir o pagamento dos benefícios aos nossos participantes.

Diante desse cenário econômico, a CIFRÃO promoveu mudanças na estratégia nas aplicações de recursos durante o exercício de 2021, visando trazer uma perspectiva de melhores resultados para o ano de 2022. Como destaque, a Fundação elevou cerca de 32% dos recursos do Plano PBDC e cerca de 20% dos recursos do Plano MoedaPrev, respectivamente, na aquisição e aplicação em títulos públicos federais, com taxas de retorno superiores a rentabilidade mínima esperada. Ressalta-se que esta medida só foi possível a partir do 4º Trimestre de 2021, em decorrência da elevação da taxa de juros pelo Banco Central.

No âmbito da governança, a CIFRÃO promoveu melhorias no ano de 2021 a partir das aprovações do Conselho Deliberativo dos seguintes normativos: Política de Proteção de Dados Pessoais, Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo, Política de Avaliação de Desempenho da Diretoria Executiva e Política de Conflito de Interesse, bem como a aprovação da revisão do Estatuto da CIFRÃO para atendimento aos dispositivos contidos na Resolução CNPC nº 35/2019, com posterior encaminhamento à Patrocinadora Casa da Moeda do Brasil para análise.

Destacamos ainda a realização de eleição com votação no formato eletrônico ocorrida nos meses de maio de junho de 2021 e as indicações da Patrocinadora Casa da Moeda do Brasil de empregados para o preenchimento de vagas nos Conselhos Deliberativo e Fiscal, propiciando uma importante renovação das lideranças nos órgãos estatutários da qual depende o processo de tomada de decisões pelo Conselho Deliberativo e de fiscalização das contas da Entidade pelo Conselho Fiscal.

Registramos agradecimentos aos nossos colaboradores pelo empenho e dedicação, e contamos com a confiança dos nossos Participantes, Conselheiros e Patrocinadora na certeza de que nossas ações irão propiciar melhorias de Governança Corporativa na Entidade e de serviços aos nossos Participantes.

A DIRETORIA

Comunicação e Relacionamento

A CIFRÃO está sempre buscando melhores formas de atender você, para que nossos Participantes e Assistidos possam obter informações atualizadas a respeito da gestão dos planos de benefícios, bem como esclarecerem as suas dúvidas a respeito de concessão de aposentadoria, simulações e contratações de empréstimos, dentre outros assuntos. Para isto, disponibilizamos os seguintes canais de comunicação:

- a) **Presencial:** na Sede da CIFRÃO todos os dias úteis, das 8h30min às 16h30min;
- b) **Telefone:** (21) 4040-4993, todos os dias úteis, das 8h30min às 16h30min;
- c) **Whatsapp:** através do celular (21) 97122-9323, todos os dias úteis, das 8h30min às 16h30min;
- d) **E-mail:** basta enviar uma mensagem para o endereço eletrônico atendimento@cifrao.com.br que a equipe de atendimento irá lhe responder com a maior brevidade possível, dentro do horário de atendimento;
- e) **Site da CIFRÃO:** você pode acessar o “Fale Conosco” através do Site da CIFRÃO (www.cifrao.com.br) e tirar as suas dúvidas. O site também possui a “Área do Participante”, onde é possível ter acesso ao contracheque, informes de rendimentos, extrato do saldo de contas, simular benefícios e empréstimos, dentre outros. Além disso, o site disponibiliza diversas informações e documentos, tais como Estatuto, Regulamento dos Planos, Código de Ética, Políticas de Investimentos, Demonstrativos de Investimentos, Demonstrações Contábeis e Atuariais, Pareceres Atuariais e o próprio Relatório Anual de Informações, dentre outros.

1. GOVERNANÇA CORPORATIVA

CONSELHO DELIBERATIVO

O Conselho Deliberativo é composto por 06 (seis) membros, e respectivos suplentes, sendo 03 (três) indicados pela Patrocinadora Casa da Moeda do Brasil e 03 (três) eleitos pelos participantes e assistidos, todos com mandatos de 04 (quatro) anos, permitida uma recondução.

Membros do Conselho Deliberativo

Titular	Suplente	Tipo	Mandato
José Luiz Gil Costa (*)	Vago	Indicado	15/07/21 a 14/07/25
Ricardo Roberto Padilha da Rocha	Manuel Martins Pereira Júnior	Indicado	15/07/21 a 14/07/25
Thiago Oliveira Veiga	Vago	Indicado	10/06/19 a 09/06/23
Marcos Leon Rozemblatt	Zigman Campos Lima	Eleito	15/07/21 a 14/07/25
Roberto Serdeira Dominguez	Walter Balthor Junior	Eleito	02/03/20 a 09/06/23
Célio Martins Chaves Júnior	Murilo Fonseca dos Santos Silva	Eleito	02/03/20 a 09/06/23

(*) Presidente

CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal é composto por 04 (quatro) membros efetivos e respectivos suplentes, sendo 02 (dois) indicados pela Patrocinadora Casa da Moeda do Brasil e 02 (dois) eleitos pelos participantes e assistidos, com mandato de 04 (quatro) anos, vedada a recondução.

Membros do Conselho Fiscal

Titular	Suplente	Tipo	Mandato
Everson Alves Santos	Felipe de Paiva Lima	Indicado	10/06/19 a 09/06/23
Jorge Eduardo Vieira Costa	Vago	Indicado	15/07/21 a 14/07/25
Sérgio dos Santos Machado (*)	Evelyne Cunha Lima Schultz	Eleito	02/03/20 a 09/06/23
Francisco José Haddad de Almeida	Vago	Eleito	15/07/21 a 14/07/25

(*) Presidente

DIRETORIA EXECUTIVA

A Diretoria Executiva é composta por 03 (três) membros: um Diretor Superintendente, um Diretor de Seguridade e um Diretor Financeiro, com mandato de 04 (quatro) anos, permitida a recondução.

Membros da Diretoria Executiva

Nome	Cargo	Formação	Mandato
João Carlos Perez de Almeida	Diretor Superintendente	Ciências Contábeis	01/07/21 a 30/06/25
Wagner Barreto dos Santos	Diretor de Seguridade	Ciências Contábeis	01/07/21 a 30/06/25
Mário de Figueiredo Neto	Diretor Financeiro	Ciências Econômicas	02/03/20 a 09/06/23

Eleições dos Conselhos Deliberativo e Fiscal 2021

As Eleições dos Conselhos Deliberativo e Fiscal de 2021 foi realizada entre os meses de maio e junho de 2021 e as votações ocorreram por meio do formato eletrônico, ou seja, os participantes puderam votar de através de seu computador acessando o site da CIFRÃO (www.cifrao.com.br) ou pelos terminais disponibilizados na Sede da Entidade.

Foram oferecidas 01 (uma) vaga para titular e 01 (uma) vaga para suplente para os Conselhos Deliberativo e Fiscal, sendo declarados eleitos os candidatos que obtiveram maior número de votos válidos e classificados dentro da quantidade de vagas para cada conselho, conforme a seguir:

Colocação	Conselho Deliberativo	Conselho Fiscal	Mandato
1º	01 (uma) vaga para titular	01 (uma) vaga para titular	01/07/21 a 30/06/25
2º	01 (uma) vaga para suplente	01 (uma) vaga para suplente	01/07/21 a 30/06/25

A apuração dos votos válidos foi realizada no dia 25/06/2021 pela Comissão Eleitoral e o resultado final foi divulgado no site da CIFRÃO (www.cifrao.com.br), conforme resultado final a seguir:

Conselho Deliberativo	Nº de Votos	Conselho Fiscal	Nº de Votos
Marcos Leon Rozemblatt	274	Francisco Jose Haddad de Almeida	338
Zigman Campos Lima	42	Nulo	08
Paulo Marcos Atella de Castro	29	Branco	07
Nulo	07		
Branco	01		
TOTAL	353	TOTAL	353

2. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

Planos de benefícios administrados pela CIFRÃO

A Fundação administra 02 (dois) planos de benefícios para os empregados da Casa da Moeda do Brasil e da própria CIFRÃO. Os seus regulamentos encontram-se disponibilizados no Site da CIFRÃO (www.cifrao.com.br) para consulta.

- **Plano de Benefício Definido CIFRÃO – PBDC:** Estruturado na modalidade de Benefício Definido que tem como objetivo oferecer um benefício vitalício aos seus participantes, aposentados e beneficiários que façam jus a essa forma de benefício. O Plano PBDC está fechado para novas adesões desde 2011.
- **Plano de Benefícios MoedaPrev:** Estruturado na modalidade de Contribuição Definida e instituído em 2011. O Plano MoedaPrev está aberto aos empregados da Casa da Moeda do Brasil e da CIFRÃO e oferece aos novos participantes renda por prazo certo nos períodos de 05, 10, 15, 20, ou 25 anos.

Número de participantes e assistidos dos Planos de Benefícios

	PBDC		MoedaPrev	
	2021	2020	2021	2020
Participantes Ativos	23	26	609	625
Autopatrocinados	00	01	01	01
Participantes Assistidos	575	606	469	463
- Aposentadorias	451	491	314	318
- Pensões	124	114	146	139
- Auxílios	00	01	09	06
Total Geral	598	633	1.079	1.089

Benefícios pagos aos participantes assistidos

O quadro a seguir demonstra o volume de benefícios pagos no ano de 2021 por plano de benefícios:

Descrição	Plano PBDC	Plano MoedaPrev	Valores em R\$ mil
			Total
Benefícios de Prestação Continuada	27.500.650,39	25.947.771,54	53.448.421,93
Aposentadoria Programada	21.066.354,42	15.722.937,20	36.789.291,62
Invalidez	656.374,98	1.007.119,74	1.663.494,72
Pensões	3.631.137,61	8.158.688,48	11.789.826,09
Auxílios	47.871,92	363.338,20	411.210,12
Provisão Abono Anual	2.098.911,46	695.687,92	2.794.599,38
Resgates e Portabilidade	252.556,18	51.307,99	303.864,17
Resgate	252.556,18	51.307,99	303.864,17
Portabilidade	-	-	-
Total	27.753.206,57	25.999.079,53	53.752.286,10

Valores em reais com base nos balancetes contábeis de 31/12/2021

3. INVESTIMENTOS

Administração e gestão dos investimentos

A estrutura de administração e gestão dos investimentos da CIFRÃO está suportada em princípios de boas práticas de mercado, sendo realizada através de fundos de investimento e ativos na carteira própria.

Os recursos dos planos de benefícios estão alocados, preponderantemente em fundos de investimentos, de renda fixa, renda variável e multimercados, alocação em títulos públicos federais, objetivando convergir os retornos esperados das carteiras para as metas atuariais – TMA, as outras alocações foram para os segmentos com operações com participantes e investimentos imobiliários.

A definição de aplicação dos investimentos que serão alocados em cada segmento está baseada nos estudos de ALM e de Fronteira Eficiente elaborados pela Aditus Consultoria Financeira Ltda., obedecendo as regras impostas pela Resolução 4.661/2018 do Conselho Monetário Nacional, e aprovadas para um período quinquenal com revisões anuais pelo Conselho Deliberativo da CIFRÃO.

Estratégia de investimentos

O ano de 2021 foi novamente impactado pela Pandemia do Coronavírus, após a eclosão em março de 2020, evento este que causou forte retração dos PIBs pelo mundo, com reflexos imediatos nos investimentos de todo mercado, o que inclui os recursos administrados pela CIFRÃO.

No Brasil, a vacinação teve seu início em 18/01/2021, e atualmente já alcança cerca de 75,68% da população com duas doses da vacina e 38,65% com a dose de reforço (Fonte: <https://especiais.g1.globo.com/bemestar/vacina/2021/mapa-brasil-vacina-covid/> Acesso em 28/04/2022).

Em relação ao Plano PBDC, observou-se uma mudança na estratégia das aplicações durante o exercício de 2021. No início do ano de 2021, foi adotada como estratégia de investimentos para Plano PBDC, a alocação livre pelos gestores com a adoção de uma carteira mais conservadora, sempre obedecendo ao benchmark da política de investimentos, considerando que a taxa de juros à época girava em torno de 2%. No final de 2021, devido à elevação da taxa de juros para 9,25%, foi resgatado das aplicações em renda variável cerca 32% do patrimônio do plano para aplicação em títulos públicos, com taxas superiores a TMA (4,34% + INPC), atingindo no final do exercício o patamar de cerca de 92 % dos recursos do plano neste segmento, observando sempre a política de investimentos e os limites legais da Resolução CMN nº 4.661/2018.

Em relação ao Plano MoedaPrev, embora tenha características diferentes do PBDC, a estratégia inicial em 2021 seguiu a mesma regra estipulada para o plano de benefício definido, alocação livre pelos gestores com a adoção de uma carteira mais conservadora, sempre obedecendo ao benchmark da política de investimentos, considerando que a taxa de juros à época girava em torno de 2%. No final de 2021, devido à elevação da taxa de juros para 9,25%, observou-se a elevação de 20% da aplicação em títulos públicos, com taxas superiores a TMA (4,71% + INPC) em relação aos valores aplicados em CDI no início do ano.

Destaca-se também a entrada de recursos no período de 2021 no Plano MoedaPrev, totalmente aplicados em títulos públicos, referente aos valores devidos pela Patrocinadora Casa da Moeda do Brasil, oriundo do pagamento da dívida da migração voluntária dos participantes do plano PBDC para o plano MoedaPrev referente a integralização de reserva, no valor total de R\$ 41.571.110,38.

Carteira de investimentos por modalidade

O quadro a seguir apresenta um resumo dos Investimentos administrados pela CIFRÃO posicionados em 31/12/2021.

Descrição	Valores em R\$ mil			
	PBDC	MoedaPrev	PGA	Total
Fundos de Investimentos	56.470	132.927	5.235	194.632
Títulos Públicos	118.196	91.104	-	209.300
Imóveis	4.785	3.306	-	8.091
Empréstimos	3.256	7.986	-	11.242
Outros	3	41	-	44
TOTAL	182.710	235.364	5.235	423.309

Alocação por segmento de aplicação

Os recursos dos planos de benefícios administrados pela CIFRÃO estão aplicadas nas modalidades e segmentos previstos na Resolução CMN nº 4.661, de 25/05/2018. O quadro a seguir apresenta a distribuição por segmento por aplicação:

Valores em R\$ mil

Segmentos	PBDC		MoedaPrev		PGA		Total	
		%		%		%		%
Renda Fixa	167.416	91,63%	198.326	84,28%	5.235	100,00%	370.976	87,65%
Renda Variável	7.250	3,97%	25.706	10,92%	-	-	32.956	7,79%
Imóveis	4.785	2,62%	3.306	1,41%	-	-	8.091	1,91%
Empréstimos	3.256	1,78%	7.986	3,39%	-	-	11.242	2,66%
TOTAL	182.707	100,00%	235.323	100,00%	5.235	100,00%	423.265	100,00%

Gestão interna x Gestão externa

O quadro a seguir demonstra a forma de gestão dos investimentos entre administração externa e interna.

Valores em R\$ mil

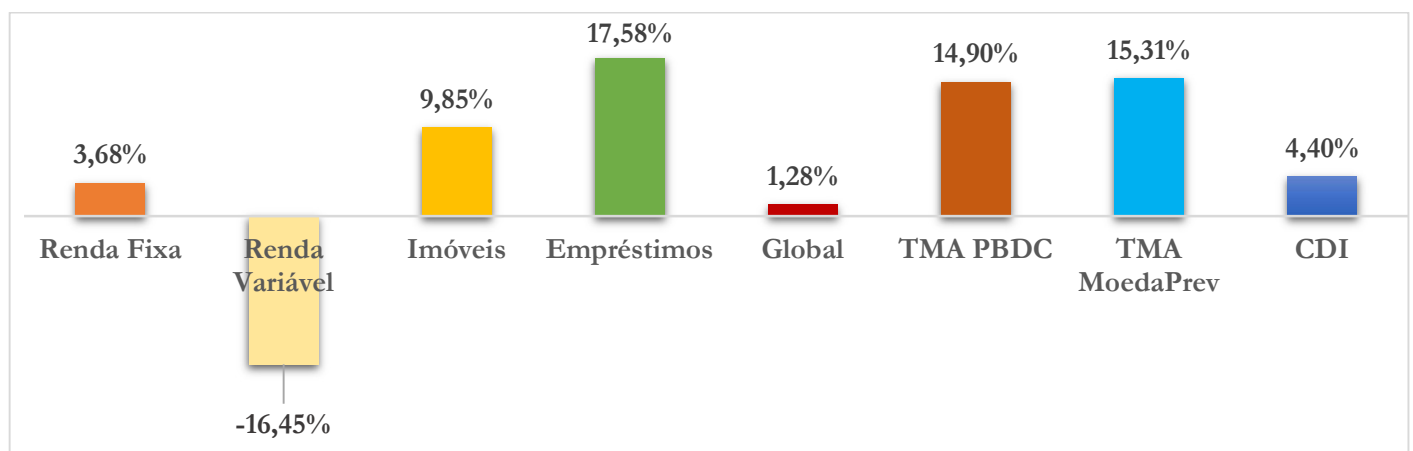
Descrição	Interna	%	Externa	%	Total	%
Investimentos de Renda Fixa	209.300	91,53%	161.676	83,07%	370.976	87,64%
Investimentos de Renda Variável	-	0,00%	32.956	16,93%	32.956	7,79%
Investimentos Estruturados	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Investimentos Imobiliários	8.091	3,54%	-	0,00%	8.091	1,91%
Empréstimos e Financiamentos	11.242	4,91%	-	0,00%	11.242	2,65%
Outros	44	0,02%	-	0,00%	44	0,01%
TOTAL	228.677	100,00%	194.632	100,00%	423.309	100,00%

Destaca-se ainda que a gestão externa é efetuada através de fundos de investimentos exclusivos e não-exclusivos. A gestão de parcela de títulos de renda fixa e das carteiras de imóveis e empréstimos aos participantes é efetuada diretamente pela CIFRÃO.

Performance dos investimentos

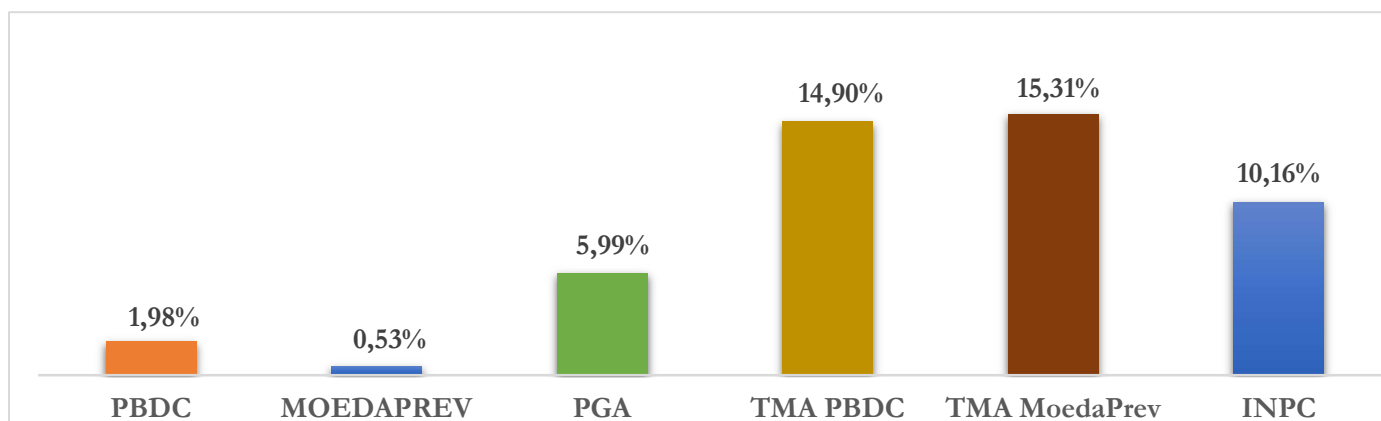
A rentabilidade dos investimentos no ano de 2021 acumulou 1,28%, enquanto à meta atuarial dos Planos PBDC e MoedaPrev, medida pela variação do INPC acrescida de juros de 4,34% a.a e 4,71% a.a, respectivamente, resultou em 14,90% para o Plano PBDC e 15,31% para o Plano MoedaPrev, conforme demonstrado no gráfico a seguir:

Rentabilidade Acumulada no Ano (Consolidado)

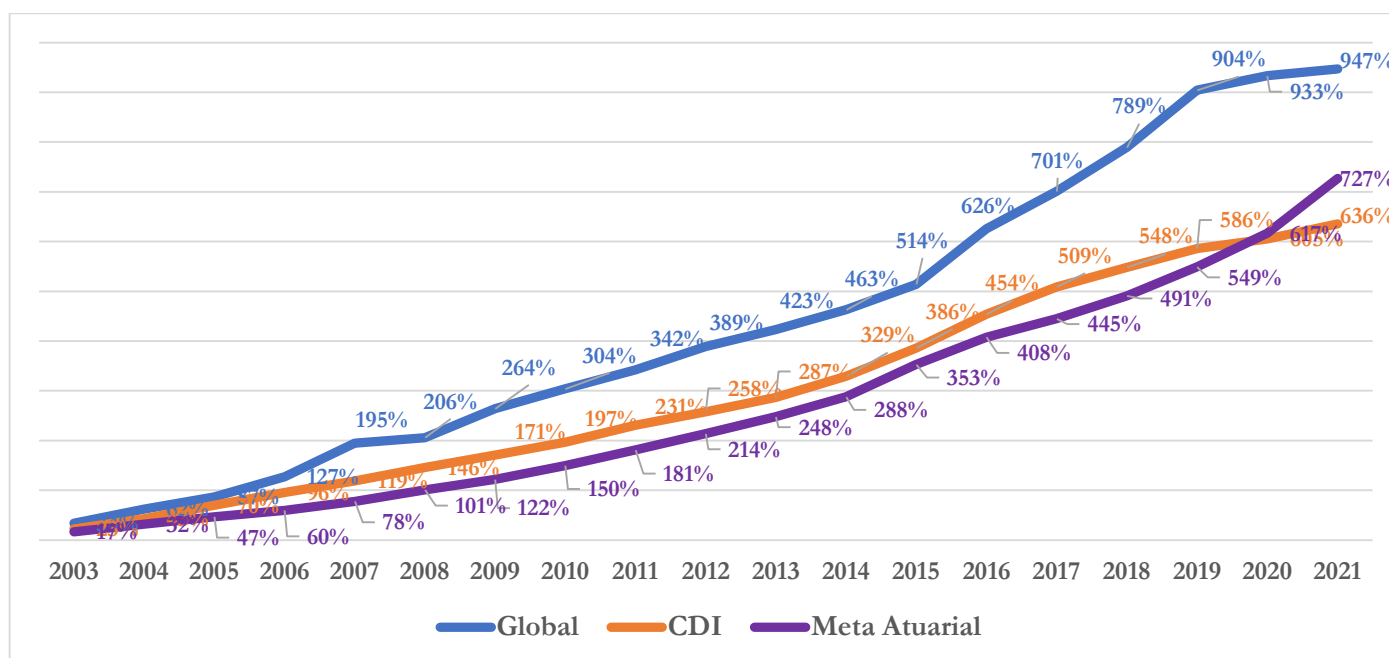


Rentabilidade Acumulada no Ano (Por Plano)

Fazendo uma análise por planos, a rentabilidade do no Plano PBDC, foi de +1,98% e no MoedaPrev, e de +0,53%, ambos inferiores as suas respectivas taxas mínimas atuarial.



No entanto, ao considerarmos um horizonte mais longo, a rentabilidade acumulada desde 2003 foi de +947%, muito superior ao CDI e à média da taxa mínima atuarial acumulada dos planos no mesmo período, que tiveram índices acumulados de 636% e 727%, respectivamente.



Resumo do enquadramento aos limites de alocação e Política de Investimentos

Os recursos garantidores estão aplicados nos segmentos e limites previstos na Resolução CMN nº 4.661, de 25/06/2018, assim como quanto aos limites estabelecidos nas Políticas de Investimentos 2022-2026, aprovadas pelo Conselho Deliberativo da Entidade, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Segmentos	% s/Recursos Garantidores 31/12/2021		% Limite máximo	
	Plano PBDC	Plano MoedaPrev	Política de Investimentos	Limite Legal
Renda Fixa	91,63%	84,28%	100,00%	100,00%
Renda Variável	3,97%	10,92%	30,00%	70,00%
Investimentos Imobiliários	2,62 %	1,41%	5,00%	20,00%
Operações com Participantes	1,78%	3,39%	15,00%	15,00%

Resumo das Políticas de Investimentos 2022

A Resolução CMN nº 4.661/2018 e legislação correlata, estabelecem os limites para aplicações dos recursos garantidores dos compromissos atuariais dos Planos de Benefícios. Tais limites também estão previstos.

No encerramento do ano de 2021, os investimentos realizados pela CIFRÃO se encontram totalmente enquadrados aos limites legais e das políticas de investimentos, ou seja, não existe nenhum desenquadramento.

A seguir apresentaremos um resumo das Políticas de Investimentos para 2022, aprovadas pelo Conselho Deliberativo. As políticas de investimentos estão disponíveis, em sua íntegra, no Site da CIFRÃO (www.cifrao.com.br) para consulta pelos participantes e assistidos.

1. Estrutura de Governança dos Investimentos

a. Responsabilidades e deveres individuais comuns a todos

A pessoa, física ou jurídica, interna ou externa à EFPC, que participe do processo de gestão dos investimentos, em qualquer de suas etapas, independentemente de cargo, atribuição ou função desempenhada, mesmo que não possua qualquer poder deliberativo, atuando direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica contratada, na aplicação dos recursos dos planos, além das obrigações legais e regulamentares, deve:

- I. Ter pleno conhecimento, cumprir e fazer cumprir as normas legais e regulamentares;
- II. Possuir capacidade técnica, conhecimentos e habilidades compatíveis com as responsabilidades inerentes ao exercício profissional de cargo, emprego ou função relacionada à gestão de investimentos;
- III. Observar atentamente a segregação de funções, abstendo-se de realizar tarefas ou atividades que possam comprometer a lisura de qualquer ato, próprio ou de terceiros, devendo comunicar de imediato ao seu superior ou ao órgão colegiado que seja membro;
- IV. Não tomar parte em qualquer atividade, no exercício de suas funções junto à EFPC ou fora dela, que possa resultar em comprovado conflito de interesses; e
- V. Comunicar imediatamente a identificação de qualquer situação em que possa ser identificada ação, ou omissão, que não esteja alinhada aos objetivos dos planos administrados pela EFPC, independentemente de obtenção de vantagem para si ou para outrem, da qual resulte ou não prejuízo

b. Distribuição de competências

Apresentam-se, a seguir, as principais atribuições de cada um dos órgãos de governança da Entidade e da Diretoria Financeira, sem prejuízo de atribuições adicionais definidas em documentos internos:

Conselho Deliberativo

- Deliberar sobre a Política de Investimentos e suas respectivas atualizações anuais.	- Estabelecer as diretrizes de aplicação dos recursos dos planos.
- Aprovar os normativos procedimentais internos referentes à gestão de investimentos e riscos, incluindo-se as atividades, tarefas ou rotinas, requisitos e condições de execução, prazos, responsabilidades entre outros assuntos.	- Assegurar a existência de padrões definidos para execução e controle dos processos; - Possibilitar a implementação e acompanhamento de indicadores e métricas de controles internos.
- Estabelecer de forma clara e objetiva a segregação de funções, através da deliberação e aprovação de Política específica elaborada e proposta pela Diretoria Executiva.	- Assegurar altos níveis de governança no que tange a evitar a possibilidade de ocorrência de situações de conflito de interesses.
- Designar o AETQ, escolhido entre os membros da Diretoria Executiva.	- Assegurar que o Diretor Estatutário nomeado tenha competência, habilidades e atitudes compatíveis com as atribuições e responsabilidades decorrentes da função.
- Designar o ARGR, escolhido entre os membros da Diretoria Executiva.	- Assegurar que o profissional nomeado tenha competência, habilidades e atitudes compatíveis com as atribuições e responsabilidades decorrentes da função.

Conselho Fiscal

Responsabilidades	Objetivos
- Fiscalizar as atividades de investimento da EFPC.	- Assegurar que a aplicação dos recursos está em conformidade com a regulamentação aplicável.
- Fiscalizar o cumprimento das disposições da Política de Investimentos e suas respectivas atualizações anuais; - Manifestar-se no relatório semestral de controle interno sobre a aderência da gestão à presente política, o qual deverá conter, no mínimo, os seguintes aspectos: a. Conclusões dos exames efetuados, inclusive sobre a aderência da gestão dos recursos garantidores dos planos de benefícios às normas em vigor e à Política de Investimentos. b. Recomendações a respeito de eventuais deficiências, com o estabelecimento de cronograma de saneamento delas, quando for o caso. c. Manifestações dos responsáveis pelas correspondentes áreas, a respeito das deficiências encontradas em verificações anteriores, bem como análise das medidas efetivamente adotadas para saná-las. d. Implementação das ações previstas no plano anual de treinamento e desenvolvimento e de seu correspondente consumo orçamentário. e. Avaliar a efetividade dos controles internos acerca do gerenciamento das certificações profissionais requeridas.	- Assegurar que a aplicação dos recursos está sendo executada de acordo com os objetivos planejados e correspondem as necessidades do plano; - Aperfeiçoar os processos de gestão, aprimorando os controles internos, de modo a reduzir os potenciais desconformidades; - Assegurar que as orientações de melhoria das ações de controle sejam efetivamente implementadas; - Assegurar que os objetivos da política de treinamento e desenvolvimento sejam atingidos com a implementação do correspondente plano anual; - Assegurar que os requisitos de certificação profissional estão sendo permanentemente atendidos.
- Fiscalizar se as normas relativas à segregação de funções estão sendo efetivamente cumpridas.	- Avaliar se as normas e controles efetivamente possibilitam a mitigação de situações de conflito de interesses.
- Examinar e analisar as demonstrações financeiras, os controles gerenciais, financeiros e operacionais.	- Avaliar os atos de gestão e os resultados auferidos.
- Monitorar a aplicação dos procedimentos previstos pelos órgãos reguladores.	- Efetuar ações de controle, visando assegurar o contínuo cumprimento da legislação de regência da matéria.

Diretoria Executiva

Responsabilidades	Objetivos
- Propor a Política de Investimentos, a partir de proposta da Diretoria Financeira, bem como as suas respectivas atualizações anuais.	- Colaborar com o Conselho Deliberativo na construção da estratégia de alocação, sob parâmetros exequíveis e compatíveis com a realidade da gestão e dos planos.
- Celebrar contratos com prestadores de serviços.	- Viabilizar a execução da atividade de gestão dos investimentos.
- Estabelecer de forma clara e objetiva a segregação de funções, através de elaboração de Política específica e submeter ao Conselho Deliberativo.	- Mitigar a possibilidade de ocorrência de situações de conflito de interesses.
- Avaliar os processos de seleção, monitoramento e avaliação de prestadores de serviços relacionados a gestão de investimentos elaborados pela Diretoria Financeira.	- Assegurar que o prestador de serviços apresente resultados satisfatórios para a Entidade, consoante aos respectivos mandatos e/ou regulamentos, submetendo esta avaliação periódica ao Conselho Deliberativo para apreciação dos resultados e deliberação final.

Diretor Financeiro – AETQ e ARGR

Responsabilidades	Objetivos
- Elaborar a Política de Investimentos, bem como as suas respectivas atualizações anuais.	- Desenvolver com suporte de consultoria externa a construção da estratégia de alocação, sob parâmetros exequíveis e compatíveis com a realidade da gestão e dos planos.
- Monitorar o risco e retorno dos investimentos.	- Acompanhar o desempenho da carteira e sua aderência aos objetivos do plano.
- Desenvolver e propor a normatização dos processos de seleção, monitoramento e avaliação de prestadores de serviços relacionados a gestão de investimentos.	- Mitigar o risco de terceirização, contratando somente empresas especializadas. - Assegurar que os prestadores de serviços apresentem habilitação emitida pelo correspondente regulador, para o exercício específico da atividade a contratada. - Assegurar que o prestador de serviços comprove possuir capacidade técnica e experiência relevante no especificamente no mercado de previdência complementar fechada.
- Analisar o cenário econômico, buscando identificar e propor oportunidade de investimentos e desinvestimentos capazes de gerar bons resultados para os planos de benefícios e PGA da Entidade.	- Direcionar os investimentos da Entidade para suas metas de performance, através de propostas de investimentos, a serem apreciada pelo Comitê Consultivo de Investimentos antes da continuidade do processo de tomada de decisões junto à Diretoria Executiva ou Conselho Deliberativo.

Em cumprimento ao disposto na Lei Complementar nº 108/01, compete exclusivamente ao Conselho Deliberativo autorizar investimentos que envolvam valores iguais ou superiores a 5% (cinco por cento) dos recursos garantidores, ainda que sujeito à execução fracionada ou por meio de tranches. As operações que envolvem o comprometimento de capital, ainda que não sejam sujeitas à execução imediata, também requerem a autorização do Conselho Deliberativo para sua execução.

2. Cenário Econômico

Na elaboração desta Política de Investimentos tomamos como base as expectativas de mercado tendo como fonte o Relatório FOCUS (Banco Central) e projeções de instituições financeiras, conforme quadro a seguir:

	2021 Apurado	2022 Projetado
Variação do PIB (% a.a)	+4,65%	+0,50%
IPCA (IBGE) - % a.a.	+10,05%	+5,02%
Taxa Selic Meta (% a.a.)	9,25%	11,50%
Taxa de Câmbio - R\$/US\$ Fim do Período	5,59	5,55
Balança Comercial (US\$ bilhões)	59,90	55,80
Investimento Estrangeiro Direto (US\$ bilhões)	52,00	58,10
Dívida Líquida do Setor Público (%PIB)	58,95%	63,00%
Resultado Primário (%PIB)	-0,60%	-1,20%

Fonte: FOCUS (10/12/2021)

3. Alocação por segmento de aplicação

Plano PBDC

Segmento de aplicação	Alocação Objetivo	Política de Investimentos		Resolução n° 4.661/2018	
		Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo
Renda Fixa	93,54%	50,00%	100,00%	0,00%	100,00%
Renda Variável	2,41%	0,00%	30,00%	0,00%	70,00%
Investimentos Estruturados	0,00%	0,00%	20,00%	0,00%	20,00%
Investimentos no Exterior	0,00%	0,00%	5,00%	0,00%	10,00%
Investimentos Imobiliários	2,39%	0,00%	5,00%	0,00%	20,00%
Operações com participantes	1,66%	0,00%	15,00%	0,00%	15,00%

Plano MoedaPrev

Segmento de aplicação	Alocação Objetivo	Política de Investimentos		Resolução n° 4.661/2018	
		Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo
Renda Fixa	82,29%	50,00%	100,00%	0,00%	100,00%
Renda Variável	13,39%	0,00%	30,00%	0,00%	70,00%
Investimentos Estruturados	0,00%	0,00%	20,00%	0,00%	20,00%
Investimentos no Exterior	0,00%	0,00%	5,00%	0,00%	10,00%
Investimentos Imobiliários	1,27%	0,00%	5,00%	0,00%	20,00%
Operações com participantes	3,05%	0,00%	15,00%	0,00%	15,00%

Plano Gestão Administrativa

Segmento de aplicação	Alocação Objetivo	Política de Investimentos		Resolução n° 4.661/2018	
		Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo
Renda Fixa	100,00%	50,00%	100,00%	0,00%	100,00%
Renda Variável	0,00%	0,00%	30,00%	0,00%	70,00%
Investimentos Estruturados	0,00%	0,00%	20,00%	0,00%	20,00%
Investimentos no Exterior	0,00%	0,00%	5,00%	0,00%	10,00%
Investimentos Imobiliários	0,00%	0,00%	5,00%	0,00%	20,00%
Operações com participantes	0,00%	0,00%	15,00%	0,00%	15,00%

4. Rentabilidade esperada para 2022

Tendo como referência os cenários econômicos desenhados pela CIFRÃO, incluindo as perspectivas de inflação, taxa de juros e outras variáveis que afetam direta ou indiretamente os mercados financeiro e de capitais, projetamos nos quadros a seguir a rentabilidade para 2022 tomando como parâmetro as alocações descritas nos quadros anteriores.

Plano PBDC

Plano/Segmento	Rentabilidade 2020	Rentabilidade 3° Trimestre 2021	Rentabilidade 2022 Projetada	Benchmark 2021
Plano	2,50%	0,93%	9,58%	INPC+4,34% a.a.
Renda Fixa	1,80%	2,77%	11,05%	CDI+0,50%
Renda Variável	-5,23%	-10,37%	14,12%	Ibovespa
Investimentos Estruturados	N/A	N/A	N/A	CDI+2,00%
Investimentos no Exterior	N/A	N/A	N/A	MSCI World BRL
Imóveis	-7,41%	0,92%	9,58%	INPC+4,34% a.a
Operações com Participantes	11,57%	13,52%	10,06%	INPC+4,80% a.a.

Plano MoedaPrev

Plano/Segmento	Rentabilidade 2020	Rentabilidade 3º Trimestre 2021	Rentabilidade 2022 Projetada	Benchmark 2021
Plano	3,36%	0,22%	9,97%	INPC+4,71% a.a.
Renda Fixa	1,65%	1,40%	11,05%	CDI+0,50%
Renda Variável	-1,88%	-10,28%	14,12%	Ibovespa
Investimentos Estruturados	N/A	N/A	N/A	CDI+2,00%
Investimentos no Exterior	N/A	N/A	N/A	MSCI World BRL
Imóveis	-0,08%	0,92%	9,97%	INPC+4,71% a.a.
Operações com Participantes	11,35%	11,91%	10,06%	INPC+4,80% a.a.

Plano de Gestão Administrativa

Plano/Segmento	Rentabilidade 2020	Rentabilidade 3º Trimestre 2021	Rentabilidade 2022 Projetada	Benchmark 2021
Plano	2,35%	2,10%	10,50%	CDI.
Renda Fixa	2,35%	2,10%	10,50%	CDI.
Renda Variável	N/A	N/A	N/A	N/A
Investimentos Estruturados	N/A	N/A	N/A	N/A
Investimentos no Exterior	N/A	N/A	N/A	N/A
Imóveis	N/A	N/A	N/A	N/A

5. Limites de diversificação

Quanto aos limites de diversificação, a CIFRÃO adotou em suas políticas de investimentos os mesmos limites previstos na Resolução CMN nº 4.661/2018, com exceção as vedações em títulos emitidos por empresas do mesmo segmento econômico da Patrocinadora.

6. Metodologia e critérios para avaliação de riscos

Apresentamos a seguir a política de controle de riscos da CIFRÃO, no que concerne aos riscos de mercado, crédito, operacional, legal, sistêmico e liquidez.

• Risco de Mercado

O processo de gerenciamento e de controle do risco de mercado será feito pelo cálculo do Value at Risk (VaR).

A CIFRÃO adotará os seguintes parâmetros para o cálculo do VaR: modelo paramétrico, intervalo de confiança de 95% e horizonte temporal de 21 (vinte e um) dias úteis. O limite para o conjunto de ativos de renda variável será de 10% sobre o patrimônio do Fundo. Para o segmento de renda fixa o limite será de 5%.

• Risco de Crédito

O risco de crédito caracteriza-se pela possibilidade de inadimplência das contraparte sem operações realizadas com o veículo de investimento considerado (fundos de investimentos, carteira administrada, carteira própria, etc.) ou dos emissores de títulos e valores mobiliários integrantes do veículo de investimento, podendo ocorrer, conforme o caso, perdas financeiras até o montante das operações contratadas e não liquidadas, assim como dos rendimentos e/ou do valor do principal dos títulos e valores mobiliários.

O risco de crédito não-bancário ou bancário (instituições financeiras), sempre respeitando os limites e as restrições legais, será efetuado com base nos ratings de crédito, divulgados por agências internacionais classificadoras de risco, em funcionamento no País, conforme quadro a seguir:

Agência	Ratings – Risco de Crédito Não Bancário e Bancário
	CP – Curto Prazo; LP – Longo Prazo
FITCH	CP: F1 (bra), F2 (bra) LP: AAA (bra), AA (bra)
Moody's	CP: BR-1, BR-2 LP: Aaa.br, Aa1.br, Aa2.br, Aa3.br, A1.br, A2.br, A3.br
Standard & Poor's	CP: brA-1, brA-2, brA-3 LP: brAAA, brAA, brA

• Risco de Liquidez

O risco de liquidez caracteriza-se pela possibilidade de redução ou mesmo inexistência de demanda pelos títulos e valores mobiliários integrantes do veículo de investimento considerado (fundos de investimentos, carteira administrada, carteira própria, etc.) nos respectivos mercados em que são negociados. Nesse caso, podem ser encontradas dificuldades para negociar os referidos títulos e valores mobiliários pelo preço e no tempo desejados, bem como na sua liquidação física e financeira.

A CIFRÃO procederá continuamente ao gerenciamento do risco de liquidez. Com a adoção dessa política, a CIFRÃO visa a eliminar a possibilidade de que haja qualquer dificuldade em honrar seus compromissos previdenciais no curto prazo.

• Risco Legal

O risco legal deriva do potencial questionamento jurídico na execução dos contratos. Para mitigação desse risco a CIFRÃO utiliza-se de pareceres jurídicos especializados para assuntos de caráter específico aos investimentos realizados.

• Risco operacional

O risco operacional pode ser definido como uma medida da incerteza dos retornos dos investimentos da Entidade caso os seus sistemas, práticas e medidas de controle não sejam capazes de evitar falhas humanas, danos à infraestrutura de suporte, utilização indevida de modelos matemáticos, ou produtos, ou alterações no ambiente de negócio.

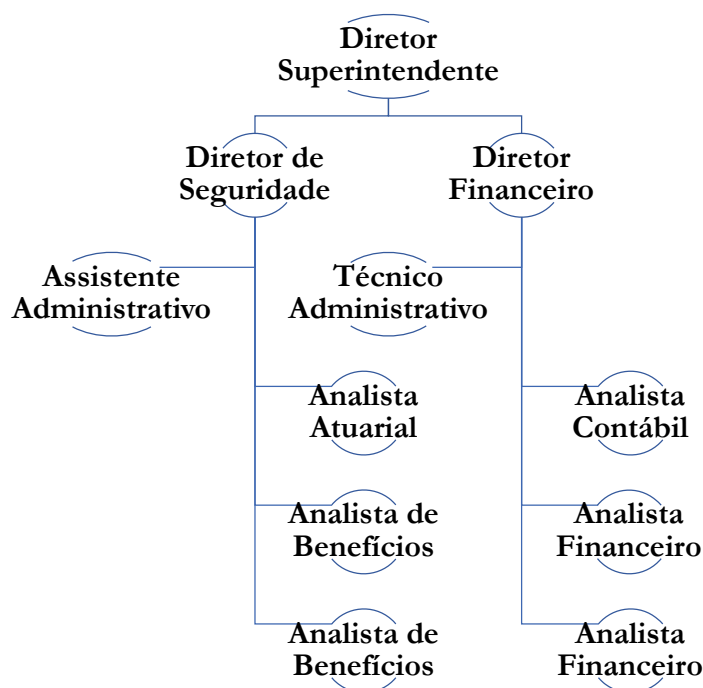
A CIFRÃO monitora e avalia periodicamente os riscos operacionais existentes no processo de investimentos, assim como os controles para mitigar esses riscos.

• Risco sistêmico

Refere-se à possibilidade de que a insolvência de uma ou mais instituições provoque a insolvência do sistema financeiro como um todo, o que poderá afetar negativamente a rentabilidade dos investimentos da CIFRÃO. Procura-se minimizar esse risco mediante constante monitoramento do mercado, adotando-se imediatamente as medidas necessárias caso se pronuncie a incidência do citado risco.

4. ADMINISTRAÇÃO

Atualmente, o quadro de colaboradores da entidade conta com 08 (oito) empregados, sendo 06 (seis) analistas, 01 (um) assistente administrativo e 01 (um) técnico administrativo, além de 03 (três) diretores, conforme demonstrado no organograma a seguir:



O quadro a seguir apresentamos a execução das despesas administrativas em 2021, em comparação ao valor orçado para o ano e ao realizado de 2020.

Descrição	Valores em R\$ mil		
	Real 2021	Orçado 2021	Real 2020
Pessoal e Encargos	2.740	3.108	3.316
Treinamento/Congressos	34	50	36
Viagens e Estadias	0	18	0
Serviços de Terceiros	1.075	1.069	968
Despesas Gerais	167	185	139
Depreciação e Amortização	70	70	70
Tributos	412	416	238
Outras	0	0	10
Total	4.498	4.916	4.777

A Lei Complementar nº 108/2001, determina que as despesas administrativas das Entidades Fechadas de Previdência Complementar serão custeadas pelo patrocinador e pelos participantes ativos e assistidos, atendendo ao limite e critérios estabelecidos pelo órgão regulador e fiscalizador.

A Resolução CGPC nº 29/2009 estabelece que o limite seja de 9% sobre o total de contribuições e benefícios pagos (Taxa de Carregamento) ou em 1% sobre os recursos garantidores como os limites para realização das despesas administrativas dos planos de benefícios patrocinados por entes públicos ou empresas governamentais.

A CIFRÃO optou pelo atendimento ao limite denominado “Taxa de Carregamento”, que representa 9% sobre a soma de contribuições e benefícios pagos no ano. Em 2021, a Entidade se enquadrou no limite estabelecido pela legislação vigente, e para o ano de 2022, as projeções também indicam que a Taxa de Carregamento ficará abaixo do limite legal, conforme demonstrado no quadro a seguir:

	Valores em R\$ mil	
	2021 (Realizado)	2022 (Orçado)
Contribuições	25.618	30.062
Benefícios de renda	54.165	44.505
Receita Administrativa	(130)	(132)
Fluxo: contribuições + Benefícios – Receita Administrativa	79.653	74.435
Apuração do Limite Legal		
(=) Limite Legal em R\$ (equivalente a 9% do Fluxo)	7.169	6.699
Transferência para cobertura de despesas administrativas	4.689	6.076
Transferência s/Fluxo	5,9%	8,15%

5. EQUACIONAMENTO DE DÉFICIT

No intuito de solucionar o problema deficitário do Plano PBDC, em dezembro de 2014 foi celebrado o Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, instrumento firmado entre CIFRÃO, Casa da Moeda do Brasil e PREVIC, o qual foi devidamente aprovado pela PREVIC na 19ª Sessão Extraordinária da Diretoria Colegiada da PREVIC ocorrida em 09 de dezembro de 2014, conforme disposto no Ofício nº 3874/CGFD/DIFIS/PREVIC.

Dentre os compromissos assumidos pelas partes do TAC estava prevista a implantação do processo de migração voluntária, e como proposta estava a opção dos participantes e assistidos da interrupção do recolhimento de suas contribuições normais do Plano PBDC e a migração para o Plano MoedaPrev da sua Reserva Matemática do Direito Acumulado deduzida da parcela de sua responsabilidade no equacionamento do déficit técnico apurado.

A partir da aprovação dos órgãos competentes, foi publicada no Diário Oficial da União nº 241, de 13/12/2019, a Portaria PREVIC nº 1.077, de 11/12/2019, que autorizou a CIFRÃO promover a alteração dos Regulamentos PBDC e MoedaPrev, e conseqüentemente, operacionalizar a migração voluntária dos participantes para o Plano MoedaPrev, conforme previsto no TAC, cuja efetivação se deu em 01/12/2020 com percentual de 44,92% de migrados, conforme exposto no quadro a seguir:

PARTICIPANTES	MIGRADOS	NÃO MIGRADOS ¹	TOTAL	TAXA DE MIGRAÇÃO
Ativos / Autopatrocinados	81	26	107	75,70%
BPD	04	01	05	80,00%
Aposentados	297	492	789	37,64%
Pensionistas ²	140	121	261	53,64%
Total	522	640	1.162	44,92%

¹ Inclui os participantes e assistidos que não se manifestaram em relação à migração.

² Considera-se pensões bipartidas (mais de um pensionista por matrícula).

Para os participantes que permaneceram no Plano PBDC, o equacionamento do déficit se deu mediante a cobrança de contribuição extraordinária dos assistidos e das Patrocinadoras no percentual de 18,10% aplicado sobre os benefícios a partir do mês de abril de 2021 para equacionar o Déficit Técnico Acumulado no valor de R\$ 113.550.425,77, conforme exposto no Parecer Atuarial de Fato Relevante do Plano PBDC aprovado pelo Conselho Deliberativo, em sua 2ª Reunião Extraordinária, realizada 08/04/2021.

Destaca-se ainda que nos meses de setembro e outubro de 2021 a Patrocinadora Casa da Moeda do Brasil realizou o pagamento da parcela da dívida da migração voluntária referente a integralização da reserva dos participantes que optaram pela migração, no valor total de R\$ 41.571.110,38, já atualizado pela Meta Atuarial do Plano MoedaPrev conforme previsto no Termo de Compromisso firmado entre a CIFRÃO e CMB.

6. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS

BALANÇO PATRIMONIAL – CONSOLIDADO

R\$ MIL

ATIVO	2021	2020
DISPONÍVEL	15	122
REALIZÁVEL	423.954	450.147
Gestão Previdencial	251	39.641
Gestão Administrativa	394	385
Investimentos	423.309	410.121
Títulos Públicos	209.300	30.027
Fundos de Investimento	194.632	362.919
Derivativos	-	-
Investimentos Imobiliários	8.091	7.480
Empréstimos e Financiamentos	11.242	9.693
Outros Realizáveis	44	2
PERMANENTE	56	126
Imobilizado	37	51
Intangível	19	75
TOTAL DO ATIVO	424.025	450.395
PASSIVO	2021	2020
EXIGÍVEL OPERACIONAL	5.162	8.212
Gestão Previdencial	4.846	7.879
Gestão Administrativa	253	312
Investimentos	63	21
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	1.676	1.675
Gestão Previdencial	1.676	1.675
Gestão Administrativa	-	-
PATRIMÔNIO SOCIAL	417.187	440.508
Patrimônio de Cobertura do Plano	395.725	420.353
Provisões Matemáticas	434.023	429.002
Benefícios Concedidos	434.023	429.716
Benefícios a Conceder	122.680	118.756
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(123.450)	(119.470)
Equilíbrio Técnico	(38.298)	(8.649)
Resultados Realizados	(38.298)	(8.649)
(-) Déficit Técnico Acumulado	(38.298)	(8.649)
Fundos	21.462	20.155
Fundos Previdenciais	14.712	13.608
Fundos Administrativos	5.433	5.243
Fundos dos Investimentos	1.317	1.304
TOTAL DO PASSIVO	424.025	450.395

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL - DMPS

R\$ MIL

	2021	2020	Variação
A) Patrimônio Social - início do exercício	440.508	408.113	7,94%
1. Adições	34.940	211.621	-83,49%
(+) Contribuições Previdenciais	27.463	56.495	-51,39%
(+) Migração entre Planos	-	129.156	-100,00%
(+) Outras Adições Previdenciais	2	6.517	-99,97%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	2.774	15.364	-81,94%
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	-	0,00%
(+) Receitas Administrativas	4.483	3.757	19,32%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	205	139	47,48%
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	-	40	-100,00%
(+) Constituição de Fundos para Garantia das Operações com Participantes	13	153	-91,50%
2. Deduções	(58.261)	(179.226)	-67,49%
(-) Benefícios	(53.448)	(44.592)	19,86%
(-) Resgates	(304)	(160)	90,00%
(-) Portabilidades	-	(173)	-100,00%
(-) Migrações entre planos	-	(129.155)	-100,00%
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(11)	(369)	-97,02%
(-) Despesas Administrativas	(4.498)	(4.777)	-5,84%
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	(23.321)	32.395	-171,99%
(+/-) Provisões Matemáticas	5.021	(120.320)	-104,17%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(29.649)	149.737	-119,80%
(+/-) Fundos Previdenciais	1.104	3.666	-69,89%
(+/-) Fundos Administrativos	190	(841)	-122,59%
(+/-) Fundos para Garantia das Operações com Participantes	13	153	-91,50%
B) Patrimônio Social no final do exercício (A+3)	417.187	440.508	-5,29%

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO DE BENEFÍCIOS PBDC

R\$ MIL

DESCRIÇÃO	2021	2020	Variação
A) Ativo Líquido - início do exercício	189.317	334.836	-43,46%
1. Adições	15.364	25.055	-38,68%
(+) Contribuições	12.524	9.196	36,19%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	2.838	9.342	-69,62%
(+) Outras Adições	2	6.517	-99,97%
2. Deduções	(29.015)	(170.574)	-82,99%
(-) Benefícios	(27.500)	(39.990)	-31,23%
(-) Resgates	(253)	(125)	102,40%
(-) Migrações Entre Planos	-	(129.156)	-100,00%
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(11)	(369)	-97,02%
(-) Custeio Administrativo	(1.251)	(934)	33,94%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	(13.651)	(145.519)	-90,62%
(+/-) Provisões Matemáticas	9.734	(295.292)	-103,30%
(+/-) Fundos Previdenciais	-	-	0,00%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(23.386)	149.773	-115,61%
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	175.666	189.317	-7,21%
C) Fundos não Previdenciais	482	(2.446)	-119,71%
(+/-) Fundos Administrativos	495	(2.573)	-119,24%
(+/-) Fundos para Garantia das Operações com Participantes	(13)	127	-110,24%

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO DE BENEFÍCIOS MOEDAPREV

R\$ MIL

DESCRIÇÃO	2021	2020	Variação
A) Ativo Líquido - início do exercício	244.643	66.042	270,44%
1. Adições	17.184	184.357	-90,68%
(+) Contribuições	17.184	49.179	-65,06%
(+) Migração entre Planos	-	129.156	-100,00%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	-	6.022	-100,00%
2. Deduções	(27.054)	(5.756)	370,01%
(-) Benefícios	(25.947)	(4.601)	463,94%
(-) Resgates	(51)	(35)	45,71%
(-) Portabilidade	-	(173)	-100,00%
(-) Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	(63)	-	0,00%
(-) Custeio Administrativo	(993)	(947)	4,86%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	(9.870)	178.601	-105,53%
(+/-) Provisões Matemáticas	(4.713)	174.972	-102,69%
(+/-) Fundos Previdenciais	1.104	3.665	-69,88%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(6.262)	(36)	17.294,44%
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	234.773	244.643	-4,03%
C) Fundos não Previdenciais	(279)	1.758	-115,87%
(+/-) Fundos Administrativos	(305)	1.732	-117,61%
(+/-) Fundos para Garantia das Operações com Participantes	26	26	-0,00%

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO DE BENEFÍCIOS PBDC

R\$ MIL

DESCRIÇÃO	2021	2020	Variação
1. Ativos	186.003	199.546	-6,79%
Disponível	9	63	-85,71%
Recebível	3.284	4.720	-30,42%
Investimentos	182.710	194.763	-6,19%
Títulos Públicos	118.196	13.760	758,98%
Fundos de Investimentos	56.470	173.821	-67,51%
Investimentos Imobiliários	4.785	4.208	13,72%
Operações com Participantes	3.256	2.972	9,56%
Outros Realizáveis	2	2	0,00%
2. Obrigações	6.441	6.815	-5,49%
Operacional	4.765	5.139	-7,28%
Contingencial	1.676	1.676	0,00%
3. Fundos não Previdenciais	3.896	3.414	14,12%
Fundos Administrativos	3.169	2.674	18,51%
Fundos dos Investimentos	727	740	-1,76%
4. Resultados a Realizar	-	-	0,00%
5. Ativo Líquido (1 - 2 - 3 - 4)	175.666	189.317	-7,21%
Provisões Matemáticas	207.664	197.930	4,92%
Superávit/Déficit Técnico	(31.999)	(8.613)	271,52%
Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	(31.999)	(8.613)	271,52%
b) (+/-) Ajuste de Precificação	3.576	1.819	96,59%
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado	(28.423)	(6.794)	318,35%

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO DE BENEFÍCIOS MOEDAPREV

R\$ MIL

DESCRIÇÃO	2021	2020	Variação
1. Ativos	237.771	250.535	-5,09%
Disponível	6	57	-89,47%
Recebível	2.400	40.163	-94,02%
Investimentos	235.365	210.315	11,91%
Títulos Públicos	91.104	16.267	460,05%
Fundos de Investimentos	132.928	184.056	-27,78%
Derivativos	-	-	0,00%
Investimento Imobiliários	3.306	3.272	1,04%
Operações com Participantes	7.986	6.720	18,84%
Outros Realizáveis	41	-	0,00%
2. Obrigações	145	2.760	-94,75%
Operacional	145	2.760	-94,75%
3. Fundos não Previdenciais	2.853	3.132	-8,91%
Fundos Administrativos	2.263	2.568	-11,88%
Fundos dos Investimentos	590	564	4,61%
4. Resultados a Realizar	-	-	0,00%
5. Ativo Líquido (1 - 2 - 3 - 4)	234.773	244.643	-4,03%
Provisões Matemáticas	226.359	231.072	-2,04%
Superávit/Déficit Técnico	(6.299)	(36)	17.397,22%
Fundos Previdenciais	14.712	13.607	8,12%
Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	(6.299)	(36)	17.397,22%
b) (+/-) Ajuste de Precificação	1.732	-	0,00%
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado	(4.567)	(36)	12.586,11%

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA CONSOLIDADA

R\$ MIL

DESCRIÇÃO	2021	2020	Variação
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	5.243	6.084	-13,82%
1. Custeio da Gestão Administrativa	4.688	3.896	20,33%
1.1. Receitas	4.688	3.896	20,33%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	2.244	1.880	19,36%
Custeio Administrativo dos Investimentos	2.109	1.739	21,28%
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	130	139	-6,47%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	205	138	48,55%
2. Despesas Administrativas	4.498	4.777	-5,84%
2.1. Administração dos Planos de Previdência	4.498	4.777	-5,84%
Pessoal e Encargos	2.740	3.315	-17,35%
Treinamentos/Congressos e Seminários	34	36	-5,56%
Serviços de Terceiros	1.075	968	11,05%
Despesas Gerais	167	139	20,14%
Depreciações e Amortizações	70	70	0,00%
Tributos	412	238	73,11%
Outras Receitas	-	11	-100,00%
2.2. Provisão para perdas estimadas	-	-	0,00%
2.3. Administração da Gestão Assistencial -	-	-	0,00%
2.4 Remuneração - Antecipação de Contribuições dos Patrocinadores	-	-	0,00%
2.5. Fomentos	-	-	0,00%
2.6. Outras Despesas	-	-	0,00%
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	-	40	-100,00%
5. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos	-	-	0,00%
6. Sobra / Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	190	(841)	-122,59%
7. Constituição / (Reversão) do Fundo Administrativo (6)	190	(841)	-122,59%
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)	5.433	5.243	3,62%

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS PBDC

R\$ MIL

DESCRIÇÃO	2021	2020	Variação
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	182.833	196.872	-7,13%
1. Provisões Matemáticas	207.664	197.930	4,92%
1.1. Benefícios Concedidos	317.067	298.379	6,26%
Contribuição Definida	449	471	-4,67%
Benefício Definido	316.618	297.908	6,28%
1.2. Benefícios a Conceder	14.047	19.021	-26,15%
Contribuição Definida	23	22	4,55%
Saldo de Contas - parcela participantes	-	22	0,00%
Benefício Definido	14.024	18.999	-26,19%
1.3. (-) Provisões Matemáticas a Constituir	(123.450)	(119.470)	3,33%
(-) Déficit Equacionado	(123.450)	(119.470)	3,33%
(-) Patrocinador(es)	(61.725)	(59.735)	3,33%
(+/-) Participantes	(2.640)	(3.736)	-29,34%
(+/-) Assistidos	(59.085)	(55.999)	5,51%
2. Equilíbrio Técnico	(31.999)	(8.613)	271,52%
2.1 - Resultados Realizados	(31.999)	(8.613)	271,52%
(-) Déficit Técnico Acumulado	(31.999)	(8.613)	271,52%
2.2 - Resultados a Realizar	-	-	0,00%
3. Fundos	727	740	-1,76%
3.1 - Fundos Previdenciais	-	-	0,00%
3.2 - Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	727	740	-1,76%
4. Exigível Operacional	4.765	5.139	-7,28%
4.1 - Gestão Previdencial	4.709	5.123	-8,08%
4.2 - Investimentos - Gestão Previdencial	56	16	250,00%
5. Exigível Contingencial	1.676	1.676	0,00%
5.1 - Gestão Previdencial	1.676	1.676	0,00%
5.2 - Investimentos - Gestão Previdencial	-	-	0,00%

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIO MOEDAPREV

R\$ MIL

DESCRIÇÃO	2021	2020	Variação
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	235.507	247.967	-5,02%
1. Provisões Matemáticas	226.359	231.072	-2,04%
1.1. Benefícios Concedidos	117.726	131.337	-10,36%
Contribuição Definida	51.465	70.961	-27,47%
Benefício Definido	66.261	60.376	9,75%
1.2. Benefícios a Conceder	108.633	99.735	8,92%
Contribuição Definida	108.633	99.735	8,92%
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	32.310	27.353	18,12%
Saldo de Contas - parcela participantes	76.323	72.382	5,44%
1.3. (-) Provisões Matemáticas a Constituir	-	-	0,00%
2. Equilíbrio Técnico	(6.299)	(36)	17.397,22%
2.1 - Resultados Realizados	(6.299)	(36)	17.397,22%
(-) Déficit Técnico Acumulado	(6.299)	(36)	17.397,22%
2.2 - Resultados a Realizar	-	-	0,00%
3. Fundos	15.302	14.171	7,98%
3.1 - Fundos Previdenciais	14.712	13.607	8,12%
3.2 - Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	590	564	4,61%
4. Exigível Operacional	145	2.760	-94,75%
4.1 - Gestão Previdencial	137	2.755	-95,03%
4.2 - Investimentos - Gestão Previdencial	8	5	60,00%
5. Exigível Contingencial	-	-	0,00%

NOTAS EXPLICATIVAS

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS FINDO EM 31/12/2021

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A CIFRÃO - FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA DA CASA DA MOEDA DO BRASIL, foi autorizada a funcionar por meio da Portaria MPAS nº 1931, de 11/12/1979 (DOU de 11/12/1979), pessoa jurídica de direito privado sem finalidade de lucros, constituída sob a forma de Fundação, é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), multiplano, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, registrada na Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) sob o nº 00241.

A Fundação tem a finalidade instituir e administrar planos de benefícios de caráter previdenciários, tendo por objetivo conceder benefícios aos seus Participantes, estes colaboradores vinculados aos Patrocinadores e seus respectivos Beneficiários. Os recursos de que a CIFRÃO dispõe são oriundos das contribuições mantidas pelos Participantes e Patrocinadoras (Casa da Moeda do Brasil e CIFRÃO), estabelecidas no Plano de Custeio Atuarial, acrescidas dos rendimentos dos investimentos desses recursos, observados os dispositivos da resolução do Conselho Monetário Nacional e respectivas atualizações.

A Fundação é regida pela Lei Complementar nº 108 e 109, de 29/05/2001 e pelas normas regulamentares emanadas do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC e da Superintendência de Previdência Complementar – PREVIC.

2. PLANOS DE BENEFÍCIOS ADMINISTRADOS

A Fundação administra 02 (dois) Planos de Benefícios Previdenciais inscritos no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB) das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) mantido pela PREVIC.

2.1. Plano de Benefício Definido CIFRÃO (PBDC)

É um plano na modalidade de benefício definido, inscrito no CNPB sob o nº 1979.0039-47. As regras de cálculo dos valores de benefícios a serem pagos a seus participantes e dependentes encontram-se estabelecidas no contexto de seu Regulamento.

As principais características do PBDC são:

- ✓ Nível de benefício garantido para o participante;
- ✓ O custo do plano é estimado;
- ✓ A patrocinadora e os participantes assumem o risco; e
- ✓ Trata-se de um plano solidário, onde todos contribuem para todos.

2.2. Plano de Benefício MoedaPrev

É um plano na modalidade de contribuição variável, inscrito no CNPB sob o nº 2010.0036-83. As regras de cálculo dos valores de benefícios a serem pagos a seus Participantes e dependentes encontram-se estabelecidas no contexto de seu Regulamento.

As principais características do MoedaPrev são:

- ✓ O valor do benefício é decorrente do montante acumulado pelo participante, em sua conta individual, até o momento de sua aposentadoria.
- ✓ Após cumprida todas as carências, o participante poderá solicitar o benefício de aposentadoria de forma vitalícia, com base em seu saldo de contas.

No quadro a seguir constam as quantidades de associados dos planos de benefícios administrados pela Entidade posicionados em 31/12/2021 e 31/12/2020:

	31/12/2021			31/12/2020		
	PBDC	MoedaPrev	Consolidado	PBDC	MoedaPrev	Consolidado
Ativos	23	619	642	27	626	653
Assistidos	575	460	945	606	463	1069
Total	598	1.079	1.587	633	1.089	1.722

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações foram elaboradas e são apresentadas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, e normas regulamentares, peculiares as Entidades de Previdência Social Complementar, com destaque para a Resolução CNPC nº 43, de 06/08/2021, sob a orientação da Instrução PREVIC nº 31, de 20/08/2020, em vigor desde janeiro de 2021, que estabelece normas para os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar, estrutura o plano contábil padrão, instrui a função e funcionamento das contas, a forma, o meio e a periodicidade de envio das demonstrações contábeis, atendendo, ainda, a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22/01/2010, que aprova a ITG 2001 e normativos posteriores.

A escrituração contábil dos planos é inteiramente segregada, permitindo a apuração do resultado por Plano de Benefícios.

3.1. Demonstrações Contábeis Consolidadas

O Balanço Patrimonial, nele estão apresentados o somatório dos ativos, passivos e o patrimônio de cobertura dos Planos de Benefícios Previdenciais administrados pela CIFRÃO e do seu Plano de Gestão Administrativa (PGA), aplicadas as regras de consolidação em que são eliminados os saldos de valores “a receber” e “a pagar” entre os planos, inclusive PGA, além de outras eliminações previstas nas normas contábeis aplicáveis às EFPC.

A Demonstração da Mutações do Patrimônio Social (DMPS) e do Plano de Gestão Administrativa (DPGA), apresentam as modificações no Patrimônio Social dos Planos, o resultado da atividade administrativa e as mutações do fundo administrativo.

3.2. Demonstrações Contábeis Individuais – por Planos de Benefícios

Demonstração do Ativo Líquido apresenta a composição do Ativo Líquido ao final do exercício.

Demonstração da Mutações do Ativo Líquido apresenta as mutações do Ativo Líquido ao final do exercício.

Demonstração das Provisões Técnicas apresenta a composição das Provisões Técnicas ao final do exercício.

As Demonstrações Contábeis são apresentadas em milhares de Real, considerada a moeda funcional que influencia preços de venda de ativos, custos, fluxo de caixa, investimentos e outras transações.

A autorização e apresentação das demonstrações contábeis foram confirmadas em 31/03/2022.

De acordo com o Anexo III da Instrução PREVIC nº 31, de 20/08/2020, as demonstrações contábeis apresentadas são as seguintes:

- I - Balanço Patrimonial Consolidado, comparativo com o exercício anterior;
- II - Demonstração da Mutações do Patrimônio Social - DMPS, de forma consolidada, comparativa com exercício anterior;
- III - Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - DPGA, de forma consolidada, comparativa com o exercício anterior;
- IV - Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - DPGA, por plano, comparativo com o exercício anterior;

- V - Demonstração do Ativo Líquido - DAL, por plano de benefícios previdencial, comparativa com o exercício anterior;
- VI - Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - DMAL, por plano de benefícios previdencial, comparativa com o exercício anterior;
- VII - Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios - DPT, por plano de benefícios previdencial, comparativa com o exercício anterior; e
- VII - Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis consolidadas.

3.3. Reclassificação das demonstrações contábeis de 31/12/2020

Em virtude da alteração normativa vigente, implementada pela Instrução Previc nº 31, de 20/08/2020, atualizada pela Instrução PPREVIC nº 44, de 23/11/2021, que dentre outros aspectos efetuou ajustes e adequações na planificação contábil e na apresentação, as demonstrações contábeis relativas ao exercício social de 2020, consolidadas e individualizadas dos planos previdenciais e da gestão administrativa, foram ajustadas para fins comparativos com o exercício social de 2021.

A Demonstração da Mutação do Patrimônio Social Consolidada, a Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do plano PBDC e do plano MoedaPrev sofreram algumas alterações em rela o ao que foi apresentado em 2020. Segue abaixo a demonstração de 2021 e a demonstração 2020, onde podemos evidenciar que, embora tenha havido a abertura de alguns valores, os subtotais não foram alterados, respeitando os saldos do balanço de 2020.

Os quadros a seguir exibem somente as linhas que sofreram alterações preservando os totais de cada rubrica:

Demonstra o da Muta o do Patrimônio Social Consolidada

	2020 Novo		2020
A) Patrimônio Social - início do exercício	408.113	A) Patrimônio Social - In�cio do Exercício	408.113
1. Adi�es	211.621	1. Adi�es	211.621
(+) Contribui�es Previdenciais	56.495	(+) Contribui�es Previdenciais	192.168
(+) Migra�o entre Planos	129.156		
(+) Outras Adi�es Previdenciais	6.517		
2. Dedu�es	(179.226)	2. Destina�es	(179.226)
(-) Benefícios	(44.592)	(-) Benefícios	(174.080)
(-) Resgates	(160)		
(-) Portabilidades	(173)		
(-) Migra�es entre planos	(129.155)		
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	32.395	3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Líquido (1+2)	32.395
B) Patrimônio Social no final do exercício (A+3+4+5)	440.508	B) Patrimônio Social - Final do Exercício (A+3+4)	440.508

Demonstra o da Muta o do Ativo Líquido do Plano PBDC

	2020 Novo		2020
A) Ativo Líquido - início do exercício	334.836	(A) Ativo Líquido - In�cio do exercício	334.836
1. Adi�es	25.055	1. Adi�es	25.055
(+) Contribui�es	9.196	(+) Contribui�es	15.713
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Previdencial	9.342	(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Previdencial	9.342
(+) Outras Adi�es	6.517		
2. Dedu�es	(170.574)	2. Destina�es	(170.574)
(-) Benefícios	(39.990)	(-) Benefícios	(169.271)
(-) Resgates	(125)		
(-) Migra�es Entre Planos	(129.156)		
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	(145.519)	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1 + 2)	(145.519)
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	189.317	(B) Ativo Líquido - Final do exercício (A + 3 + 4)	189.317
C) Fundos não Previdenciais	(2.246)	(C) Fundos não previdenciais	(2.934)
(+/-) Fundos Administrativos	(2.573)	(+/-) Fundos Administrativos	(2.573)
(+/-) Fundos para Garantia das Opera�es com Participantes	127	(+/-) Fundos dos Investimentos	(361)

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano MoedaPrev

	2020 Novo		2020
A) Ativo Líquido - início do exercício	66.042	(A) Ativo Líquido - In�cio do exercício	66.042
1. Adi�es	184.357	1. Adi�es	184.357
(+) Contribui�es	49.179	(+) Contribui�es	178.335
(+) Migra�o entre Planos	129.156		
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Previdencial	6.022	(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Previdencial	6.022
2. Dedu�es	(5.756)	2. Destina�es	(5.756)
(-) Benefícios	(4.601)	(-) Benefícios	(4.809)
(-) Resgates	(35)		
(-) Portabilidade	(173)		
(-) Custeio Administrativo	(947)	(-) Custeio Administrativo	(947)
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	178.601	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1 + 2)	178.601
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	244.643	(B) Ativo Líquido - Final do exercício (A + 3 + 4)	244.643
C) Fundos não Previdenciais	1.758	(C) Fundos não previdenciais	2.245
(+/-) Fundos Administrativos	1.732	(+/-) Fundos Administrativos	1.732
(+/-) Fundos para Garantia das Opera�es com Participantes	26	(+/-) Fundos dos Investimentos	513

Demonstr o do Plano de Gestão Administrativa Consolidado

	2020 Novo		2020
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	6.084	A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	6.084
1. Custeio da Gestão Administrativa	3.896	1. Custeio da Gestão Administrativa	3.896
1.1. Receitas	3.896	1.1. Receitas	3.896
2. Despesas Administrativas	4.777	2. Despesas Administrativas	4.777
2.1. Administra�o dos Planos de Previdência	4.777	2.1. Administra�o Previdencial	2.585
2.2. Provisão para perdas estimadas	-	2.2. Administra�o dos Investimentos	2.192
2.3. Administra�o da Gestão Assistencial -	-	Pessoal e Encargos	1.558
2.4. Remunera�o - Antec Contrib dos Patrocinadores	-	Treinamentos/Congressos e Seminários	17
2.5. Fomentos	-	Viagens e Est�dias	-
2.6. Outras Despesas	-	Serviços de Terceiros	402
		Despesas Gerais	65
		Deprecia�es e Amortiza�es	33
		Tributos	112
		Outras Despesas	5
3. Constitui�o/Reversão de Contingências Administrativas	40	3. Constitui�o/Reversão de Contingências Administrativas	40
5. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos	-	5. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos	-
6. Sobra / Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	(841)	6. Sobra / Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	(841)
7. Constitui�o / (Reversão) do Fundo Administrativo (6)	(841)	7. Constitui�o / (Reversão) do Fundo Administrativo (6)	(841)
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)	5.243	B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)	5.243

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A sistemática estabelecida pelo órgão normativo apresenta como principal característica a segregac o dos registros contábeis em: Gestão Previdencial (atividade de registro e controle das contribui es, dos benefícios e dos resultados dos planos de benefícios); Gestão Administrativa (atividade de registro e controle inerente   administra o dos planos de benefícios); e Investimentos (registro e controle referentes   aplica o dos recursos dos planos de benefícios).

Os registros contábeis respeitam a autonomia patrimonial dos planos, sendo possível identificar, separadamente, os Planos de Benefícios Previdenciais administrados pela CIFRÃO, bem como o Plano de Gestão Administrativa, gerando balancetes contábeis individualizados por plano.

4.1. Apurac o de Resultado

As Adi es e Dedu es da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa, as Rendas/Varia es Positivas e Dedu es/Varia es Negativas do Fluxo de Investimentos são escrituradas pelo regime de competência, exceto as contribui es dos Autopatrocinados dos Planos de Benefícios classificados na modalidade de Contribui o Definida ou de Contribui o Variável, que são reconhecidas pelo regime de caixa.

4.2. Contribuições Previdenciais

Os registros relativos às contribuições de patrocinadoras e participantes vinculados a planos estruturados na modalidade de benefício definido são escriturados com base no regime de competência. Para os planos estruturados nas modalidades de contribuição variável, as contribuições são escrituradas na data do efetivo recebimento, inclusive as dos autopatrocinados.

4.3. Gestão Administrativa

A gestão de recursos administrativos é compartilhada com os planos de benefícios, a destinação de sobras da fonte de custeio em relação aos gastos administrativos, a remuneração dos recursos e a utilização do fundo administrativo não são individualizados por planos de benefícios, os recursos são contabilizados nos planos de benefícios pela parcela equivalente à participação no fundo administrativo.

4.4. Investimentos

A gestão dos investimentos é feita através de fundos de investimento e ativos na carteira própria.

As diretrizes de aplicações dos recursos garantidores dos planos administrados estão em consonância com as respectivas Políticas de Investimentos dos Planos de Benefícios e PGA, elaboradas sob os preceitos legais da Resolução do CMN nº 4.661 de 25/05/2018 e alterações posteriores.

Os recursos dos planos de benefícios estão alocados, preponderantemente em fundos de investimentos, de renda fixa, renda variável e multimercados, alocação em títulos públicos federais, objetivando convergir os retornos esperados das carteiras para as metas atuariais – TMA, as outras alocações foram para os segmentos com operações com participantes e investimentos imobiliários.

Para precificação dos títulos e valores mobiliários, gestão própria, conforme a Resolução CNPC nº 43, de 06/08/2021, a metodologia de apuração do valor de mercado é de responsabilidade da Administração e deve ser estabelecida em consonância com as normas baixadas pelo Banco Central e pela Comissão de Valores Mobiliários, e com base em critérios consistentes e passíveis de verificação, podendo ser utilizados como parâmetro:

- I. O preço médio de negociação no dia da apuração, quando não disponível, o preço médio de negociação no dia útil anterior;
- II. O valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação;
- III. O preço de instrumento financeiro semelhante, levando em consideração, no mínimo, os prazos de pagamento e vencimento, o risco de crédito e a moeda ou indexador.

4.4.1. Títulos públicos e privados

Títulos com Taxas prefixadas: A aquisição deve ser contabilizada pelo valor efetivamente desembolsado, líquido dos encargos, devendo ser evidenciado o ágio e o deságio, e quando for o caso, os juros decorridos, observando-se o critério *pro rata temporis*, em função do prazo decorrido.

Títulos com taxas pós-fixadas: A aquisição deve ser contabilizada pelo valor efetivamente desembolsado, líquido dos encargos, devendo ser evidenciado o ágio e o deságio, a atualização do valor de emissão do ativo e, quando for o caso, os juros decorridos, observando-se o critério *pro rata temporis*, em função do prazo decorrido.

Os rendimentos ou encargos dessas operações devem ser apropriados mensalmente a crédito ou débito de “Rendas/Variações Positivas” ou “Deduções/Variações Negativas” em razão do prazo decorrido, admitindo-se a apropriação em períodos inferiores e 01 (um) mês.

Em atendimento a Resolução CNPC nº 43, de 06/08/2021, os títulos e valores mobiliários devem ser classificados nas seguintes categorias:

- a) **Título para negociação** – são aqueles com propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição, são avaliados ao valor provável de realização; e
- b) **Títulos mantidos até o vencimento** – são aqueles cujo prazo entre a data de aquisição e a data de vencimento dos títulos for igual ou superior a cinco anos e desde que haja capacidade financeira e intenção em mantê-los na carteira até o vencimento.

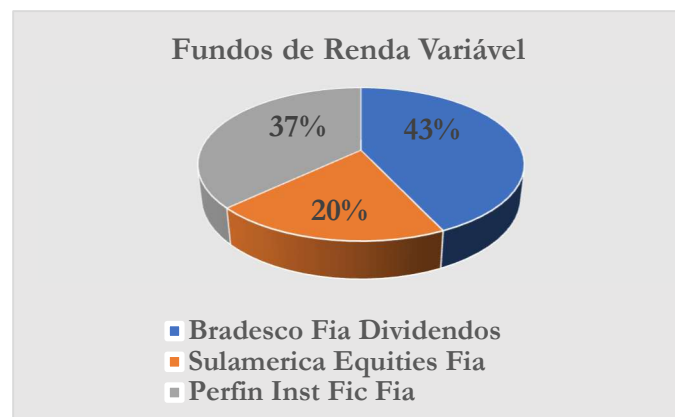
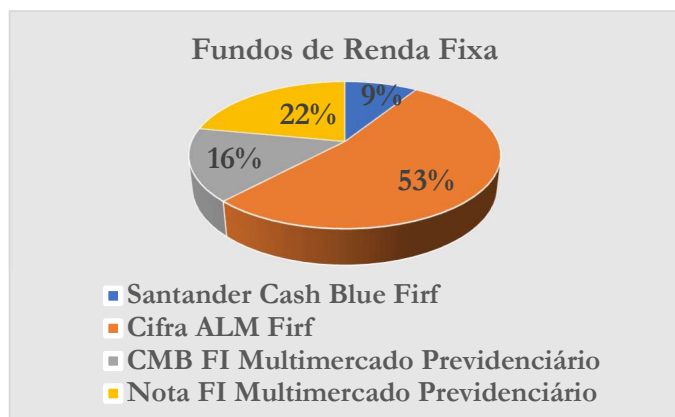
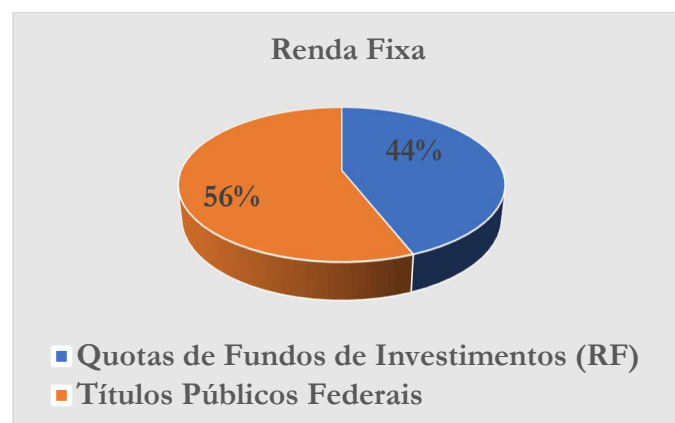
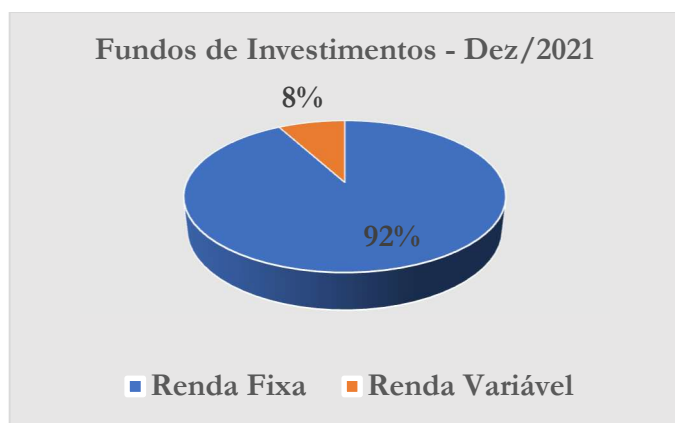
4.4.2. Ações

Em caso de aquisição de ações adquiridas no mercado à vista são registradas pelo custo de aquisição acrescida de despesas com corretagens e outras taxas, e precificadas ao valor de mercado pela cotação de fechamento na data mais próxima ao encerramento do exercício na Bolsa de Valores em que o papel tenha atingido maior liquidez. Os investimentos em ações dos Planos Administrados pela CIFRÃO estão totalmente alocados no patrimônio dos fundos de investimentos em ações.

4.4.3. Fundos de Investimentos

São registrados pelo valor desembolsado nas aquisições de cotas e incluem, se for o caso, taxas e emolumentos. Estão apresentados pelo valor de suas cotas na data do encerramento do exercício. Ao encerramento do ano de 2021, a CIFRÃO possuía em seus planos de benefícios administrados, fundos de investimentos das seguintes naturezas: fundo de renda fixa referenciado CDI, fundo de renda fixa ALM, fundo multimercado institucional previdenciário, fundos de investimentos em ações de gestão ativa e fundo de investimento em ações de gestão passiva com *benchmark* de Dividendos. A carteira de Fundos em 31/12/2021, estava constituída de:

	CONSOLIDADO	MOEDAPREV	PBDC	PGA	% s/ Seg
Total	403.932	224.032	174.666	5.235	100,0
Renda Fixa	370.976	198.326	167.416	5.235	91,8
Quotas de Fundos de Investimentos (RF)	161.676	107.221	49.220	5.235	43,6
SANTANDER CASH BLUE FIRF	15.327	9.397	2.702	3.228	4,1
CIFRA ALM FIRF	85.607	39.342	46.265	0	23,1
CMB FI MULTIMERCADO PREVIDENCIÁRIO	25.358	23.328	24	2.006	6,8
NOTA FI MULTIMERCADO PREVIDENCIÁRIO	35.383	35.155	228	0	9,5
Títulos Públicos Federais	209.300	91.104	118.196	0	56,4
NOTA DO TESOURO NACIONAL - NTN	209.300	91.104	118.196	0	56,4
Renda Variável	32.956	25.706	7.250	0	8,2
Quotas de Fundos de Investimentos (RV)	32.956	25.706	7.250	0	100,0
BRADESCO FIA DIVIDENDOS	14.139	6.889	7.250	0	42,9
SULAMERICA EQUITIES FIA	6.713	6.713	0	0	20,4
PERFIN INST FIC FIA	12.104	12.104	0	0	36,7



4.4.4. Investimentos Imobiliários

Os investimentos imobiliários são registrados pelo custo de aquisição ou construção e ajustados periodicamente por reavaliações, até 31/12/2021. A partir de janeiro de 2021, as reavaliações serão realizadas, no mínimo, anualmente, em consonância com a Instrução PREVIC nº31, de 20/08/2021.

Os imóveis da Fundação estão sendo reavaliados anualmente, com o objetivo de refletir os valores de mercado para venda e aluguel de forma tempestiva. O resultado da reavaliação, positivo ou negativo, é contabilizado uma única vez em conta do respectivo ativo, em contrapartida da conta de “Rendas/Variações Positivas” ou “Deduções/Variações Negativas”, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da data de emissão do respectivo laudo, no mesmo exercício social a que se referir.

4.4.5. Operações com Participantes

As operações com Participantes referem-se a empréstimos simples, estão registradas pelo valor do principal, acrescido dos rendimentos auferidos de forma *pro rata temporis* até 31 de dezembro, e deduzido das amortizações periódicas embutidas nas prestações. A taxa praticada durante o ano de 2021 foi composta de 0,39% a.m. de juros, 0,10% a.m. de taxa de administração e 0,08% a.m. a título de seguro (garantia de empréstimos), sendo 0,05% a.m. de quitação por morte e 0,03% a.m. de cobertura de inadimplência.

4.5. Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa

São constituídas levando em consideração os riscos e incertezas das realizações dos rendimentos e dos recebíveis, segundo critérios estabelecidos no item 11, do Anexo A – Normas Complementares, da Instrução PREVIC nº 31, de 20/08/2021 e Resolução CNPC nº 43, de 06/08/2021.

4.6. Férias e 13º Salário a Pagar

As férias vencidas e proporcionais, inclusive o adicional de férias 1/3 (um terço), e 13º salário são apropriados no Plano de Gestão Administrativa (PGA), acrescida dos encargos sociais, conforme regime de competência.

4.7. Provisões para Contingências

Registra o montante das provisões em decorrência de ações judiciais passivas mantidas contra a Fundação. A Provisão é ajustada através de informações jurídicas sobre o curso dessas ações, de acordo com a possibilidade de êxito. As provisões são passivos de prazo indefinido e valores incertos.

Os Passivos Contingências são reconhecidos como Provisões no Exigível Contingencial, para aquelas ações classificadas de Prováveis Perdas e sujeitas apenas à divulgação nas Notas Explicativas, quando a avaliação dos consultores jurídicos e respostas de circularizações, classificarem de Possíveis Perdas. A Fundação segue os preceitos enunciados do pronunciamento técnico contábil – CPC 25, homologado pelo Conselho Federal de Contabilidade e ratificado pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

4.8. Imobilizado e Intangível

São direitos, bens corpóreos e incorpóreos, destinados a manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, que contribuem para a formação do resultado de mais de um exercício, usados para fins administrativos, todos depreciados e amortizados, quando o caso, pelo método linear, de acordo com a vida útil econômica estimada na aquisição, as seguintes alíquotas anuais: Instalações 10% a.a.; Móveis e Utensílios 10% a.a.; Máquinas e Equipamentos 10% a.a.; Computadores e Periféricos 20% a.a.; e Softwares e Sistemas 20% a.a.

4.9. Provisões Matemáticas

As provisões matemáticas representam os compromissos líquidos futuros assumidos com os benefícios concedidos e a conceder aos participantes, aos assistidos e aos seus beneficiários.

São constituídas com base em cálculos atuariais efetuados por consultores especializados, utilizando premissas atuariais, econômicas e financeiras, considerando: probabilidade de morte e invalidez, taxa de juros, taxa de inflação, crescimento real de salário, idade de aposentadoria, composição familiar entre outras.

Essas provisões matemáticas foram avaliadas, com base em dados cadastrais e estatísticos da massa de participantes e assistidos, e representam os compromissos dos planos com os benefícios a serem pagos aos mesmos.

Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos: registram o valor atual dos compromissos líquidos correspondentes aos benefícios concedidos a serem pagos pelo plano de benefícios aos aposentados e beneficiários em gozo de benefícios.

Provisões Matemáticas de Benefício a Conceder: registram o valor atual dos compromissos líquidos correspondentes aos benefícios a conceder pelo plano de benefícios aos participantes e aos seus beneficiários.

4.10. Fundos

4.10.1. Fundos Previdenciais

Registra os fundos constituídos para atender à Gestão Previdencial dos planos de benefícios, previstos nos seus regulamentos e, por consequência, nas respectivas Notas Técnicas Atuariais os quais preveem as condições de constituição, manutenção e sua destinação, atendem propósitos específicos.

4.10.2. Fundos Administrativos

Registra o fundo constituído pela diferença ou sobra entre os recursos coletados para o custeio administrativo e os gastos realizados pela Fundação na administração dos Planos de Benefícios Previdenciais. Cada plano de benefícios possui participação no Fundo Administrativo conforme critérios de rateio das despesas e receitas. O objetivo do fundo administrativo é assegurar recursos suficientes para manutenção da estrutura administrativa da CIFRÃO.

4.10.3. Fundos de Investimentos

Este fundo é composto financeiramente através da taxa de quitação por morte mediante ao recolhimento de 0,08% a.m. sobre as prestações mensais de empréstimo, conforme Instrução Normativa Interna nº 008/2017. Os Fundos de Garantia de Empréstimos representam os recursos necessários à cobertura de possíveis perdas decorrentes de morte e inadimplência de mutuários. Estes fundos, denominados Fundo Garantidor de Empréstimos (Quitação por Morte), e Fundo de Cobertura de Inadimplência, são registrados e controlados por Plano de Benefício Previdencial.

4.11. Equilíbrio Técnico

Apurado pela diferença entre o valor do Ativo Líquido deduzido do total das Provisões Matemáticas e Fundos Previdenciais, portanto registra o resultado superavitário ou deficitário dos planos de benefícios.

O Superavit Técnico Acumulado é registrado em Reserva de Contingência até o limite definido em normas regulamentares. O que ultrapassa este limite é registrado em Reserva Especial para Revisão de Plano a cada exercício. O Déficit Técnico Acumulado registra a insuficiência patrimonial em relação aos compromissos totais do plano de benefícios.

O resultado superavitário dos planos de benefícios será destinado à constituição de reserva de contingência para garantia dos benefícios contratados, em face de eventos futuros e incertos, até o limite de 25% do valor das provisões matemáticas ou até o limite calculado da seguinte fórmula, o que for menor:

Limite da Reserva da Contingência = $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano})] \times \text{Provisão Matemática}$.

Déficit é a insuficiência patrimonial em relação aos compromissos do plano de benefícios com seus participantes. Mediante estudo específico da situação econômico-financeira e atuarial acerca das causas do déficit. Deverá ser elaborado e aprovado o plano de equacionamento até o final do exercício subsequente, para o resultado deficitário excedente ao limite calculado pela seguinte fórmula:

Limite de Déficit Técnico Acumulado = $1\% \times (\text{duração do passivo} - 4) \times \text{Provisão Matemática}$.

Para fins de equacionamento de déficit, será acrescido ou deduzido, o valor do ajuste de precificação, correspondente à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados, a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos.

Os procedimentos seguem os preceitos normativo, conforme Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018.

4.12. Premissas e Estimativas Contábeis

A elaboração das Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração utilize de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis.

A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. As principais mensurações patrimoniais que utilizam estimativas ou premissas por parte da Administração são: provisão para demandas previdenciais, trabalhistas, fiscais e cíveis; valor justo de determinados instrumentos financeiros, valor justo dos ativos imobiliários; definição da vida útil de determinados ativos, passivos atuariais e outras provisões. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas Demonstrações Contábeis, devido as imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

4.13. Plano de Gestão Administrativa

Os registros contábeis dos recursos destinados pelos Planos de Benefícios Previdenciais administrados pela Fundação para o PGA, foram realizados obedecendo às fontes de custeio para sua cobertura previstas na Resolução CGPC nº 29, de 31/08/2009 e no Regulamento do PGA aprovado pelo Conselho Deliberativo da Fundação. O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (Previdencial, Investimentos e Diretas), deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas do Fundo Administrativo.

A parcela equivalente à participação dos Planos de Benefícios Previdenciais no Fundo Administrativo no PGA foi registrada nas contas “Participação no Plano de Gestão Administrativa”, no Ativo, e “Participação no Fundo Administrativo do PGA”, no Passivo, nos respectivos planos de benefícios. O saldo do Fundo Administrativo é segregado por Planos de Benefícios Previdenciais, não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores e participantes dos planos.

4.14. Ajustes e Eliminações

Ao final de cada mês a Fundação deve registrar a parcela equivalente à participação do plano de benefício previdenciário no Fundo Administrativo no PGA na conta “Participação no Plano de Gestão Administrativa”, no Ativo e “Participação no Fundo Administrativo do PGA”, no Passivo, nos respectivos planos de benefícios.

Os ajustes e eliminações necessárias à consolidação das Demonstrações Contábeis e balancetes, devem ser registrados em documentos auxiliares.

5. ATIVO

5.1. Disponível

Estão registrados a movimentação financeira, o saldo disponível nas contas caixa e banco conta movimento da Fundação, que são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo da Entidade.

Em 31/12/2021 e 31/12/2020, os planos de benefícios apresentavam saldos conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2021				31/12/2020			
	PBDC	MoedaPrev	PGA	Consolidado	PBDC	MoedaPrev	PGA	Consolidado
Caixa	0	0	0		0	0	2	2
Banco conta movimento	9	6	0		63	57	120	120
Total	9	0	0		63	57	122	122

5.2. Realizável – Gestão Previdencial

Estão registrados os recursos a receber inerentes às atividades dos planos de benefícios e os valores depositados em juízo relativo aos processos judiciais, de natureza previdenciária.

	31/12/2021			31/12/2020		
	PBDC	MoedaPrev	Consolidado	PBDC	MoedaPrev	Consolidado
Contribuições no mês	10	1	11	8	2	10
Patrocinadores	0	1	1	0	2	2
Participantes	6	0	6	4	0	4
Autopatrocinados	4	0	4	4	0	4
Contribuição sobre 13º	0	0	0	0	0	0
Outros recursos a receber¹	2	0	2	2.000	37.535	39.535
Adiantamentos	0	0	0	13	27	40
De Benefícios	0	0	0	13	27	40
Abono Anual	0	0	0	0	0	0
Depósitos Judiciais	78	30	108	0	30	30
Outros Realizáveis	24	106	130	23	2	26
Total	114	137	251	2.044	37.596	39.641

5.3. Realizável – Gestão Administrativa

Estão registrados os valores a receber inerentes às atividades da Gestão Administrativa da Fundação e os valores depositados em juízo relativo aos processos judiciais, de natureza administrativa (civis e tributárias).

	31/12/2021	31/12/2020
Contas a Receber	394	385
Responsabilidade de empregados	0	0
Responsabilidade de terceiros	394	385
Despesas Antecipadas	0	0
Total	394	385

5.4. Investimentos

A carteira de investimentos consolidada é composta por Títulos Públicos, Fundos de Investimento, Investimentos Imobiliários e Operações com Participantes. Apresentamos, também, a carteira por planos de benefícios e do plano de gestão administrativa – PGA.

	31/12/2021				31/12/2020			
	PBDC	MoedaPrev	PGA	Consolidado	PBDC	MoedaPrev	PGA	Consolidado
Título Publico Federal	118.196	91.104	0	209.300	13.760	16.267	0	30.027
Fundos de Investimentos	56.470	132.928	5.235	194.632	173.821	184.056	5.041	362.918
Renda Fixa (FIRF)	48.991	72.067	5.235	126.293	119.038	113.469	5.041	237.548
Ações (FIA)	7.250	25.706	0	32.956	31.429	31.613	0	63.042
Multimercado (FIM)	228	35.155	0	35.383	23.354	38.974	0	62.328
Derivativos	0	0	0	0	0	0	0	0
Investimentos Imobiliários	4.785	3.306	0	8.091	4.208	3.272	0	7.480
Alugueis e Renda	4.785	3.306	0	8.091	4.208	3272	0	7.480
Direitos em Alienação	0	0	0	0	0	0	0	0
Empréstimos	3.256	7.986	0	11.242	2.972	6.721	0	9.693
Outros Realizáveis	2	41	0	44	2	-	-	2
Total	182.710	235.365	5.235	423.309	194.763	210.316	5.041	410.120

5.4.1. Fundos de Investimentos

Os saldos relativos à aplicação em fundos de investimentos são avaliados tomando-se por base o valor de suas cotas na data do balanço.

	31/12/2021				31/12/2020			
	PBDC	MoedaPrev	PGA	Consolidado	PBDC	MoedaPrev	PGA	Consolidado
RENDA FIXA	48.991	72.067	5.235	126.293	119.038	113.469	5.041	237.548
CIFRA ALM FIRF(*)	46.265	39.342	0	85.607	55.145	46.894	-	102.039
MB CMN FIM(*)	24	23.328	2.006	25.358	22.339	24.493	-	46.832
SANTANDER CASH BLUE	2.702	9.397	3.228	15.327	41.554	42.082	5.041	88.677
AÇÕES	7.250	25.706	0	32.956	31.429	31.613	-	63.042
BRADESCO FIA DIVIDENDOS	7.250	6.889	0	14.139	7.932	7.537	-	15.470
SULAMERICA EQ	0	6.713	0	6.713	7.029	8.430	-	15.459
PERFIN INST	0	12.104	0	12.104	16.468	15.646	-	32.113
MULTIMERCADO	228	35.155	0	35.383	23.354	38.974	-	62.328
NOTA FIM (*)	228	35.155	0	35.383	23.354	38.974	-	62.328
(=) Subtotal	56.470	132.928	5.235	194.632	173.821	184.056	5.041	362.918
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0
(=) Total	56.470	132.928	5.235	194.632	173.821	184.056	5.041	362.918

(*) Fundos exclusivos, a CIFRÃO é o único cotista.

O Administrador e Custodiante dos Fundos de Investimentos exclusivos listados no quadro acima, conforme previsto em contrato não pode ser gestor das carteiras de investimentos desses Fundos.

De acordo com os Artigos 30 E 37 da Resolução CNPC nº 43, de 06/08/2021, é obrigatória a divulgação dos títulos por montante, natureza e faixa de vencimento, conforme a seguir:

Posição em 31/12/2021

Papéis na Curva	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	10 a 15 anos	15 a 20 anos	20 a 25 anos	25 a 30 anos	acima de 30 anos	Valor Contábil
1 Títulos Públicos									
Operações Compromissadas	-	5.274	-	-	-	-	-	-	5.274
NTN-B	27.139	64.892	22.035	71.020	3.251	-	54.425	61.232	303.994
NTN-C	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NTN-F	-	-	4.563	-	-	-	-	-	4.563
LFT	-	1.413	-	-	-	-	-	-	1.413
LTN	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total de Títulos Públicos	27.139	71.579	26.598	71.020	3.251	-	54.425	61.232	315.245
2 Títulos Privados									
CDB's	-	268	-	-	-	-	-	-	268
CDB's Subordinados	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CRI	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Debêntures	113	3.222	442	-	-	-	-	-	3.777
Letras Financeiras	-	4.116	-	-	-	-	-	-	4.116
Letras Financeiras Subordinadas	808	-	-	-	-	-	-	-	808
Letras Hipotecárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total de Títulos Privados	921	7.606	442	-	-	-	-	-	8.969
Fundos de Investimentos	79.696	-	-	-	-	-	-	-	79.696
Contas a Pagar / Receber / Tesouraria	23	-	-	-	-	-	-	-	23
Total	107.779	79.186	27.040	71.020	3.251	-	54.425	61.232	403.932

Posição em 31/12/2020

Papéis na Curva	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	10 a 15 anos	15 a 20 anos	20 a 25 anos	25 a 30 anos	acima de 30 anos	Valor Contábil
1 Títulos Públicos									
Operações Compromissadas	400	5.598	-	-	-	-	-	-	5.998
NTN-B	30.990	90.542	4.480	29.354	-	-	-	-	155.367
NTN-C	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NTN-F	-	-	5.637	-	-	-	-	-	5.637
LFT	1.678	19.997	-	-	-	-	-	-	21.674
LTN	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total de Títulos Públicos	33.068	116.137	10.117	29.354	-	-	-	-	188.676
2 Títulos Privados									
CDB's	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CDB's Subordinados	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CRI	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Debêntures	-	2.390	-	-	-	-	-	-	2.390
Letras Financeiras	505	3.619	-	-	-	-	-	-	4.124
Letras Financeiras Subordinadas	-	757	-	-	-	-	-	-	757
Letras Hipotecárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total de Títulos Privados	505	6.766	-	-	-	-	-	-	7.271
Fundos de Investimentos	197.361	-	-	-	-	-	-	-	197.361
Contas a Pagar / a Receber / Tesouraria	(364)	-	-	-	-	-	-	-	(364)
Total	230.570	122.904	10.117	29.354	-	-	-	-	392.945

Títulos classificados na categoria a vencimento – ajuste a mercado.

2021

				Ganho/Perda			
Vencimento	Tipo	Valor Contábil	Valor a mercado	Total	PBDC	Moeda	PGA
15/08/2024	NTN-B	26.961	27.512	552	298	254	0
15/05/2023	NTN-B	18.916	19.114	198	107	91	0
15/05/2023	NTN-B	7.322	7.366	44	24	20	0
15/08/2022	NTN-B	19.627	19.720	93	50	43	0
15/08/2022	NTN-B	6.802	6.828	26	14	12	0
15/08/2022	NTN-B	710	711	2	1	1	0
Total		80.338	81.252	914	494	420	0

2020

				Ganho/Perda			
Vencimento	Tipo	Valor Contábil	Valor a mercado	Total	PBDC	Moeda	PGA
15/08/2021	NTN-B	17.203	17.724	521	281	239	-
15/08/2021	NTN-B	6.018	6.203	186	100	85	-
15/08/2021	NTN-B	637	656	18	10	8	-
15/05/2022	NTN-B	17.703	19.501	1.798	972	826	-
15/05/2022	NTN-B	6.143	6.753	610	330	280	-
15/05/2022	NTN-B	642	704	62	33	28	-
15/05/2023	NTN-B	17.066	19.314	2.248	1.215	1.033	-
15/05/2023	NTN-B	6.626	7.444	817	442	376	-
15/08/2024	NTN-B	24.404	28.127	3.723	2.012	1.711	-
Total		96.442	106.425	9.983	5.395	4.588	-

Os títulos supra encontram-se alocados na carteira do fundo exclusivo FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA CIFRA ALM, em 2021 a entidade também possui NTN's na carteira própria, sendo estes, marcados a valor de mercado.

A tabela demonstra o resultado que seria obtido, caso os ativos classificados na categoria “a vencimento” fossem negociados “a mercado” na data base de 31/12/2021.

5.4.2. Investimentos Imobiliários

Plano de Benefício Definido CIFRÃO (PBDC)

	31/12/2021			31/12/2020		
	PBDC	MoedaPrev	Consolidado	PBDC	MoedaPrev	Consolidado
Locadas a Terceiros	4.785	3.306	8.091	4.208	3.272	7.480
Praia de Botafogo	3.655	2.525	6.180	2.918	2.277	5.195
Terrenos	2.240	1.547	3.787	1.824	1.260	3.254
Construções	1.415	978	2.393	1.095	1.017	1.941
Rua Sete de Setembro	1.130	781	1.911	1.276	995	2.271
Terrenos	439	304	743	797	551	1.348
Construções	691	477	1.168	479	444	923
Contas a Receber	0	0	0	14	-	14
Direitos de Alienação	0	0	0	-	-	-
Total	4.785	3.306	8.091	4.208	3.272	7.480

Reavaliação de Imóveis

Em dezembro de 2021, a Fundação promoveu uma nova avaliação do total de sua carteira imobiliária realizada pela Bolsa de Negócios Imobiliários do Rio de Janeiro (BNI) – CREA nº 1990-200849, conforme laudos 0701 e 0801/2022, registrando contabilmente em dezembro de 2021 o ajuste devido.

	Valor contábil	Valor Reavaliado	Valor do Ajuste
Locadas a Terceiros			
Praia de Botafogo	5.195	6.180	985
Terrenos	3.254	3.787	533
Construções	1.941	2.393	452
Sete de Setembro	2.271	1.911	-360
Terrenos	1.178	743	-435
Construções	1.093	1.168	75
Total	7.466	8.091	625

5.4.3. Operações com Participantes

A carteira de empréstimos em 31/12/2021 e 31/12/2020 apresentavam os seguintes saldos:

	31/12/2021			31/12/2020
	Posição da Carteira	PDD	Carteira Líquida	Carteira Líquida
Plano PBDC	3.256	0	3.256	2.972
Plano MoedaPrev	7.987	1	7.986	6.721
Total	11.243	1	11.242	9.693

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, da carteira de empréstimos é constituída com base no valor vencido e no número de dias de atraso, atendendo ao disposto na Instrução PREVIC nº 31, de 20/08/2020.

6. PASSIVO

6.1. Exigível Operacional – Gestão Previdencial

Estão registrados os compromissos assumidos pela Fundação pelos planos de benefícios relativos à Gestão Previdencial, demonstrado conforme a seguir:

Consolidado

	31/12/2021	31/12/2020
Benefícios a Pagar	4.454	4.889
Retenções a Recolher	335	936
Outras Exigibilidades	57	2.054
Total	4.846	7.879

Plano de Benefício Definido CIFRÃO (PBDC)

	31/12/2021	31/12/2020
Benefícios a Pagar ¹	4.446	4.877
Retenções a Recolher	258	243
Outras Exigibilidades	5	3
Total	4.709	5.123

¹ Estão registrados principalmente os valores pendentes de pagamentos de resgate dos ex-participantes que se retiraram do Plano de Benefícios e continuam com vínculo empregatício com a Patrocinadora e Complementação de Benefícios.

Plano de Benefício MoedaPrev

	31/12/2021	31/12/2020
Benefícios a Pagar	8	12
Retenções a Recolher	77	693
Outras Exigibilidades	52	2.050
Total	137	2.756

6.2. Exigível Operacional – Gestão Administrativa

Estão registrados os compromissos a pagar assumidos pela Fundação, relativos à Gestão Administrativa:

	31/12/2021	31/12/2020
Contas a Pagar	203	228
Retenções a Recolher	24	49
Tributos a Recolher	25	34
Outras Exigibilidades	1	1
Total	253	312

6.3. Exigível Contingencial

O exigível contingencial registra as provisões em decorrência de ações judiciais passivas mantidas contra a Fundação, avaliadas por assessoria jurídica contratada pela entidade.

6.3.1. Gestão Previdencial

A. PROVISÕES

Estão provisionados os valores estimados de perdas prováveis tendo como referência os relatórios de ações sob o acompanhamento e controle da assessoria jurídica externa.

	31/12/2021			31/12/2020		
	Provisão	Depósitos Judiciais	Saldo	Provisão	Depósitos Judiciais	Saldo
PBDC	1.676	0	1.676	1.675	0	1.675
Total	1.676	0	1.676	1.675	0	1.675

Relatório Jurídico por Ação em 31/12/2021

Processo n°	Valor em risco
0190600-90.1991.5.01.0017	R\$ 330.926,13
0194400-54.1991.5.01.0041	R\$ 104.427,49
0030800-46.1994.5.01.0041	R\$ 501.876,20
0043400-54.1999.5.01.0064	R\$ 261.713,17
0000941-36.2010.5.01.0069	R\$ 21.509,86
0006121-56.2007.8.19.0208	R\$ 398.672,68
0023414-29.2013.8.19.0208	R\$ 14.807,00
0026170-17.2013.8.19.0206	R\$ 10.000,00
0342240-94.1998.8.19.0001	R\$ 31.637,83
Total	R\$ 1.675.570,36

Todas as ações classificadas com probabilidade de saída de recurso “provável” estão provisionadas, em valores estimados de forma confiável, conforme quadro acima e de acordo com avaliação de escritório jurídico que acompanha as referidas ações.

B. PASSIVO CONTINGENCIAL

Tramita perante a 2ª Vara Federal do Rio de Janeiro, o processo n° 0068135-70.2015.4.02.5101, proposto pela Associação dos Empregados da Casa da Moeda do Brasil, que tem como finalidade, obter decisão judicial que determine a nulidade das alterações regulamentares e do equacionamento do déficit realizado no Plano de Benefício Definido CIFRÃO em 1999, para que seja o mesmo repartido conforme proporção contributiva praticada à época, entre CMB e Participantes.

Os pedidos de condenação econômica/financeira são dirigidos à Patrocinadora Casa da Moeda do Brasil, no sentido de que, julgado procedente os pedidos, a mesma arque integralmente com os valores desta revisão, sendo estes recursos transferidos para o Plano de Benefício Definido CIFRÃO, razão pela qual não há provisionamento constituído.

Pleiteia a referida ação ainda, a obtenção da revisão dos benefícios concedidos no período, o reingresso de participantes que cancelaram suas inscrições em razão das alterações regulamentares ocorridas no passado, a revisão dos benefícios concedidos, com eventual pagamento de diferença devida, e a revisão e devolução dos valores das contribuições realizadas pelos participantes ao plano, com base nos parâmetros estabelecidos no Regulamento anterior às alterações introduzidas em 1999.

7. PATRIMÔNIO SOCIAL

7.1. Provisões Matemáticas

As Provisões Matemáticas registradas no Balanço de encerramento do exercício de 2021 foram determinadas a partir dos resultados da Avaliação Atuarial elaborada pela empresa Rodarte Nogueira Consultoria em Estatística e Atuária Ltda., e seus valores demonstram a composição do Patrimônio Social, do Patrimônio de Cobertura do Plano, dos Fundos e do Equilíbrio Técnico dos Planos de Benefícios, em 31/12/2021, de acordo com a Resolução n° 43, de 06/08/21.

Consolidado

	31/12/2021	31/12/2020
Benefícios Concedidos	434.793	429.716
Contribuição Definida	51.915	71.432
Benefício Definido	382.878	358.284
Benefício a Conceder	122.680	118.756
Contribuição Definida	108.656	99.757
Benefício Definido em Regime de Capitalização prog.	13.982	18.868
Benefício Definido em Regime de Capitalização não prog.	42	131
(-) Provisão Matemática a Constituir	(123.450)	(119.470)
Total	434.023	429.002

Plano de Benefício Definido CIFRÃO (PBDC)

	31/12/2021	31/12/2020
Benefícios Concedidos	317.067	298.379
Contribuição Definida	449	470
Benefício Definido	316.618	297.908
Benefício a Conceder	14.047	19.021
Benefício Definido	23	22
Benefício Definido em Regime de Capitalização prog.	13.982	18.868
Benefício Definido em Regime de Capitalização não prog.	42	131
(-) Provisão Matemática a Constituir	(123.450)	(119.470)
Total	207.664	197.930

Resumo das Premissas e Hipóteses Atuariais do Plano de Benefício Definido CIFRÃO (PBDC)

	2021	2020
Taxa de juro atuarial	4,59%	4,34%
Crescimento real de salário	1,4%	1,4%
Fator de capacidade do Benefício	0,9830	0,9830
Tábua de mortalidade geral	AT 83 Segregada por sexo	AT 83 Segregada por sexo
Tábua de mortalidade de inválidos	Winklevoss desagravada em 40%	Winklevoss desagravada em 40%
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas desagravada em 30 %	Álvaro Vindas desagravada em 30 %

Plano de Benefício MoedaPrev

	31/12/2021	31/12/2020
Benefícios Concedidos	117.726	131.337
Contribuição Definida	51.465	70.961
Benefício Definido	66.261	60.375
Benefícios a Conceder	108.633	99.735
Contribuição Definida	108.633	99.735
Total	226.359	231.072

Premissas e Hipóteses Atuariais do Plano MOEDAPREV

	2021	2020
Taxa de juro atuarial	4,59%	4,71%
Crescimento real de salário	1,4%	1,4%
Fator de capacidade do Benefício	0,9830	0,9830
Tábua de mortalidade geral	AT 83 Segregada por sexo	AT 83 Segregada por sexo
Tábua de mortalidade de inválidos	Winklevoss desagravada em 40%	Winklevoss desagravada em 40%
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas desagravada em 30 %	Álvaro Vindas desagravada em 30 %

7.2. Equilíbrio técnico

Demonstra os resultados acumulados obtidos pelos planos de benefícios. A rubrica Equilíbrio Técnico representa os valores referentes ao Superávit/Déficit Técnico Acumulado e a Reserva Especial para Revisão de Plano.

7.2.1 Plano de Benefício Definido CIFRÃO (PBDC)

	31/12/2021	31/12/2020
(-) Déficit Técnico Acumulado	(31.999)	(8.613)
Total	(31.999)	(8.613)

7.2.2 Plano de Benefício Definido CIFRÃO (MOEDAPREV)

	31/12/2021	31/12/2020
(-) Déficit Técnico Acumulado	(6.299)	(36)
Total	(6.299)	(36)

7.3. Fundos

7.3.1. Previdenciais

Tem destinação específica constituída atuarialmente com recursos da Gestão Previdencial, previsto no regulamento do plano de benefícios. Os valores são contabilizados com base no laudo atuarial emitido pela empresa de consultoria atuarial externa Rodarte Nogueira Consultoria em Estatística e Atuária Ltda., conforme abaixo:

Plano de Benefício MoedaPrev

Os Fundos de caráter coletivo existentes no Plano MoedaPrev contemplam: Fundo de Risco, destinado a suportar os benefícios de risco do MoedaPrev não cobertos pelo saldo de conta, Fundo Atuarial destinado a suportar eventuais riscos atuariais do plano e Fundo de Ajuste de Benefício, destinado a ajustar monetariamente os Benefícios Concedidos.

7.3.2. Fundos Administrativos

Constituído com eventuais sobras de custeio da Gestão Administrativa e remunerado com base no resultado líquido dos investimentos, calculados proporcionalmente à sua participação no montante aplicado pelos investimentos. Destina-se, basicamente, à cobertura de insuficiências futuras de verbas de custeio administrativo.

Estão registrados no Fundo Administrativo os valores que serão utilizados para cobertura das despesas administrativas pela Fundação para administração dos seus Planos de Benefícios ou cobertura do Ativo Permanente, na forma prevista no Regulamento do PGA e Nota Técnica aprovada pelo Conselho Deliberativo da Fundação.

	31/12/2021	31/12/2020
PBDC	3.169	2.674
MOEDAPREV	2.263	2.568
Total	5.432	5.242

7.3.3. Fundos dos Investimentos

É constituído para com a finalidade de quitação de empréstimos concedidos aos participantes na eventualidade de seu falecimento e inadimplimentos.

	31/12/2021			31/12/2021		
	PBDC	MoedaPrev	Consolidado	PBDC	MoedaPrev	Consolidado
Fundo Garantidor de Empréstimo	173	183	356	163	151	314
Fundo de Cobertura de Inadimplência	554	407	961	577	413	990
TOTAL	727	590	1.317	740	564	1.304

7.4. Apuração do Resultado

7.4.1. Gestão Previdenciária

Resultado dos Planos de Benefícios de natureza previdencial, pela apuração entre as adições de contribuições, dos resultados dos investimentos, das deduções pelos pagamentos de benefício, pela provisão das contingências, e das constituições/reversões das provisões atuariais.

Consolidado

	31/12/2021	31/12/2020
Resultado Líquido dos Investimentos	2.993	15.655
Resultado Líquido do Previdencial	(26.301)	17.719
Resultado Líquido do Administrativo	(13)	(980)
Resultado	(23.321)	32.394
(+/-) Constituição/Reversão das Provisões Atuariais	(5.021)	120.320
(+/-) Constituição/Reversão dos Fundos Previdenciais	(1.104)	(3.666)
(+/-) Constituição/Reversão dos Fundos Administrativos	(190)	841
(+/-) Constituição/Reversão dos Fundos de Investimentos	(13)	(153)
Superávit/Déficit Técnico no Exercício	(29.649)	149.737
Superávit/Déficit Técnico no Exercício Anterior	(8.649)	(158.386)
Superávit/Déficit Técnico acumulado	(38.298)	(8.649)

Plano de Benefício Definido CIFRÃO (PBDC)

	31/12/2021	31/12/2020
Resultado Líquido dos Investimentos	2.825	9.341
Resultado Líquido do Previdencial	(16.490)	(154.859)
Resultado	(13.665)	(145.519)
(+/-) Constituição/Reversão das Provisões Atuariais	(9.734)	295.292
(+/-) Constituição/Reversão dos Fundos de Investimentos	13	-
Superávit/Déficit Técnico no Exercício	(23.386)	149.774
Superávit/Déficit Técnico no Exercício Anterior	(8.613)	(158.386)
Superávit/Déficit Técnico acumulado	(31.999)	(8.613)

Plano MoedaPrev

	31/12/2021	31/12/2020
Resultado Líquido dos Investimentos	(37)	6.048
Resultado Líquido do Previdencial	(9.809)	172.579
Resultado	(9.846)	178.627
(+/-) Constituição/Reversão das Provisões Atuariais	4.713	(174.971)
(+/-) Constituição/Reversão dos Fundos Previdenciais	(1.104)	(3.666)
(+/-) Constituição/Reversão dos Fundos de Investimentos	(26)	(26)
Superávit/Déficit Técnico no Exercício	(6.263)	(36)
Superávit/Déficit Técnico no Exercício Anterior	(36)	-
Superávit/Déficit Técnico acumulado	(6.299)	(36)

7.4.2. Gestão Administrativa

A Lei Complementar nº 108, de 29/05/2001, em seu artigo 7º determina que: “As despesas administrativas da entidade de previdência complementar serão custeadas pelo Patrocinador e pelos Participantes (Ativos e Assistidos), atendendo a limites e critérios estabelecidos pelo órgão regulador e fiscalizador”.

A cobertura das despesas Administrativas está utilizando o limite estabelecido no item II - Taxa de carregamento de até 9% (nove por cento) do artigo 6º da Resolução CGPC nº 29, de 31/08/2009. Definição de Taxa de Carregamento, conforme previsto no item VII, do artigo 2º da referida legislação é: “Taxa de Carregamento: percentual incidente sobre a soma das contribuições e dos benefícios dos planos no exercício a que se referir”.

	31/12/2020
Fluxo Previdencial	
(+) Contribuições	25.618
(+) Benefícios de renda continuada	53.752
(=) Total Fluxo Previdencial	79.370
Apuração Resultado PGA	
(+) Valor transferido para o PGA	2.245
(+) Receitas administrativas	2.238
(-) Despesas Administrativas	(4498)
(-) Resultado dos Investimentos	205
(-) Constituição/Reversão de Contingência	-
(=) Constituição do Fundo Administrativo	190
Limite legal (9% s/Fluxo Previdencial - Receita Administrativa)	4.905
Limite legal representação percentual s/Fluxo Previdencial	4,57%
Valor transferido para o PGA	2.445
Relação percentual s/Fluxo Previdencial	0,50%

Atualmente, o quadro de pessoal da Entidade é composto por 03 (três) diretores e 08 (oito) empregados. As despesas administrativas da Entidade e Serviços de Terceiros, posicionadas em 31/12/2021 e 31/12/2020 estão demonstradas a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Consultoria Atuarial	188	159
Consultoria de Investimentos	45	42
Consultoria Jurídica	201	156
Recursos Humanos	-	0
Informática	558	512
Gestão/Planejamento Estratégico	38	38
Auditoria Contábil	46	37
Outros	-	15
Total	1.076	959

A Entidade não remunera os membros do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal, conforme prevê o Artigo 19, § 2º do Estatuto Social.

7.4.3. Investimentos

	31/12/2020			
	PBDC	MoedaPrev	PGA	TOTAL
(+) Rendas / Variações Positivas	62.877	17.241	477	80.595
Títulos Públicos	12.896	4.451	0	17.347
Ações	0	0	0	0
Fundo de Investimento	47.080	12.036	477	59.593
Derivativos	1.389	350	0	1.739
Investimentos Imobiliários	446	0	0	446
Empréstimos e Financiamentos	1.066	404	0	1.470
Outras	0	0	0	0
(-) Deduções / Variações Negativas	60.474	10.917	338	71.729
Títulos Públicos	11.947	2.975	0	14.922
Fundo de Investimento	45.523	7.612	338	53.473
Derivativos	1.087	268	0	1.355
Investimentos Imobiliários	1.103	3	0	1.106
Empréstimos e Financiamentos	547	1	0	548
Relacionadas com Disponível	0	0	0	0
Outros	267	58	0	325
(-) Cobertura / Reversão de Despesas Administrativas	-1.602	-275	0	-1.877
(-) Constituição / Reversão de Contingências	8.667	0	0	8.667
(-) Constituição / Reversão de Fundos	-127	-26	0	-153
(=) Resultado Líquido dos Investimentos	9.341	6.023	139	5.503

	31/12/2021			
	PBDC	MoedaPrev	PGA	TOTAL
(+) Rendas / Variações Positivas	22.267	22.437	232	44.936
Títulos Públicos	5.449	5.669	0	11.118
Ações	0	0	0	0
Fundo de Investimento	15.040	15.198	232	30.470
Derivativos	0	297	0	297
Investimentos Imobiliários	786	1.261	0	2.047
Empréstimos e Financiamentos	897	0	0	897
Outras	95	11	0	106
(-) Deduções / Variações Negativas	18.432	21.246	27	39.705
Títulos Públicos	6.071	7.268	0	13.339
Fundo de Investimento	11.643	13.710	0	25.353
Derivativos	0	0	27	27
Investimentos Imobiliários	357	0	0	357
Empréstimos e Financiamentos	153	3	0	156
Relacionadas com Disponível	131	140	0	271
Outros	77	125	0	202
(-) Cobertura / Reversão de Despesas Administrativas	1.011	1.227	0	2.238
(-) Constituição / Reversão de Contingências	13	(26)	0	(13)
(=) Resultado Líquido dos Investimentos	2.837	(63)	205	2.979

8. AJUSTES E ELIMINAÇÕES

A Fundação registrou em documentos auxiliares (Balancete de Ajuste) a exclusão no Balanço Patrimonial Consolidado, os valores da Participação dos Planos de Benefícios no Plano de Gestão Administrativa (PGA), correspondente neste exercício de R\$ 5.433 (R\$ 5.242 em 2020), em atendimento aos normativos vigentes.

9. GESTÃO TRIBUTÁRIA

A Fundação está sujeita a tributação do PIS e da COFINS incidentes, basicamente sobre suas operações administrativas (Gestão Administrativa).

Por se tratar de uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), a CIFRÃO está isenta de recolher Imposto de Renda de Pessoa Jurídica e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, de acordo com a Lei nº 11.053, de 29/12/2004, e com a Instrução Normativa SRF nº 588, de 21/12/2005, alteradas pelas Instruções Normativas SRF nº 667 e nº 1.315, de 27/06/2006 e 03/01/2013, respectivamente.

10. PARTES RELACIONADAS

São consideradas partes relacionadas as contribuições para custeio dos planos de benefícios por ela administrados. (Nota 5.2)

11. SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS

11.1. Plano de Benefício Definido CIFRÃO (PBDC)

Em cumprimento ao estabelecido no Termo de Ajustamento de Conduta – TAC firmado em dezembro de 2014 entre CMB, CIFRÃO, e PREVIC, foi implementado o equacionamento do déficit do Plano PBDC para os participantes que não optaram pela migração, mediante a cobrança de contribuição extraordinária com valor equivalente a 18,10% dos benefícios pagos aos assistidos contados a partir de abril de 2021, conforme estabelecido no item 7 do Parecer Atuarial RN/239/2021/CIFRÃO, de 23/03/2021.

Na data de encerramento do exercício de 2021 o Plano PBDC apresentou novo déficit atuarial de (R\$31.999).

Considerando o valor do ajuste de precificação dos títulos federais para 31/12/2021, no valor de R\$ 3.576 (conforme resumo demonstrado no Relatório Venturo da PREVIC), o Equilíbrio Técnico Ajustado, para fins de equacionamento do Plano, foi avaliado em R\$28.423.

Em observância ao Artigo 29 da Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018, deve-se apurar o Equilíbrio Técnico Ajustado, mediante acréscimo ou decréscimo, no valor do Déficit Técnico Acumulado, do ajuste de precificação dos títulos públicos classificados na categoria mantidos até o vencimento.

O ajuste de precificação dos títulos públicos classificados na categoria “mantidos a vencimento”, é calculado com base no valor presente desses títulos públicos, aplicando-se como taxa de desconto a mesma utilizada na avaliação atuarial.

2021							
Papéis na Curva	até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10	Valor Contábil	Valor Ajustado	Valor do Ajuste
quantidade	3.807	7.521	3.622	5.916	20.866	20.866	n/a
Valor	14.655	28.728	14.809	25.107	83.298	86.874	3.576

2020							
Papéis na Curva	até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10	Valor Contábil	Valor Ajustado	Valor do Ajuste
quantidade	3.745	11.328	0	0	15.072	15.072	n/a
Valor	12.883	39.238	0	0	52.121	53.939	1.818

Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste
83.298	86.874	3.576

Como o valor do Equilíbrio Técnico Ajustado de 31/12/2021, foi avaliado negativamente em R\$ 28.423, sendo ele superior ao limite apurado conforme formulação descrita no Artigo 29 da Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018, apurado no valor negativo de R\$11.677, faz-se necessário elaborar e aprovar plano de equacionamento do déficit técnico do Plano no ano de 2022.

11.2. Plano de Benefício MoedaPrev

Em cumprimento ao estabelecido no Termo de Ajustamento de Conduta – TAC firmado em dezembro de 2014 entre CMB, CIFRÃO, e PREVIC, e da finalização do processo de migração em 01/12/2020, a Patrocinadora CMB arcou com o pagamento da dívida atualizada até outubro de 2021 no valor de R\$41.571.110,38, referente a integralização de reserva dos participantes que optaram pela migração.

O Plano MoedaPrev apresentou em 31/12/2021 um déficit de (R\$6.299).

Considerando o valor do ajuste de precificação dos títulos federais para 31/12/2021, no valor de R\$1.732 (conforme resumo demonstrado no Relatório Venturo da PREVIC), o Equilíbrio Técnico Ajustado, para fins de equacionamento do Plano, foi avaliado em R\$4.567.

Em observância ao Artigo 29 da Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018, deve-se apurar o Equilíbrio Técnico Ajustado, mediante acréscimo ou decréscimo, no valor do Déficit Técnico Acumulado, do ajuste de precificação dos títulos públicos classificados na categoria mantidos até o vencimento.

O ajuste de precificação dos títulos públicos classificados na categoria “mantidos à vencimento”, é calculado com base no valor presente desses títulos públicos, aplicando-se como taxa de desconto a mesma utilizada na avaliação atuarial.

2021							
Papéis na Curva	até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10	Valor Contábil	Valor Ajustado	Valor do Ajuste
quantidade	3.243	6.406	0	1.890	11.539	11.539	n/a
Valor	12.484	24.472	0	7.997	44.952	46.684	1.732

2020							
Papéis na Curva	até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10	Valor Contábil	Valor Ajustado	Valor do Ajuste
quantidade	3.190	9.649	0	0	12.840	12.840	n/a
Valor	10.975	33.346	0	0	44.321	45.566	1.245

Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste
44.952	46.684	1.732

Como o valor do Equilíbrio Técnico Ajustado em 31/12/2021 foi avaliado negativamente em R\$4.567, sendo ele superior ao limite apurado conforme formulação descrita no Artigo 29 da Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018, apurado no valor negativo de R\$ 3.787, faz-se necessário elaborar e aprovar plano de equacionamento do déficit técnico do Plano no ano de 2022.

12. ATIVOS CONTINGENTES

A CIFRÃO possui em seu relatório jurídico posicionado em 31/12/2021 os seguintes processos judiciais em que figura como parte autora:

- a) **Processo nº 91.0123902-3:** Trata-se de processo judicial movido pela ABRAPP, representando as entidades Fechadas de Previdência Complementar, que ajuizou a União Federal requerendo o reconhecimento dos expurgos inflacionários decorrentes da aplicação em OFND (Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento) ocorridos entre abril de 1990 a fevereiro de 1991, transitou em julgado a favor da ABRAPP;

- b) **Processo nº 2008.51.01.015863-4:** Trata-se de processo judicial movido pela CIFRÃO e originário da 24ª Vara Federal da Justiça Federal do Estado do Rio de Janeiro, requerendo junto à Caixa Econômica Federal o reconhecimento de expurgos inflacionários que deixaram de ser pagos no vencimento de investimentos afetados pelos planos econômicos. Foi determinada a suspensão do processo até o julgamento dos planos econômicos pelo Superior Tribunal Federal; e
- c) **Processo nº 2010.51.01.004708-9:** Trata-se de processo judicial movido pela CIFRÃO e originário da 1ª Vara Federal da Justiça Federal do Estado do Rio de Janeiro, requerendo junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento o reconhecimento de expurgos inflacionários que deixaram de ser pagos no vencimento de investimentos afetados pelos planos econômicos. O processo está aguardando resultado de julgamento no Superior Tribunal de Justiça e no Superior Tribunal Federal.

Tomando como base o Pronunciamento Contábil CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, e enquanto não houver manifestação da Justiça Federal com relação aos valores devidos, a forma de pagamento pela União Federal, relativa à referida ação judicial e sua classificação como “provável” a entidade optou por somente registrar nas notas explicativas, como evento futuro. Em face dessa decisão, não estão refletidos os valores nas Demonstrações Contábeis da Fundação.

7. PARECER ATUARIAL POR PLANO DE BENEFÍCIOS

Parecer Atuarial do Plano PBDC em 31/12/2021

1. Introdução e Objetivo

Este Parecer Atuarial objetiva apresentar os resultados da Avaliação Atuarial de Encerramento do Exercício de 2021, elaborada pela Rodarte Nogueira, referente ao Plano de Benefício Definido Cifrão, doravante PBDC, administrado pela Cifrão - Fundação de Previdência da Casa da Moeda do Brasil e registrado no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB sob o nº 1979.0039-47.

A referida Avaliação de 2021 foi desenvolvida considerando:

- O Regulamento do Plano de Benefício Definido da CIFRÃO (PBDC), aprovado pela Portaria PREVIC nº 1077, de 11/12/2019, publicada no Diário Oficial da União de 13/12/2019;
- As informações cadastrais dos participantes ativos e assistidos na data-base de setembro/2021, disponibilizadas pela CIFRÃO, cuja coerência e consistência dos dados foram consideradas satisfatórias após aplicação de testes julgados necessários;
- Os demonstrativos contábeis de 2021, fornecidos pela CIFRÃO;
- As premissas, hipóteses, regimes financeiros e métodos atuariais geralmente aceitos, observando-se a legislação vigente, as características da massa abrangida na avaliação e o regulamento do plano de benefícios avaliado, registrados no item 3.

2. Base de Dados

2.1. Qualidade da Base Cadastral

A base cadastral de Participantes Ativos e Assistidos, encaminhada pela CIFRÃO, encontra-se posicionada em 30/09/2021. O referido cadastro foi submetido a testes de consistência e, após ratificações/retificações da Entidade, em relação às possíveis inconsistências verificadas, os dados foram considerados suficientes para fins da Avaliação Atuarial, não sendo necessária a elaboração de hipóteses para suprir deficiências da base de dados.

A análise crítica da base cadastral utilizada para a Avaliação Atuarial tem como objetivo a identificação e correção de possíveis inconsistências. Cumpre ressaltar que tal análise possui limitações de escopo, sendo a exatidão e veracidade desses dados de responsabilidade da Entidade.

2.2. Consolidado Estatístico

As tabelas a seguir, sintetizam as informações obtidas a partir dos cadastros disponibilizados.

2.3. Ativos e Autopatrocinados

2.3.1. Sujeitos a Aposentadoria Ordinária

Sexo	Frequência	Idade Média		TE Médio	TC Médio	Idade Média Provável de aposent.	Salário Participação Médio	Salário Real de Benefício Médio
		Inscrição	Atual					
Masculino	14	26,84	58,54	32,20	31,64	59,70	R\$ 11.630,45	R\$ 11.450,09
Feminino	1	20,67	54,42	33,67	33,67	57,00	R\$ 8.179,79	R\$ 8.510,24
TOTAL	15	26,43	58,26	32,30	31,78	59,52	R\$ 11.400,41	R\$ 11.254,10

TE - Tempo de Empresa.

TC - Tempo de Contribuição para o plano.

2.3.2. Sujeitos a Aposentadoria Especial

Sexo	Frequência	Idade Média		TE Médio	TC Médio	Idade Média Provável de aposent.	Salário Participação Médio	Salário Real de Benefício Médio
		Inscrição	Atual					
Masculino	6	24,06	60,53	37,13	36,40	60,53	R\$ 11.903,54	R\$ 11.935,76
Feminino	1	23,58	56,33	32,67	32,67	57,00	R\$ 7.595,15	R\$ 7.602,85
TOTAL	7	23,99	59,93	36,49	35,87	60,02	R\$ 11.288,05	R\$ 11.316,77

TE - Tempo de Empresa.

TC - Tempo de Contribuição para o plano.

2.4. Vinculados

Sexo	Frequência	Idade Média		TE Médio	TC Médio	Idade Média aposent.	Valor do BPD
		Inscrição	Atual				
Masculino	1	28,42	51,67	23,17	23,17	57,00	R\$ 156,04
Feminino	0	-	-	-	-	-	-
TOTAL	1	28,42	51,67	23,17	23,17	57,00	R\$ 156,04

2.5. Assistidos

TIPO DE BENEFÍCIO	Frequência	Idade Média	INSS Médio	Supl. Média	Contrib. Média
Invalidez	58	66,16	-	R\$ 924,71	R\$ 48,23
Idade	6	77,79	-	R\$ 1.289,94	R\$ 64,50
Tempo de Contribuição	272	69,39	-	R\$ 4.676,01	R\$ 350,16
Especial	110	71,21	-	R\$ 4.082,47	R\$ 277,24
Aposentadoria BPD	1	59,83	-	R\$ 2.246,96	R\$0,00
TOTAL	447	69,51	-	R\$ 3.992,32	R\$ 288,42

2.6. Pensão

TIPO DE BENEFICIÁRIO	Frequência	Suplementação Média	Idade Média
Pensões	128	R\$ 2.478,89	-
Pensionistas	135	-	70,32
Beneficiários Vitalícios	132	-	70,15
Beneficiários Temporários	3	-	18,00

Entre 2020 e 2021, foram observadas as seguintes movimentações na base cadastral de participantes e assistidos:

- i. a massa de participantes ativos reduziu de 26 para 22 participantes, sendo que 1 se desligou, optando pelo resgate, 2 se aposentaram e 1 faleceu gerando pensão presumida;
- ii. a massa de aposentados também reduziu, passando de 492 para 447, sendo que: 2 aposentadorias foram concedidas oriundas dos participantes ativos; 9 faleceram a menos de 1 ano, gerando as respectivas pensões; 33 foram excluídos por falecimento a mais de 1 ano sem beneficiários cadastrados e 5 foram excluídos e considerados pensão presumida;
- iii. as pensões passaram de 115 para 128, sendo incluídos 15 novos benefícios, dos quais 14 oriundos dos aposentados e 1 dos ativos, e 2 pensões foram extintas por morte do beneficiário.

3. Hipóteses Atuariais, Regimes Financeiros e Métodos Atuariais

3.1. Hipóteses

Entre as hipóteses econômicas, financeiras, biométricas e demográficas de maior relevância, admitidas na Avaliação Atuarial de 2021, destacam-se as indicadas a seguir:

Hipótese	AA2021	AA2020
Indexador Econômico do Plano	INPC - IBGE	INPC - IBGE
Taxa de juros	4,59%	4,34%
Inflação anual projetada	3,53%	3,53%
Taxa anual esperada de retorno dos investimentos	Indexador Econômico + 4,59% a.a	Indexador Econômico + 4,34% a.a
Crescimento real anual esperado dos salários	1,4%	1,4%
Projeção de crescimento real anual dos benefícios do plano	0%	0%
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo	Dos Salários: 1,00 Dos Benefícios: 0,9830	Dos Salários: 1,00 Dos Benefícios: 0,9830
Gerações futuras de novos entrados	Não adotada.	Não adotada.
Rotatividade anual	Nula	Nula
Tábua de Mortalidade Geral	AT 83 segregada por sexo	AT 83 segregada por sexo
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas desagravada em 30%	Álvaro Vindas desagravada em 30%
Tábua de Mortalidade de Inválidos	Winklevoss desagravada em 40%	Winklevoss desagravada em 40%
Tábua de Morbidez	Experiência Rodarte desagravada em 20%	Experiência Rodarte desagravada em 20%
Hipótese sobre composição de famílias pensionistas	Participante Ativo e Aposentado: Família Padrão ¹	Participante Ativo e Aposentado: Família Padrão ¹
	Pensionistas: Família real	Pensionistas: Família real

¹ Considera-se que 70% são casados, a esposa é 4 (quatro) anos mais jovem, com dois filhos dependentes cuja maioridade será alcançada quando o participante atinge 55 (cinquenta e cinco) anos.

3.2. Adequação das Hipóteses

As premissas relacionadas no Item 3.1 foram determinadas de acordo com a legislação vigente, observando-se os dados estatísticos, bem como estudos encaminhados pela Entidade à Rodarte Nogueira.

Consoante o que determina a legislação e tendo em vista as boas práticas atuariais, a Rodarte Nogueira elaborou estudos específicos que subsidiaram a definição das hipóteses atuariais por parte da Diretoria Executiva e do Conselho Deliberativo da Entidade, bem como o parecer do Conselho Fiscal, conforme os documentos relacionados a seguir.

3.2.1. Estudos Específicos

- Estudo específico da Taxa de Juros: Relatório do estudo de adequação da hipótese de taxa de juros a ser adotada na Avaliação Atuarial do Plano de Benefício Definido – PBDC, RN/CIFRÃO nº 001/2022, de 11/02/2022;
- Estudo específicos das Demais Hipóteses:
 - i. Relatório do Estudo de Adequação das Hipóteses Atuariais dos Planos MOEDAPREV e PBDC - RN/CIFRÃO nº 001/2020, de 06/01/2020;
 - ii. Manifestação sobre as hipóteses atuariais (exceto taxa de juros) a serem adotadas na Avaliação Atuarial de 2021 dos planos PBDC e MOEDAPREV: Ofício RN/029/2022/CIFRÃO, de 19/01/2022.

3.2.2. Documentos de Manifestação e Aprovação

- Parecer do Conselho Fiscal – Parecer CONFIS nº 001/2022, de 15/02/2022;
- Parecer do Conselho Fiscal – Parecer CONFIS nº 002/2022, de 08/03/2022;
- ATA de Reunião Diretoria Executiva nº 05/2022, de 18/02/2022;
- ATA de Reunião Diretoria Executiva nº 08/2022, de 10/03/2022;
- ATA da 2ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo, de 22/02/2022; e
- ATA da 1ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo, de 11/03/2022.

Conforme definido nos documentos de aprovação supra, a hipótese da taxa de juros atuarial foi alterada, sendo mantidas as demais hipóteses atuariais adotadas na última avaliação atuarial, consideradas válidas e adequadas para a avaliação atuarial de 2021, conforme ofício referido no subitem ii supra.

A taxa real de juro atuarial foi elevada de 4,34% a.a. para 4,59% a.a., acima da taxa sugerida pelo estudo técnico de adequação e aderência da hipótese de taxa de juros de 2021 (manutenção de 4,34% a.a. em função da baixa rentabilidade no último ano) elaborado pela Rodarte Nogueira (item 3.2.1), porém abaixo da TIR apurada e dentro do intervalo da taxa parâmetro, de 3,26% a 5,06%, estabelecido pela legislação em 2021 para a duração do passivo do plano de 9,76 anos (apurado na Avaliação Atuarial de 2020).

3.3. Regimes Financeiros e Métodos Atuariais

Quanto aos Regimes Financeiros e Métodos Atuariais, manteve-se nessa avaliação o Regime de Capitalização e o Método Agregado para financiamento de todos os benefícios, considerados adequados haja vista a legislação vigente, as características da massa abrangida na avaliação e o regulamento do plano de benefícios avaliado.

4. Patrimônio Social e de Cobertura do Plano, Provisões Matemáticas e Fundos

O Plano de Benefício Definido Cifrão, registrado no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB sob o nº 1979.0039-47, é um plano de caráter previdenciário estruturado na modalidade de Benefício Definido, cujas Provisões Matemáticas referentes ao encerramento do exercício de 2021 foram determinadas a partir dos resultados da Avaliação Atuarial de 31.12.2021, elaborada por esta consultoria, e seus valores correspondem aos indicados no quadro a seguir que, também, demonstra a composição do Patrimônio Social, do Patrimônio de Cobertura do Plano, das Provisões Matemáticas, dos Fundos e do Equilíbrio Técnico resultante em 31/12/2021:

		Valores em 31/12/2021 (R\$)
2.03.	PATRIMÔNIO SOCIAL	179.561.914,74
2.03.01	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	175.665.282,78
2.03.01.01.00.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS	207.664.082,77
2.03.01.01.01.00.00	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	317.067.294,87
2.03.01.01.01.01.00	CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	449.352,86
2.03.01.01.01.01.01	SALDO DE CONTAS DOS ASSISTIDOS	449.352,86
2.03.01.01.01.02.00	BEN. DEF. ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO	316.617.942,01
2.03.01.01.01.02.00	VALOR ATUAL DOS BEN. FUT. PROGR. – ASSISTIDOS	265.547.763,27
2.03.01.01.01.02.00	VALOR ATUAL DOS BEN. FUT. NÃO PROGR. – ASSISTIDOS	51.070.178,74
2.03.01.01.02.00.00	BENEFÍCIOS A CONCEDER	14.046.943,00
2.03.01.01.02.01.00	CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	22.522,62
2.03.01.01.02.01.01	SALDO DE CONTAS – REMIDO	22.522,62
2.03.01.01.02.02.00	BEN. DEF. ESTRUT. EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO PROGR.	13.982.034,52
2.03.01.01.02.02.01	VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS PROGRAMADOS	14.248.614,04
2.03.01.01.02.02.02	(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUT. DOS PATROC.	(133.289,76)
2.03.01.01.02.02.03	(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUT. DOS PARTIC.	(133.289,76)
2.03.01.01.02.03.00	BEN. DEF. ESTRUT. EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO NÃO PROGR.	42.385,86
2.03.01.01.02.03.01	VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS NÃO PROGRAMADOS	43.169,46
2.03.01.01.02.03.02	(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUT. DOS PATROC.	(391,80)
2.03.01.01.02.03.03	(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUT. DOS PARTIC.	(391,80)
2.03.01.01.03.00.00	(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	(123.450.155,10)
2.03.01.01.03.02.00	(-) DÉFICIT TÉCNICO EQUACIONADO.	(123.450.155,10)
2.03.01.01.03.02.01	(-) PATROCINADORES	(61.725.077,55)
2.03.01.01.03.02.02	(-) PARTICIPANTES	(2.640.183,11)
2.03.01.01.03.02.03	(-) ASSISTIDOS	(59.084.894,44)
2.03.01.02.00.00.00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	(31.998.799,99)
2.03.01.02.01.00.00	RESULTADOS REALIZADOS	(31.998.799,99)
2.03.01.02.01.01.00	SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO	-
2.03.01.02.01.01.01	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-
2.03.01.02.01.01.02	RESERVA ESPECIAL PARA REVISÃO DO PLANO	-
2.03.01.02.01.02.00	(-) DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO	(31.998.799,99)
2.03.02.00.00.00.00	FUNDOS	3.896.631,96
2.03.02.01.00.00.00	FUNDOS PREVIDENCIAIS	-
2.03.02.02.00.00.00	FUNDOS ADMINISTRATIVOS	3.169.352,65
2.03.02.03.00.00.00	FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	727.279,31
2.03.02.03.01.00.00	FUNDO GARANTIDOR DE EMPRÉSTIMOS	173.378,32
2.03.02.03.02.00.00	FUNDO DE COBERTURA DOS INADIMPLENTOS	553.900,99

A Provisão Matemática a Constituir registra o valor atual dos fluxos contributivos previstos pela aplicação das alíquotas de contribuição extraordinária mensal de participantes, assistidos e patrocinadoras, estabelecidas no Plano de Equacionamento do Déficit Técnico da Avaliação Atuarial por Fato Relevante de 01.12.2020, conforme item 7 deste parecer.

A referida Provisão Matemática será redimensionada a cada avaliação atuarial subsequente, com base no valor atual do respectivo fluxo contributivo redimensionado, considerando o prazo residual de vigência das contribuições extraordinárias e as hipóteses atuariais definidas.

5. Duração do Passivo e Ajuste de Precificação

5.1. Duração do Passivo

A duração do passivo corresponde à média dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios de cada plano, líquidos de contribuições normais e extraordinárias incidentes sobre esses benefícios, ponderada pelos valores presentes desses fluxos.

Assim, com base no fluxo do passivo da Avaliação Atuarial de 31.12.2021 e na metodologia definida pela PREVIC nos normativos pertinentes, a duração do passivo do PBDC foi dimensionada em 116 meses (9,6359 anos).

5.2. Ajuste de Precificação

O ajuste de precificação corresponde à diferença entre o valor presente dos títulos públicos federais atrelados ao índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos.

Como o PBDC contabiliza títulos públicos federais atrelados a índices de preços classificados como mantidos até o vencimento, foi apurado pela Fundação o ajuste de precificação dos referidos títulos públicos, em 31.12.2021, no valor positivo de R\$ 3.575.812,50, que deverá deduzido do resultado deficitário acumulado para fins de equacionamento.

De acordo com o estudo específico de convergência da taxa de juros de 2021, a manutenção dos títulos vigentes em 2020, com grande representatividade de vencimento nos anos de 2021 a 2024, não comprometia a capacidade financeira de atendimento às necessidades de liquidez do plano, mantidas as condições do estudo.

Contudo, em 2021 foram alocados mais recursos em títulos públicos federais atrelados a índices de preços classificados como mantidos até o vencimento, com vencimentos em 2050 e 2055, com o objetivo de proteger o passivo atuarial do Plano, conforme recomendação do estudo de ALM apresentado pela entidade. A referida ação aumentou o risco de liquidez, ao apresentar mediana do saldo da carteira próxima a zero partir de 2026, o que indica que, em 50% das simulações realizadas, o plano não demonstra a capacidade financeira de manutenção desses novos títulos até o vencimento sem comprometer às necessidades de liquidez do plano, em especial pelo fato de estar deficitário.

6. Resultados Atuariais

6.1. Em relação ao Grupo de Custeio

6.1.1. Evolução dos Custos

Por corresponder a um valor médio anual, o custo previdencial dos benefícios avaliados pelo método agregado pode não corresponder à contribuição normal esperada em cada período. Assim, o custo previdencial estimado para os próximos 12 meses é identificado ao montante das contribuições normais e extraordinárias previstas para serem pagas nesse mesmo período, dimensionadas com base no Plano de Custeio.

A tabela seguinte registra o montante das contribuições normais e extraordinárias previstas para serem pagas em 2022, ora expressas em valores monetários, ora em percentual da respectiva folha de salário-de-participação, obtidas a partir do fluxo do passivo dessa avaliação atuarial, acrescido do carregamento administrativo, que considera o Plano de Custeio descrito no item 7.

Fonte dos Recursos – 2022

Especificação	Participantes	% folha ativo	Assistidos	% folha assistido	Patrocinador	%folha global	Total
Custo Total							R\$ 15.074.268,00
Contrib. Previdenciárias ⁽¹⁾	R\$ 46.200,00	8,07%	R\$ 7.490.934,00	25,24%	R\$ 7.537.134,00	24,92%	R\$ 15.074.268,00
Normais	R\$ 46.200,00	8,07%	R\$ 2.119.149,00	7,14%	R\$ 2.165.349,00	7,16%	R\$ 4.330.698,00
Extraordinárias	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 5.371.785,00	18,10%	R\$ 5.371.785,00	17,76%	R\$ 10.743.570,00
Déficit Equacionado	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 5.371.785,00	18,10%	R\$ 5.371.785,00	17,76%	R\$ 10.743.570,00
Outras Finalidades	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00

(1) Inclui a parcela destinada ao Custeio Administrativo. Os participantes ativos elegíveis a benefício pelo plano em 2022 integram o fluxo contributivo dos assistidos.

O custo normal médio do Plano (inclui as contribuições dos assistidos e a correspondente contribuição patronal) previsto para 2022 é de 14,32% da folha global (ativos e assistidos), inferior ao apurado em 2020 (17,06%). Atribuiu-se a redução verificada à própria diminuição das contribuições normais em razão da forte elevação do “Valor Básico Cifrão” em 2021, base de apuração das contribuições do PBDC, cujo índice de correção está atrelado ao IGP -DI.

6.1.2. Variação das Provisões Matemáticas

As Provisões Matemáticas do PBDC reavaliadas em 31/12/2021, variaram R\$ 9,73 milhões em relação àquelas apuradas em 31/12/2020, abaixo da variação de R\$ 11,98 milhões que era esperada no período pela atualização inerente ao modelo (atualização monetária e juros, dedução de benefícios pagos e adição de contribuições), como efeito resultante do ganho atuarial decorrente da elevação da taxa de juros, estimado em R\$ 4,87 milhões, em relação à perda decorrente do ajuste de experiência e da atualização e movimentação cadastral estimada em R\$ 2,63 milhões, conforme demonstrado no quadro a seguir:

	PMBAC	PMBC	PMaC	TOTAL
Provisões Matemáticas em 31.12.2020	19.020.798	298.379.039	(119.469.668)	197.930.169
(+) Cresc. inerente às provisões matemáticas ⁽¹⁾	2.794.534	19.758.033	(10.575.149)	11.977.418
(+/-) Alteração das hipóteses atuariais	(420.720)	(7.338.077)	2.888.523	(4.870.274)
Alteração da taxa de juros	(420.720)	(7.338.077)	2.888.523	(4.870.274)
Alteração de tábuas biométricas	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
(+) Atualização e mov. cadastral e ajustes de experiência ⁽²⁾	(7.347.669)	6.268.300	3.706.139	2.626.770
Movimentação cadastral	(3.206.620)	2.189.280	-	(1.017.340)
Efeito alteração cadastro falecidos	(326.014)	(6.284.536)	2.382.726	(4.227.824)
Atualização cadastral e Ajuste de Experiência	(3.815.035)	10.363.556	1.323.413	7.871.934
(+) Variação Total	(4.973.855)	18.688.256	(3.980.487)	9.733.914
(=) Provisões Matemáticas em dezembro/2021	14.046.943	317.067.295	(123.450.155)	207.664.083

(1) Recorrência: atualização monetária, juros, dedução de benefícios pagos, adição de contribuições.

(2) Variações cadastrais (+ / -), como extinção de benefícios e concessão de novos benefícios, se for o caso, sobrevivência (+) ou mortalidade (-) acima da esperada para aquela população no período, outros efeitos como o decorrente da redução das contribuições em função da elevação significativa do Valor Básico Cifrão em 2021

BAC = Benefícios a Conceder; BC = Benefícios Concedidos; PMaC = Provisão Matemática a constituir (PED 2020)

6.1.3. Principais Riscos Atuariais

Os principais riscos atuariais ao qual o plano está exposto são inerentes ao modelo em que estão estruturados os benefícios avaliados, tendo em vista o longo prazo previsto para a integralização das obrigações previdenciais, compreendendo possíveis descolamentos das hipóteses atuariais, com maior relevância para aquelas vinculadas à sobrevivência/mortalidade e à taxa real de juros, adotada no desconto a valor presente das obrigações e como meta do retorno dos investimentos financeiros.

Para mitigar os riscos atuariais do modelo, é importante o acompanhamento da adequação das hipóteses adotadas na mensuração dos compromissos, mediante realização de testes regulares de aderência dessas hipóteses, ajustando-as sempre que necessário.

Nesse sentido, salienta-se que as hipóteses atuariais utilizadas para fins da Avaliação Atuarial de 2021 do Plano foram aprovadas pelos órgãos estatutários da entidade, subsidiadas pelos testes de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, cujos resultados foram formalizados por meio dos estudos técnicos específicos relacionados no item 3.2.1

6.1.4. Soluções para Insuficiência de Cobertura

Em 31/12/2021, as provisões matemáticas do Plano, que já consideram o valor da Provisão Matemática a Constituir, cujas alíquotas de contribuição extraordinária estão especificadas no item 7, não estão totalmente cobertas pelo respectivo patrimônio de cobertura, apurando-se Déficit Técnico Acumulado de (R\$ 31.998.799,99), aproximadamente 15,44% dessas provisões, sendo o valor do Equilíbrio Técnico Ajustado negativo apurado em R\$ 28.422.987,49, quando considerado o ajuste de precificação dos títulos federais informado pela Entidade para 31/12/2021, no valor positivo de R\$ 3.575.812,50.

Assim, tendo apurado resultado deficitário, a Entidade deverá observar os procedimentos previstos pela Resolução CNPC nº 30/2018, em especial o registrado no Título VI, como medida legal mínima para restabelecer o reequilíbrio técnico do plano, conforme especificado no item 6.2.4.

Contudo, os patamares mínimos de equacionamento definidos na norma não são compulsórios. Visando restaurar de forma mais definitiva o reequilíbrio e solvência do plano, a EFPC, dentro de critérios técnicos embasados em parecer atuarial, deve buscar estabelecer, entre as causas do resultado deficitário, aquelas que não são passíveis de reversão no médio prazo, para então definir o patamar mínimo do equacionamento, ou mesmo, buscar alternativas mais definitivas, como uma reestruturação mais ampla do plano.

6.2. Em relação ao Plano de Benefícios

6.2.1. Regras de Constituição e Reversão dos Fundos Previdenciais

O PBDC não possui Fundos Previdenciais em 31/12/2021.

6.2.2. Variação do Resultado

O Déficit técnico acumulado em 31/12/2020, no valor de R\$ 8,6 milhões, equivalente a cerca de 4,3% das Provisões Matemáticas da época, aumentou R\$ 23,4 milhões no exercício, passando a R\$ 32 milhões em 31/12/2021, aproximadamente 15,4% das respectivas Provisões Matemáticas de Benefício Definido, como efeito basicamente do resultado dos investimentos em 2021 que não atingiu a meta atuarial, com perda estimada de R\$ 25, 55 milhões, conforme evidenciado no quadro a seguir:

Decomposição dos Resultados	Valores em R\$
Superávit/ (Déficit) acumulado em 31.12.2020	(8.612.623)
1 - Resultado do Passivo	(9.733.915)
2 - Resultado Financeiro	(13.652.262)
Resultado Líquido dos investimentos	2.837.340
<i>Rendimento financeiro esperado - Meta Atuarial</i>	28.384.828
Ganho (+) / Perda (-) Financeira estimada	(25.547.488)
Pagamento líquido de benefícios e outros encargos do Plano	(15.227.268)
Constituições/Reversões de Contingências	(11.444)
Cobertura/Reversão de Despesas Administrativas	(1.250.890)
Constituição/reversão para fundo previdencial	-
Resultado do Exercício (1 + 2)	(23.386.177)
Superávit/ (Déficit) acumulado em 31.12.2021	(31.998.800)

6.2.3. Natureza do Resultado

O resultado negativo do plano no exercício de 2021 decorre basicamente de causas conjunturais, posto que deriva, primordialmente, da rentabilidade do plano que não atingiu a meta atuarial no exercício, como provável efeito da situação econômica em 2021, ainda muito afetada pela pandemia.

6.2.4. Soluções para o Equacionamento de Déficit

Tendo apurado déficit técnico, foram observados os procedimentos previstos pela Resolução CNPC nº 30/2018, em especial o especificado no Título VI.

Assim, considerando o ajuste de precificação dos títulos federais informado pela Entidade para 31/12/2021, no valor positivo de R\$ 3.575.812,50, o Equilíbrio Técnico Ajustado negativo de 31/12/2021 foi avaliado em R\$ 28.422.987,49, como demonstrado a seguir:

Descrição	Exercício Atual
a) Resultado Realizado (-)	R\$ (31.998.799,99)
b) Ajuste de Precificação (+)	R\$ 3.575.812,50
c) Equilíbrio Técnico Ajustado (+ / -): (a + b)	R\$ (28.422.987,49)
Em % das Provisões Matemáticas BD	13,72%

Como o valor absoluto do Equilíbrio Técnico Ajustado é superior ao limite da legislação exigido para equacionamento, apurado em R\$ 11.677.145,61, conforme registrado a seguir, faz necessário elaborar e aprovar, em 2022, plano de equacionamento do déficit técnico, no valor mínimo de R\$ 16.745.841,88, com vigência a partir de 01/04/2023.

Limite de Déficit Técnico Acumulado = $[1\% \times (9,6359 - 4) \times R\$ 207.192.207,27] = R\$ 11.677.145,61$.

Havendo reversão do resultado deficitário na Avaliação Atuarial de 2022, o plano de equacionamento poderá ser suspenso desde que tenha aprovação dos órgãos competentes.

6.2.5. Adequação dos Métodos de Financiamento

O Regime Financeiro e o Método de Financiamento adotados no financiamento dos benefícios do plano não foram alterados, sendo considerados adequados aos benefícios para os quais são empregados, haja vista a legislação vigente, as características da massa abrangida na avaliação e o regulamento do plano de benefícios avaliado, estando em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos.

6.2.6. Outros Fatos Relevantes

- Os valores relativos aos Ativos Financeiros, fundos administrativos e de investimentos e exigíveis do PBDC, considerados nessa Avaliação Atuarial, foram informados pela CIFRÃO, por meio do Balancete Contábil de 31/12/2021, sendo os seus dimensionamentos de inteira e exclusiva responsabilidade da Entidade.
- Nessa avaliação atuarial não foram previstos quaisquer reflexos decorrentes das determinações do Ofício nº 957/SPC/DEFIS/CGFD, de 27/05/2004, em especial ao que determinava o item 2: realizar os cálculos devidos bem como tomar as providências cabíveis com vistas a equacionar o déficit existente antes da alteração do Regulamento em 1999, observando-se a proporcionalidade contributiva à época.
- Em consonância com o Art. 6º da Resolução CGPC nº 29, de 31/08/2009 e com o Regulamento do Plano de Gestão Administrativa, registra-se que o limite anual de recursos destinados à gestão administrativa dos Planos geridos pela CIFRÃO, sujeita à Lei Complementar nº 108/2001, é de 9% da soma das contribuições e dos benefícios no exercício a que se referir.

7. Plano de Custeio vigente a partir de 01/04/2022

Registra-se, a seguir, o Plano de Custeio previsto para vigorar entre 01/04/2022 e 31/03/2023:

7.1. Participantes Ativos e Autopatrocinados

7.1.1. Custeio Normal

Tabela de Contribuição

Base de Desconto ¹	% Aplicável sobre a Base de Desconto
Salário-de-Participação (SP)	5,0%
Excesso do SP em relação à ½ do VBC máximo, se positivo	4,0%
Excesso do SP em relação ao VBC máximo, se positivo	8,5%

¹ Salário-de-Participação limitado ao triplo do VBC máximo e VBC = Valor Básico CIFRÃO

Os autopatrocinados deverão recolher ao plano além das suas contribuições como participante ativo, as correspondentes contribuições que seriam de responsabilidade da Patrocinadora à qual estavam vinculados, incluindo a contribuição para a cobertura das despesas administrativas.

7.1.2. Custeio Extraordinário

Para integralização da parcela de cobertura do déficit técnico apurada em 01/12/2020, data efetiva da migração, os participantes ativos não contribuem na fase ativa, cabendo-lhes o recolhimento da contribuição extraordinária na inatividade, na forma especificada no item 7.2.2.

7.2. Assistidos

7.2.1. Contribuição Normal

Os assistidos efetuam contribuição mensal para o plano composta pela soma das seguintes parcelas, obtidas com base em percentuais aplicados sobre a suplementação:

Tabela de Contribuição

Base de Desconto	% Aplicável sobre a Base de Desconto
Suplementação (SUP)	5,0%
Excesso da SUP em relação à ½ do VBC máximo, se positivo	4,0%
Excesso da SUP em relação ao VBC máximo, se positivo	8,5%

7.2.2. Contribuição Extraordinária

Para integralização da parcela de cobertura do déficit técnico apurada em 01/12/2020, data efetiva da migração, os assistidos (aposentados e pensionistas) deverão contribuir mensalmente com importância equivalente à 18,1% do benefício supletivo, cujos recolhimentos mensais extraordinários tiveram início em 01/04/2021.

7.3. Participantes Vinculados

Os participantes vinculados, cuja opção pelo benefício proporcional diferido (BPD) ocorreu antes de 13/12/2019, deverão contribuir apenas para o custeio administrativo, tanto na fase de diferimento, quanto na fase de recebimento do benefício.

Os participantes vinculados, cuja opção pelo benefício proporcional diferido (BPD) ocorreu a partir de 13/12/2019, deverão contribuir para o custeio administrativo, na fase de diferimento, e para o custeio extraordinário, na forma do item 7.2.2, na fase de recebimento do benefício.

7.4. Patrocinadoras

7.4.1. Contribuição Normal

As Patrocinadoras contribuem mensalmente com montante igual à soma das contribuições normais mensais dos participantes ativos e assistidos.

7.4.2. Contribuição Extraordinário

Para integralização da parcela de cobertura do déficit técnico de sua responsabilidade, apurada em 01/12/2020, data efetiva da migração, os patrocinadores deverão contribuir mensalmente com importância equivalente à totalidade das contribuições extraordinárias mensais pagas pelos respectivos participantes e assistidos.

7.5. Custeio Administrativo

Para o custeio administrativo, foi mantida a taxa de carregamento administrativo equivalente a 10% das contribuições recolhidas (normais e extraordinárias) e a Taxa de Administração equivalente a 0,47% do patrimônio do plano.

O Plano de Benefícios Definido CIFRÃO - PBDC tem patrimônio independente e não é solidário com nenhum outro plano administrado pela CIFRÃO.

Este é o parecer.

Belo Horizonte, 29 de março de 2022.
Rodarte Nogueira - consultoria em estatística e atuária CIBA nº 070
Cássia Maria Nogueira
Responsável Técnico Atuarial
MIBA/MTE nº 1.049

Parecer Atuarial do Plano MoedaPrev em 31/12/2021

1. Introdução e Objetivo

Este Parecer Atuarial objetiva apresentar os resultados da Avaliação Atuarial de 2021, elaborada pela Rodarte Nogueira referente ao Plano MoedaPrev, administrado pela CIFRÃO - Fundação de Previdência da Casa da Moeda do Brasil e registrado no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB sob o nº 2010.0036-83.

A Avaliação Atuarial de 2021 foi desenvolvida considerando:

- O Regulamento do Plano MoedaPrev, aprovado pela Portaria PREVIC nº 1077, de 11/12/2019, publicada no Diário Oficial da União de 13/12/2019;
- As informações cadastrais dos participantes e assistidos na data-base de setembro/2021, disponibilizadas pela CIFRÃO, cuja coerência e consistência dos dados foram consideradas satisfatórias após aplicação de testes julgados necessários;
- Os demonstrativos contábeis de 2021 fornecidos pela CIFRÃO;
- As premissas, hipóteses, regimes financeiros e métodos atuariais geralmente aceitos, observando-se a legislação vigente, as características da massa abrangida na avaliação e o regulamento do plano de benefícios avaliado, registrados no item 3.

2. Base de Dados

2.1. Qualidade da Base Cadastral

A base cadastral de Participantes, Assistidos e Pensionistas encaminhada pela CIFRÃO encontra-se posicionada em 30/09/2021. O referido cadastro foi submetido a testes de consistência e, após ratificações/retificações da Entidade, em relação às possíveis inconsistências verificadas, os dados foram considerados suficientes para fins da Avaliação Atuarial, não sendo necessária a elaboração de hipóteses para suprir deficiências da base de dados.

A análise crítica da base cadastral utilizada para a Avaliação Atuarial tem como objetivo a identificação e correção de possíveis inconsistências. Cumpre ressaltar que tal análise possui limitações de escopo, sendo a exatidão e veracidade desses dados de responsabilidade da Entidade.

2.2. Consolidado Estatístico

As estatísticas e saldos de conta de ativos e assistidos, apresentados na sequência, referem-se à base cadastral dessa avaliação atuarial posicionada em 30/09/2021.

2.2.1. Ativos e Autopatrocínados

Descrição	Masculino	Feminino	Total
Frequência	435	184	619
Idade Média	46,21	43,53	45,41
Tempo médio de Vinculação (em anos)	5,72	5,83	5,75
Salário-de-Participação Médio	R\$ 10.857,34	R\$ 11.020,67	R\$ 10.905,89
Contribuição Normal no mês	R\$ 369.357,65	R\$ 160.738,99	R\$ 530.096,64
Contribuição Básica	R\$ 308.012,89	R\$ 133.879,38	R\$ 441.892,27
Contribuição Risco	R\$ 31.488,71	R\$ 13.829,16	R\$ 45.317,87
Contribuição Adm	R\$ 29.856,05	R\$ 13.030,45	R\$ 42.886,50
Contribuição Facultativa	R\$ 1.824,15	R\$ 128,71	R\$ 1.952,86
Contribuição Básica	R\$ 1.815,03	R\$ 128,07	R\$ 1.943,10
Contribuição Risco	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Contribuição Adm	R\$ 9,12	R\$ 0,64	R\$ 9,76
Saldo Participante (Básica)	R\$ 22.518.306,83	R\$ 10.245.279,92	R\$ 32.763.586,75
Saldo Participante (Valores Migrados)	R\$ 29.120.729,11	R\$ 10.046.809,58	R\$ 39.167.538,69
Saldo Participante (Facultativa)	R\$ 948.839,75	R\$ 76.739,51	R\$ 1.025.579,26
Saldo Participante (Valores Portados - EAPC)	R\$ 283.439,11	R\$ 51.263,58	R\$ 334.702,69
Saldo Patrocinadora	R\$ 21.023.159,77	R\$ 9.519.810,59	R\$ 30.542.970,36

2.2.2. Cancelados (MoedaPrev)– (c/ vínculo empregatício - sem resgate)

Descrição	Total
Frequência	79
Saldo Participante (Básica)	R\$ 1.116.575,33
Saldo Participante (Facultativa)	R\$ 53.585,37
Saldo Conta Patrocinadora	R\$ 94.125,31

2.2.3. Assistidos – Renda Vitalícia

TIPO DE BENEFÍCIO	Frequência	Supl.Média	Contrib. Média	Idade Média (Vitalício)
Aposentadoria Programada	125	R\$ 2.130,02	-	69,13
Aposentadoria – Não Programada	18	R\$ 536,93	-	65,68
Pensão	73	R\$ 1.547,19	-	67,27

2.2.4. Assistidos – Renda Certa

TIPO DE BENEFÍCIO	Frequência	Renda Média	Prazo Médio (anos)
Aposentadoria	172	R\$ 2.849,15	9,43
Pensão	76	R\$ 2.381,97	8,24

Não foram observadas variações atípicas nas bases de dados disponibilizadas, entre 2020 e 2021, que apenas refletiram as entradas e saídas de participantes, as novas concessões e as extinções de benefícios decorrentes de morte de assistidos e de pensionistas ou pela perda da qualidade de beneficiário.

As provisões matemáticas de contribuição definida de 31/12/2021 foram dimensionadas considerando as informações atualizadas dos saldos de conta de participantes, patrocinadora, assistidos e cancelados, disponibilizadas pela entidade, não sendo observadas concessões de aposentadorias e pensões entre outubro e dezembro/2021.

3. Hipóteses Atuariais, Regimes Financeiros e Métodos Atuariais

3.1. Hipóteses

Entre as hipóteses econômicas, financeiras, biométricas e demográficas de maior relevância admitidas na Avaliação Atuarial de 2021, destacam-se as indicadas a seguir:

Hipótese	AA2021	AA2020
Indexador Econômico do Plano	INPC - IBGE	INPC - IBGE
Taxa de juros	4,59%	4,71%
Inflação anual projetada	3,53%	3,53%
Taxa anual esperada de retorno dos investimentos	Indexador Econômico + 4,71% a.a	Indexador Econômico + 4,8% a.a
Crescimento real anual esperado dos salários	1,4%	1,4%
Projeção de crescimento real anual dos benefícios do plano	0%	0%
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo	Dos Salários: 1,00 Dos Benefícios: 0,9830	Dos Salários: 1,00 Dos Benefícios: 0,9830
Gerações futuras de novos entrados	Não adotada.	Não adotada.
Rotatividade anual	Nula	Nula
Tábua de Mortalidade Geral	AT 83 segregada por sexo	AT 83 segregada por sexo
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas desagravada em 30%	Álvaro Vindas desagravada em 30%
Tábua de Mortalidade de Inválidos	Winklevoss desagravada em 40%	Winklevoss desagravada em 40%
Tábua de Morbidez	Experiência Rodarte desagravada em 20%	Experiência Rodarte desagravada em 20%
Hipótese sobre composição de famílias pensionistas	Participante Ativo: Não Aplicável	Participante Ativo: Não Aplicável
	Assistidos e Pensionistas: Família real	Assistidos e Pensionistas: Família real

3.2. Adequação das Hipóteses

As premissas relacionadas no Item 3.1 foram determinadas de acordo com a legislação vigente, observando-se os dados estatísticos, bem como estudos encaminhados pela Entidade à Rodarte Nogueira.

Consoante o que determina a legislação e tendo em vista as boas práticas atuariais, a Rodarte Nogueira elaborou estudos específicos que subsidiaram a definição das hipóteses atuariais por parte da Diretoria Executiva e do Conselho Deliberativo da Entidade, bem como o parecer do Conselho Fiscal, conforme os documentos relacionados a seguir.

3.2.1. Estudos Específicos

- Estudo específico da Taxa de Juros: Relatório do estudo de adequação da hipótese de taxa de juros a ser adotada na Avaliação Atuarial do Plano Moedaprev, RN/CIFRÃO nº 002/2022, de 11/02/2022;
- Estudos específicos das Demais Hipóteses:
 - i. Relatório do Estudo de Adequação das Hipóteses Atuariais dos Planos MOEDAPREV e PBDC - RN/CIFRÃO nº 001/2020, de 06/01/2020;
 - ii. Manifestação sobre as hipóteses atuariais (exceto taxa de juros) a serem adotadas na Avaliação Atuarial de 2021 dos planos PBDC e MOEDAPREV: Ofício RN/029/2022/CIFRÃO, de 19/01/2022.

3.2.2. Documentos de Manifestação e Aprovação

- Parecer do Conselho Fiscal – Parecer CONFIS nº 001/2022, de 15/02/2022;
- Parecer do Conselho Fiscal – Parecer CONFIS nº 002/2022, de 08/03/2022;
- ATA de Reunião Diretoria Executiva nº 05/2022, de 18/02/2022;
- ATA de Reunião Diretoria Executiva nº 08/2022, de 10/03/2022;
- ATA da 2ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo, de 22/02/2022.
- ATA da 1ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo, de 11/03/2022.

Conforme definido nos documentos de aprovação supra, a hipótese da taxa de juros atuarial foi reduzida de 4,71%a.a. para 4,59%a.a., seguindo a recomendação do estudo específico de aderência da taxa de juros (item 3.2.1), sendo mantidas as demais hipóteses atuariais adotadas na última avaliação atuarial, consideradas válidas e adequadas para a avaliação atuarial de 2021, conforme ofício referido no subitem ii supra.

3.3. Regimes Financeiros e Métodos Atuariais

Quanto aos Regimes Financeiros e Métodos Atuariais, manteve-se nessa avaliação, o Regime de Capitalização e Método de Capitalização Financeira para os Benefícios Programados e para a parcela dos benefícios de riscos decorrente da conversão do saldo de conta, o Regime de Repartição Simples para o Benefício de Auxílio-Doença e o Regime de Repartição de Capitais de Cobertura para a parcela de benefício definido da aposentadoria por invalidez e da pensão por morte de Participante, considerados adequados haja vista as características da massa abrangida na avaliação e o regulamento do plano de benefícios avaliado.

Os benefícios decorrentes dos valores migrados do PBDC foram financiados no plano de origem pelo Regime de Capitalização e Método Agregado.

4. Patrimônio Social e de Cobertura do Plano, Provisões Matemáticas e Fundos

O Plano MoedaPrev, registrado no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB sob o nº 2010.0036-83, é um plano de caráter previdenciário que agrega as modalidades de benefício definido e de contribuição definida, cujas Provisões Matemáticas de Benefício Definido do encerramento do exercício de 2021 foram determinadas a partir dos resultados da Avaliação Atuarial de 31/12/2021, elaborada por esta consultoria, e seus valores correspondem aos indicados no quadro abaixo, que demonstra a composição do Patrimônio Social e de Cobertura do Plano, das Provisões Matemáticas, dos Fundos e do Equilíbrio Técnico resultante em 31/12/2021:

Valores em 31.12.2021 (R\$)

2.03	PATRIMÔNIO SOCIAL	237.625.263,70
2.03.01	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	220.059.959,87
2.03.01.01.00.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS	226.359.147,03
2.03.01.01.01.00.00	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	117.725.974,60
2.03.01.01.01.01.00	CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	51.465.386,97
2.03.01.01.01.01.01	SALDO DE CONTAS DOS ASSISTIDOS - RENDA CERTA	51.449.804,44
2.03.01.01.01.01.02	SALDO DE CONTAS DOS ASSISTIDOS - SAQUE 25%	15.582,53
2.03.01.01.01.02.00	BENEFÍCIO DEFINIDO - CAPITALIZAÇÃO	66.260.587,63
2.03.01.01.01.02.00	V.A. BEN. FUT. PROGRAMADO – ASSISTIDOS	47.028.314,91
2.03.01.01.01.02.00	V.A. BEN. FUT. NÃO PROGRAMADO – ASSISTIDOS	19.232.272,72
2.03.01.01.02.00.00	BENEFÍCIOS A CONCEDER	108.633.172,43
2.03.01.01.02.01.00	CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	108.633.172,43
2.03.01.01.02.01.01	SALDO DE CONTAS – PARCELA PATROCINADOR (ES)	32.309.874,93
2.03.01.01.02.01.01.01	BÁSICA - PATROCINADORA	32.309.874,93
2.03.01.01.02.01.02	SALDO DE CONTAS – PARCELA PARTICIPANTES	76.323.297,50
2.03.01.01.02.01.03	BÁSICA PARTICIPANTE	35.731.176,76
2.03.01.01.02.01.04	FACULTATIVA	1.088.888,82
2.03.01.01.02.01.05	VALORES PORTADOS (EAPC)	334.711,09
2.03.01.01.02.01.06	VALORES MIGRADOS (PBDC)	39.168.520,83
2.03.01.01.03.00.00	(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	-
2.03.01.02.00.00.00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	(6.299.187,16)
2.03.01.02.01.00.00	RESULTADOS REALIZADOS	(6.299.187,16)
2.03.01.02.01.01.00	SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO	-
2.03.01.02.01.01.01	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-
2.03.01.02.01.01.02	RESERVA ESPECIAL PARA REVISÃO DO PLANO	-
2.03.01.02.01.02.00	(-) DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO	(6.299.187,16)
2.03.01.02.02.00.00	RESULTADOS A REALIZAR	-
2.03.02.00.00.00.00	FUNDOS	17.565.303,83
2.03.02.01.00.00.00	FUNDOS PREVIDENCIAIS	14.711.684,62
2.03.02.01.03.00.00	OUTROS – NOTA TÉCNICA ATUARIAL	14.711.684,62
2.03.02.01.03.01.00	Fundo de Risco	12.243.112,99
2.03.02.01.03.02.00	Fundo Reversão de Contingência	67.254,09
2.03.02.01.03.03.00	Fundo de Recursos Remanescentes - Patrocinador	2.401.317,53
2.03.02.02.00.00.00	FUNDOS ADMINISTRATIVOS	2.263.453,83
2.03.02.03.00.00.00	FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	590.165,38

As Provisões Matemáticas de Contribuição Definida equivalem aos Saldos de Conta informados para 31.12.2021, mantidos e atualizados pela entidade, sendo essas informações de sua responsabilidade. Os Fundos Previdenciais, por sua vez, são determinados de acordo com as regras especificadas no item 6.2.1 deste parecer.

5. Duração do Passivo e Ajuste de Precificação

5.1. Duração do Passivo

A duração do passivo corresponde à média dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios definidos de cada plano, líquidos de contribuições normais e extraordinárias incidentes sobre esses benefícios, ponderada pelos valores presentes desses fluxos.

Assim, com base no fluxo do passivo da Avaliação Atuarial de 31/12/2021 e na metodologia definida pela PREVIC nos normativos pertinentes, a duração do passivo do MoedaPrev foi dimensionada em 117 meses (9,7159 anos).

5.2. Ajuste de Precificação

O ajuste de precificação corresponde à diferença entre o valor presente dos títulos públicos federais atrelados ao índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos.

Como o MoedaPrev contabiliza títulos públicos federais atrelados a índices de preços classificados como mantidos até o vencimento, foi apurado pela Fundação o ajuste de precificação dos referidos títulos públicos, em 31.12.2021, no valor positivo de R\$ 1.732.087,50, que deverá ser deduzido do resultado deficitário acumulado para fins de equacionamento.

De acordo com o estudo específico de convergência da taxa de juros de 2021, a manutenção dos títulos vigentes em 2020, com grande representatividade de vencimento nos anos de 2021 a 2024, não comprometia a capacidade financeira de atendimento às necessidades de liquidez do plano, mantidas as condições do estudo.

Em 2021 foram alocados mais recursos em títulos públicos federais atrelados a índices de preços, conforme recomendação do ALM apresentado pela entidade. O referido estudo demonstra a capacidade financeira do plano de manutenção desses novos títulos até o vencimento sem comprometer às necessidades de liquidez do plano.

6. Resultados Atuariais

6.1. Em relação ao Grupo de Custeio

6.1.1. Evolução dos Custos

De acordo com o método de financiamento adotado na avaliação do plano sob análise, o custo esperado para o próximo exercício equivale ao montante das contribuições normais previstas para serem pagas nos próximos 12 meses pelos participantes, assistidos e patrocinador, com base no plano de custeio aprovado.

A tabela abaixo registra o montante das contribuições normais previstas para serem pagas em 2022, ora expresso em valores monetários, ora em percentual da respectiva folha de salário-de- participação, considerando o Plano de Custeio descrito no item 7:

Fonte dos Recursos – 2022

Especificação	Participantes	% folha	Assistidos	%folha	Patrocinador	%folha	Total
Custo Total							R\$ 13.481.800,00
Contribuições	R\$ 6.916.516,00	7,881%	R\$ 0,00	0,000%	R\$ 6.565.284,00	7,481%	R\$ 13.481.800,00
Normais	R\$ 6.891.256,00	7,852%	R\$ 0,00	0,000%	R\$ 6.565.284,00	7,481%	R\$ 13.456.540,00
Básica	R\$ 5.744.600,00	6,546%	R\$ 0,00	0,000%	R\$ 5.462.280,00	6,224%	R\$ 11.206.880,00
Risco	R\$ 589.132,00	0,671%	R\$ 0,00	0,000%	R\$ 577.781,00	0,658%	R\$ 1.166.913,00
Administrativa	R\$ 557.524,00	0,635%	R\$ 0,00	0,000%	R\$ 525.223,00	0,598%	R\$ 1.082.747,00
Extraordinárias	R\$ 25.260,00	0,029%	R\$ 0,00	0,000%	R\$ 0,00	0,000%	R\$ 25.260,00
Déficit Equacionado	R\$ 0,00	0,000%	R\$ 0,00	0,000%	R\$ 0,00	0,000%	R\$ 0,00
Serviço Passado	R\$ 0,00	0,000%	R\$ 0,00	0,000%	R\$ 0,00	0,000%	R\$ 0,00
Outras Finalidades*	R\$ 25.260,00	0,029%	R\$ 0,00	0,000%	R\$ 0,00	0,000%	R\$ 25.260,00

* Contribuições facultativas

O custo normal previsto para 2022 é de 15,33% da Folha de Salário-de-Participação, mantendo-se estável em relação ao apurado em 31/12/2020 (15,26%), posto que as alíquotas contributivas normais, na forma regulamentar, foram mantidas para 2022.

6.1.2. Variação das Provisões Matemáticas

O Plano MoedaPrev registra em 31/12/2021 provisões matemáticas constituídas na modalidade de Contribuição Definida e na modalidade de Benefício Definido.

Na parcela de Contribuição Definida, as provisões matemáticas são identificáveis aos saldos de conta, mantidos e atualizados pela entidade com base na variação da cota patrimonial do plano, observando-se variação positiva de R\$ 8.897.979,64, entre 2020 e 2021, para as respectivas provisões matemáticas de benefícios a conceder e variação negativa de R\$ 19.495.848,51, para a correspondente provisão matemática de benefícios concedidos, resultado dos pagamentos parcelados referentes a antecipação de 25% da reserva de migração.

Quanto à parcela constituída na modalidade de Benefício Definido, as respectivas provisões matemáticas variaram cerca de R\$ 5,88 milhões, entre 2020 e 2021, sendo R\$ 3,87 milhões decorrentes do crescimento inerente à atualização das Provisões Matemáticas, R\$ 0,73 milhão como efeito da redução da taxa real anual de juros de 4,71% a.a. para 4,59% a.a. e R\$ 1,28 milhões decorrente de outros ajustes.

O quadro a seguir registra como as provisões matemáticas de benefício definido do Plano MoedaPrev evoluíram entre 2020 e 2021, destacando as principais alterações:

	PMBC - BD
Provisões Matemáticas em 31.12.2020	60.375.470
(+) Variação inerente às provisões matemáticas ¹	3.875.585
(+) Alteração das hipóteses atuariais	727.679
Alteração tábua Biométrica	-
Alteração da taxa de juros: 4,71% para 4,59%	727.679
Conjugação das Hipóteses	-
(+/-) Concessão de Renda Vitalícia ²	817.855
(+/-) Atualização cadastral e ajuste de experiência ³	463.998
(+) Variação Total	5.885.118
(=) Provisões Matemáticas em 31.12.2021	66.260.588

¹Recebimento de contribuições, pagamento de benefícios e atualização pelos juros e correção monetária.

²Provisão Matemática oriunda da parcela CD.

³Variações cadastrais (+/-), como extinção de benefícios e revisões e sobrevivência (+) ou mortalidade (-) acima da esperada (parcela BD).

6.1.3. Principais Riscos Atuariais

O Plano Moedaprev conjuga as modalidades de contribuição definida, para a qual não há riscos atuariais, mas tão somente riscos financeiros, e de benefício definido, para o qual tem-se os riscos atuariais inerentes à essa modalidade, compreendendo possíveis descolamentos das hipóteses atuariais adotadas na mensuração desses compromissos, com maior relevância para aquelas vinculadas à sobrevivência e à taxa real de juros, adotada no desconto a valor presente das obrigações e como meta do retorno dos investimentos financeiros do plano.

Para mitigar os riscos atuariais do modelo, é importante o acompanhamento da adequação das hipóteses adotadas na mensuração dos compromissos, mediante realização de testes regulares de aderência dessas hipóteses, ajustando-as sempre que necessário.

Nesse sentido, salienta-se que as hipóteses atuariais utilizadas para fins da Avaliação Atuarial de 2021 do Plano foram aprovadas pelos órgãos estatutários da entidade, subsidiadas pelos testes de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, cujos resultados foram formalizados por meio dos estudos técnicos específicos relacionados no item 3.2.1.

6.1.4. Soluções para Insuficiência de Cobertura

Em 31/12/2021, as provisões matemáticas de benefício definido do Plano não estão totalmente cobertas pelo respectivo patrimônio de cobertura, apurando-se Déficit Técnico Acumulado de R\$ 6.299.187,16, aproximadamente 9,51% dessas provisões, sendo o valor do Equilíbrio Técnico Ajustado negativo apurado em R\$ 4.567.099,66, quando considerado o ajuste de precificação dos títulos federais informado pela Entidade para 31/12/2021, no valor positivo de R\$ 1.732.087,50.

Assim, tendo apurado resultado deficitário, a Entidade deverá observar os procedimentos previstos pela Resolução CNPC nº 30/2018, em especial o registrado no Título VI, como medida legal mínima para restabelecer o reequilíbrio técnico do plano, conforme especificado no item 6.2.4.

Contudo, os patamares mínimos de equacionamento definidos na norma não são compulsórios. Visando restaurar de forma mais definitiva o reequilíbrio e solvência do plano, a EFPC, dentro de critérios técnicos embasados em parecer

atuarial, deve buscar estabelecer, entre as causas do resultado deficitário, aquelas que não são passíveis de reversão no médio prazo, para então definir o patamar mínimo do equacionamento, ou mesmo, buscar alternativas mais definitivas, como uma reestruturação mais ampla do plano.

6.2. Em relação ao Plano de Benefícios

6.2.1. Regras de Constituição e Reversão dos Fundos Previdenciais

O Plano MoedaPrev registra os seguintes Fundos Previdenciais Coletivos:

- i. Fundo de Risco, destinado a suportar os compromissos referentes aos benefícios de risco do MoedaPrev não cobertos pelo saldo de conta, sendo creditado pelas contribuições de risco e debitado pelas despesas com pagamento de auxílio-doença e pelo montante correspondente ao complemento do saldo de conta decorrente de invalidez ou morte de participante;
- ii. Fundo de Recursos Remanescentes- Patrocinador, constituído pelos recursos do patrocinador não resgatável pelo participante correspondentes aos participantes cancelados, desligados e restituídos, informados pela entidade, sendo sua utilização definida pelo patrocinador;
- iii. Fundo de Reversão de Contingência, constituído em 01.12.2020, data da avaliação atuarial por fato relevante, pela reversão do superávit apurado antes da migração, sendo destinado à cobertura de eventual déficit para a massa do MoedaPrev que deu causa ao fundo.

Os referidos fundos são atualizados mensalmente pela rentabilidade do plano.

6.2.2. Variação do Resultado

O Déficit técnico acumulado em 31/12/2020, no valor de R\$ 36 mil, aumentou R\$ 6,26 milhões no exercício, passando a R\$ 6,30 milhões em 31/12/2021, aproximadamente 9,5% das respectivas Provisões Matemáticas de Benefício Definido, como efeito das perdas sobre os ganhos atuariais estimado em R\$ 1,19 milhão e do resultado dos investimentos em 2021 que não atingiu a meta atuarial, com perda estimada de R\$ 9,16 milhões, parcialmente compensada pelos recursos provenientes de operações contratadas, no valor de R\$ 4,09 milhões, sendo a conciliação dos resultados demonstrado no quadro a seguir:

Decomposição dos Resultados – Parcela BD	Valores em R\$
Superávit/ (Déficit) acumulado em 31.12.2020	(36.387)
1 - Resultado do Passivo	(5.885.118)
<i>Crescimento inerente + concessão de renda vitalícia</i>	(4.693.441)
<i>Ganho (+) / Perda (-) Atuarial</i>	(1.191.677)
2 - Resultado Financeiro	(377.682)
Resultado Líquido dos investimentos – estimado	(265.754)
<i>Rendimento financeiro esperado - Meta Atuarial</i>	8.895.373
<i>Ganho (+) / Perda (-) Financeira estimada</i>	(9.161.127)
Pagamento líquido de benefícios e outros encargos do Plano (Adições - Deduções)	(111.928)
<i>Adições - Patrimônio CD transferido (estimado) ⁴</i>	817.855
<i>Adições - recursos provenientes de operações contratadas</i>	4.090.003
<i>Deduções - pagamento de benefícios e institutos</i>	(5.019.787)
Constituições/Reversões de Contingências	-
Cobertura/Reversão de Despesas Administrativas	-
Constituição/reversão para fundo previdencial	-
Resultado do Exercício (1 + 2)	(6.262.800)
Superávit/ (Déficit) acumulado em 31.12.2021	(6.299.187)

⁴ Parcela patrimonial estimada referente aos saldos de conta das rendas vitalícias concedidas em 2021.

6.2.3. Natureza do Resultado

A natureza do resultado do plano no exercício de 2021 decorre de causas conjunturais, posto que deriva, primordialmente, da rentabilidade do plano que não atingiu a meta atuarial no exercício, como provável efeito da situação econômica atual, ainda muito afetada pela pandemia.

6.2.4. Soluções para o Equacionamento de Déficit

Tendo apurado resultado deficitário de R\$ 6.299.187,16, cerca de 15,44% das provisões matemáticas de benefício definido do plano, a Entidade deverá observar os procedimentos previstos pela Resolução CNPC nº 30/2018, em especial o especificado no Título VI, como medida legal mínima para restabelecer o reequilíbrio técnico do plano.

De acordo com o referido normativo, anteriormente a definição sobre a obrigatoriedade de equacionamento de déficit técnico e do dimensionamento do montante mínimo a ser equacionado, deve-se apurar o Equilíbrio Técnico Ajustado, mediante acréscimo ou decréscimo do ajuste da precificação dos títulos públicos classificados na categoria mantidos até o vencimento no valor do Déficit Técnico Acumulado.

Considerando o valor do ajuste de precificação dos títulos federais informado pela Entidade para 31/12/2021, R\$ 1.732.087,50, o Equilíbrio Técnico Ajustado negativo foi avaliado em R\$ 4.567.099,66:

Descrição	Exercício Atual
a) Resultado Realizado	R\$ (6.299.187,16)
b) Ajuste de Precificação	R\$ 1.732.087,50
c) Equilíbrio Técnico Ajustado (a + b)	R\$ (4.567.099,66)
Em % das Provisões Matemáticas	-6,89%

Aplicando-se a formulação descrita no Art. 29 da Resolução CNPC nº 30/2018 para a duração do passivo do Plano, apurada em 9,7159 anos nessa avaliação, tem-se como Limite de Déficit Técnico Acumulado em 31/12/2021 o valor de R\$ 3.787.388,93.

Limite de Déficit Técnico Acumulado = $[1\% \times (9,7159 - 4) \times R\$ 66.260.587,63] = R\$ 3.787.388,93$.

Como o valor absoluto do Equilíbrio Técnico Ajustado negativo (R\$ 4.567.099,66) supera o limite do déficit técnico, apurado em R\$ 3.787.388,93, faz necessário elaborar novo plano de equacionamento de déficit em 2022, no valor mínimo de R\$ 779.710,73, com vigência prevista para 01/04/2023.

Ressalta-se, mais uma vez, que os patamares mínimos de equacionamento definidos na norma não são compulsórios e, especialmente em planos que agregam as modalidades de contribuição definida e de benefício definido, a EFPC deve buscar estabelecer, de forma mais definitiva, o reequilíbrio e solvência do plano, mitigando o risco de que futuros assistidos optantes por renda vitalícia venham a ser penalizados em duplicidade.

De toda sorte, havendo reversão do resultado deficitário na Avaliação Atuarial de 2022, o plano de equacionamento poderá ser suspenso desde que tenha aprovação dos órgãos competentes.

6.2.5. Adequação dos Métodos de Financiamento

Os Regimes Financeiros e o Método de Financiamento adotados no financiamento dos benefícios do plano não foram alterados, sendo considerados adequados aos benefícios para os quais são empregados, haja vista a legislação vigente, as características da massa abrangida na avaliação e o regulamento do plano de benefícios avaliado, estando em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos.

6.2.6. Outros Fatos Relevantes

- Os valores relativos aos Ativos Financeiros, Fundos Administrativo e de Investimentos e Exigíveis do Plano MoedaPrev, considerados nessa Avaliação Atuarial, foram informados pela CIFRÃO, por meio do Balancete Contábil de 31/12/2021, sendo os seus dimensionamentos de inteira e exclusiva responsabilidade da Entidade.
- Em setembro/2021, a Casa da Moeda integralizou o valor da dívida referente à migração, no montante R\$ 40.924.503,23, sendo a dívida residual da Cifrão, no valor de R\$ 53.678,05, quitada em agosto/2021.
- As provisões matemáticas de contribuição definida dessa avaliação atuarial, foram identificadas à soma dos saldos de conta individuais, informados pela CIFRÃO. A provisão matemática de benefício concedido, parcela de Benefício Definido, foi reavaliada por equivalência atuarial.
- Em consonância com o Art. 6º da Resolução CGPC nº 29, de 31/08/2009 e com o Regulamento do Plano de Gestão Administrativa, registra-se que o limite anual de recursos destinados à gestão administrativa dos Planos geridos pela CIFRÃO, sujeita à Lei Complementar nº 108/2001, é de 9% da soma das contribuições e dos benefícios no exercício a que se referir.

7. Plano de Custeio vigente a partir de 01.04.2022

Registra-se, a seguir, o Plano de Custeio previsto para vigorar entre 01/04/2022 e 31/03/2023:

7.1. Participantes Ativos e Assistidos por Auxílio-Doença

Tabela de Contribuição

Base de Desconto ¹	% Aplicável sobre a Base de Desconto
Salário-de-Participação (SP)	4,2%
Excesso do SP em relação a 20 x VRPM, se positivo	8,4%
Excesso do SP em relação a 40 x VRPM, se positivo	2,1%

¹ VRPM = Valor de Referência do Plano MoedaPrev

Além do recolhimento das contribuições normais mensais estabelecidas na forma da tabela acima, o regulamento também prevê o recolhimento de Contribuições Facultativas, de caráter opcional, a serem realizadas exclusivamente pelos Participantes-Ativos e Participantes-Assistidos por Auxílio-Doença, a critério destes e sem a contrapartida da Patrocinadora.

7.2. Autopatrocinados

Os autopatrocinados deverão recolher ao plano, além das suas contribuições como participante ativo, as correspondentes contribuições que seriam de responsabilidade da Patrocinadora à qual estavam vinculados, incluindo a contribuição para a cobertura das despesas administrativas.

7.3. Assistidos

Não é previsto o recolhimento de contribuição normal pelos assistidos.

7.4. Remidos

Durante a fase de diferimento, o participante remido contribui apenas para o custeio administrativo.

7.5. Patrocinadoras

A Contribuição Normal devida mensalmente pela Patrocinadora será igual à soma das Contribuições Normais pagas pelos Participantes-Ativos Patrocinados e Participantes-Assistidos por Auxílio-Doença cuja condição anterior era Participante-

Ativo Patrocinado, a ela vinculados, limitada mensalmente a 7,5% (sete inteiros e cinco décimos por cento) da soma dos Salários-de- Participação dos Participantes envolvidos no seu cálculo.

7.6. Custeio do Risco

Para o custeio do risco, foi mantida a alíquota de 9,0% da contribuição normal.

7.7. Custeio Administrativo

Para o custeio administrativo é previsto taxa de carregamento administrativo de 8% das contribuições normais recolhidas e a Taxa de Administração equivalente a 0,47% do patrimônio do plano. Sobre as Contribuições Facultativas incidirá a taxa de 0,5% (cinco décimos por cento) destinada à administração do MoedaPrev.

7.8. Destinação das Contribuições Normais

Participantes ativos: 83,0% como contribuição básica, para crédito nos saldos de conta; 9,0% como contribuição de risco, para crédito no Fundo de Risco, e, 8,0% de contribuição administrativa, destinado ao PGA.

Participantes ativos (aposentados pelo INSS): 88,0% como contribuição básica, para crédito nos saldos de conta; 4,0% como contribuição de risco (cobertura do risco de morte), para crédito no Fundo de Risco; e 8% de contribuição administrativa, destinado ao PGA.

O Plano MoedaPrev tem patrimônio independente e não é solidário com nenhum outro plano administrado pela CIFRÃO.

Este é o parecer.

Belo Horizonte, 31 de março de 2022.

Rodarte Nogueira - consultoria em estatística e atuária CIBA nº 070
Cássia Maria Nogueira
Responsável Técnico Atuarial
MIBA/MTE nº 1.049

8. RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

1. Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da CIFRÃO – Fundação de Previdência da Casa da Moeda do Brasil, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, bem como as demonstrações individuais dos Planos PBDC e MoedaPrev, quais sejam: do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas findo naquela data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da CIFRÃO - Fundação de Previdência da Casa da Moeda do Brasil em 31 de dezembro de 2021, e o desempenho de suas operações do exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC e fiscalizadas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.

2. Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e nossas responsabilidades, em cumprimento a tais normas, estão descritas no tópico 5 adiante. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que as evidências de auditoria obtidas são suficientes e apropriadas para fundamentar nossa opinião.

3. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o Relatório do Auditor.

A Administração da Entidade é responsável por outras informações que constam do Relatório Anual de Informações, por Plano de Benefícios, ainda não concluído até a data de emissão deste nosso relatório e, portanto, não expressamos qualquer forma de opinião ou conclusão de auditoria sobre o mesmo.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a leitura do relatório Anual de Informações – RAI e considerar se o mesmo está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Não temos nada a relatar no presente caso.

4. Responsabilidades da Administração e da Governança

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração dessas demonstrações, a não ser que ela pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da CIFRÃO são os órgãos estatutários com responsabilidade pela elaboração, supervisão e aprovação das demonstrações contábeis.

5. Responsabilidades do Auditor

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e expressar opinião sobre as mesmas. Segurança razoável não é uma garantia de que a auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais aplicáveis, sempre detecta eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais aplicáveis, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo dos trabalhos. Além disso:

- a. Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidências de auditoria apropriadas e suficientes para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- b. Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos técnicos apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- c. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- d. Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de perenidade dos Planos de Benefícios e de Gestão Administrativa e de continuidade operacional da Entidade e, mediante as evidências de auditoria obtidas, que não existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação a perenidade dos Planos e capacidade de continuidade operacional da Fundação. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data deste relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a liquidação dos planos e de não manter a continuidade da Entidade;
- e. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se elas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado dos exames, da época das visitas e das constatações relevantes de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 7 de abril de 2022

FERNANDO MOTTA AUDITORES
CRCMG – 12.557

Fernando Campos Motta
Contador CRCMG 91.109-S-RJ

9. MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL

Parecer nº 03/2022 do Conselho Fiscal emitido na 3ª Reunião Ordinária realizada em 13/04/2022

O Conselho Fiscal no uso de atribuições que lhe confere o art. 36, II, do Estatuto da CIFRÃO, examinou as Demonstrações Contábeis da CIFRÃO, Relatório Gerencial de dezembro/21, Nota Técnica DIRFIN 06/2022, Ata 012/2022 DIREX, Parecer dos Auditores Externos, Relatórios de Atuário Externo apresentados pela Diretoria Executiva e outros documentos elencados na Introdução deste Parecer, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Com base nos exames, complementados por informações e esclarecimentos prestados pelos membros da Diretoria Executiva da Entidade, o Conselho Fiscal, orienta que sejam atendidas as recomendações e sugestões elencadas no item anterior, não verificando aspectos que impeçam a aprovação das Demonstrações Contábeis da CIFRÃO referente ao exercício de 2021, sendo favorável a mesma.

Sergio dos Santos Machado
Conselheiro Presidente

Everson Alves Santos
Conselheiro

Jorge Eduardo Vieira Costa
Conselheiro

Francisco José Haddad de Almeida
Conselheira

10. MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

Demonstrações Contábeis do Exercício Findo em 31/12/2021.

Emitida na 2ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo realizada em 19/04/2022

“O Conselho Deliberativo da CIFRÃO – Fundação de Previdência da Casa da Moeda do Brasil, em sua 2ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 19 de abril de 2022, considerando a o exame realizado nas Demonstrações Contábeis de 2021 apresentado pela Diretoria Executiva através da Ata DIREX nº 012/2022, de 07 de abril de 2022, suportada pela Nota Técnica DIRFIN nº 06/2022, emitida em 07 de abril de 2022; no Relatório dos Auditores Independentes nº PAR-051/22, emitido em 07 de abril de 2022, elaborado pela Fernando Motta Auditores; pelos Pareceres Atuariais dos Planos de Benefício PBDC nº RN/CIFRÃO 002/2022, emitido em 29 de março de 2022 e MOEDAPREV nº RN/CIFRÃO 003/2022, emitido em 31 de março de 2022, ambos elaborados pela Consultoria Rodarte Nogueira; e pelo Parecer CONFIS nº 003/2022, de 13 de abril de 2022, emitido pelo Conselho Fiscal da CIFRÃO, aprovou, por unanimidade, as Demonstrações Contábeis finalizadas em 31 de dezembro de 2021, compostas do Balanço Patrimonial Consolidado, da Demonstração do Patrimônio Social Consolidada (DMPS), das Demonstrações da Mutação do Ativo Líquido (DMAL) dos Planos PBDC e MOEDAPREV, das Demonstrações do Ativo Líquido (DAL) dos Planos PBDC e MOEDAPREV, da Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA), das Demonstrações das Provisões Técnicas (DPT) dos Planos PBDC e MOEDAPREV e das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.”

José Luiz Gil Costa
Presidente

Marcos Leon Rozemblatt
Titular

Ricardo Roberto Padilha da Rocha
Titular

Walter Balthor Junior
Suplente

Thiago Oliveira Veiga
Titular

Murilo Fonseca dos Santos da Silva
Suplente



Rua René Bitencourt, nº 371, Santa Cruz
Rio de Janeiro – RJ – CEP: 23.565-902
Telefone: (21) 4040-4993
Celular/Whatsapp: (21) 97122-9323
E-mail: cifrao@cifrao.com.br